

WANILDA COELHO SOARES DE MORAES

**AÇÕES AFIRMATIVAS E O ACESSO DE NEGROS NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DO
INSTITUTO LUTHER KING - ILK**



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande - MS
Setembro - 2009

WANILDA COELHO SOARES DE MORAES

**AÇÕES AFIRMATIVAS E O ACESSO DE NEGROS NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DO
INSTITUTO LUTHER KING - ILK**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Dra. Mariluce Bittar



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande - MS
Setembro - 2009

**AÇÕES AFIRMATIVAS E O ACESSO DE NEGROS NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DO
INSTITUTO LUTHER KING (ILK)**

WANILDA COELHO SOARES DE MORAES

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO - EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Mariluce Bittar (Orientadora) - UCDB

Profª Drª Monica de Carvalho Magalhães Kassar - UFMS

Prof. Dr. José Licínio Backes - UCDB

CAMPO GRANDE, 17 DE SETEMBRO DE 2009

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UCDB**

Aos alunos e ex-alunos do Instituto Luther King - Campo Grande/MS.

As minhas filhas Gabriela e Marília para que elas acreditem sempre que é possível colaborar para a construção de uma sociedade justa e fraterna.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Álvaro Tadeu e às minhas filhas, Gabriela e Marília, pelo incentivo, apoio e compreensão por minhas ausências para a realização desta pesquisa.

Ao Dr. Aleixo Paraguassú Netto, pela confiança no meu trabalho, por ter me proporcionado o primeiro contato com as políticas de ações afirmativas, partilhando seus conhecimentos e experiências na militância relacionada às questões étnico-raciais, que muito me influenciaram e hoje me levaram a esta e a possíveis futuras pesquisas.

A todos os alunos do Instituto Luther King, em especial aqueles que, gentilmente, se dispuseram a contribuir com esta pesquisa.

À minha amiga Norma Celiane Cosmo, que indiretamente é a grande responsável pela realização deste trabalho.

À minha orientadora Dr^a Mariluce Bittar, pelos conhecimentos comigo partilhados, compreendendo em alguns momentos as minhas dificuldades, pelo incentivo nas horas de vacilo referentes a esta Dissertação.

Aos professores Mônica de Carvalho Magalhães Kassar e José Licínio Backes, membros da Banca Examinadora, pelo profissionalismo e pelas pertinentes contribuições dadas a este trabalho no Exame de Qualificação.

Aos meus colegas de Mestrado em Educação, em especial ao Padre Jair Marques de Araújo que gentilmente colaborou, lendo criticamente este trabalho, sugerindo importantes contribuições.

Aos funcionários e professores do Instituto Luther King – Campo Grande-MS.

À minha mãe, às minhas irmãs e toda família, que sempre torceram por mim.

À minha amiga e Diretora de Escola, Sirlei Isabel de Freitas, pela compreensão e disponibilidade de horários quando foi preciso.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior - GEPPEs, pelas reflexões e conhecimentos adquiridos sobre políticas de educação superior.

“O Instituto significou pra mim a diferença entre entrar na universidade ou somente olhar outras pessoas entrando”. (Ex-aluna do Instituto Luther King).

MORAES, Wanilda Coelho Soares. *Ações afirmativas e o acesso de negros na educação superior: um estudo de caso do Instituto Luther King*. Campo Grande, 2009. 157p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Inserida na Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, mais diretamente no âmbito das reflexões desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior - GEPES, esta Dissertação de Mestrado em Educação tem como objetivo geral analisar se as políticas de ações afirmativas implementadas e desenvolvidas pelo Instituto Luther King - Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa, propiciam o acesso de negros na educação superior, no período de 2003 a 2007. Os objetivos específicos consistiram em: 1) descrever a trajetória do Instituto Luther King e sua opção em implementar programas de acesso à educação superior; 2) analisar o desenvolvimento e os resultados alcançados pelo ILK na implantação de ações afirmativas. As pesquisas bibliográficas, documentais, depoimentos de alunos, subsidiadas pela análise de dados estatísticos, fundamentaram o procedimento técnico-metodológico. Os resultados da pesquisa demonstram que efetivamente o Instituto Luther King, desenvolve políticas de ação afirmativas que possibilitam oportunidades de inclusão de negros na educação superior. Do quantitativo dos 160 alunos que estão cursando a educação superior, 90 são negros, 57 brancos e 13 indígenas. As ações com foco nas políticas de ação afirmativa que o ILK oferece aos seus alunos transcendem a simples preparação para os processos seletivos, trazendo outros resultados importantes na vida daqueles que passam pela Instituição, como o resgate da cidadania, a sensibilização com relação às questões referentes à diversidade étnico-racial, fatores importantes no aumento da autoestima dos alunos. Mostram também que projetos como os do ILK não são suficientes para reverter a exclusão social, no sentido de garantir o acesso e a permanência de negros na educação superior. Por outro lado, sem ações desse tipo, que caracterizam o trabalho das organizações não governamentais, os alunos negros, egressos do Instituto, ainda estariam enfrentando dificuldades para ingressar na educação superior, pois o Estado, até o momento, não garante políticas efetivas para essa inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Políticas de Ação Afirmativa; Cursos pré-vestibulares.

MORAES, Wanilda Coelho Soares. *Ações afirmativas e o acesso de negros na educação superior: um estudo de caso do Instituto Luther King*. Campo Grande, 2009. 157 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

ABSTRACT

Included in Line Search “Educational Policy, Management School and Teacher Training”, more directly under the reflections developed by the Group of Studies and Research Policies of Higher Education - GEPPPO, This dissertation aims to examine whether the general policy of affirmative action developed and implemented by the Luther King-Affirmative Action Research and provide access for blacks in higher education. The objectives are: 1) analyze the development and the results achieved by the Luther King Institute in the implementation of affirmative action; 2) describe the trajectory of the Luther King Institute and implement programs in their choice of access to higher education. The bibliographic searches, documents, testimony from students, subsidized by the analysis of statistical data, supported the technical procedure-based methodology. The survey results show that effectively Luther King develops policies for affirmative action and the actions developed allow opportunities for inclusion of blacks in higher education. From the quantitative of the 160 students attending higher education, 90 are black, 57 white e 13 are indians. The actions focusing on affirmative action policies provided to students by ILK brought benefits beyond the preparation for entrance exams, providing other important results to the lives of those who frequented the Institution, such as the restoration of citizenship, awareness towards racial matters, which are important aspects to boost students’ self-esteem. However it shows that projects like the Luther King Institute are not enough to reverse the social exclusion in order to guarantee access and permanence of blacks in higher education. Moreover, without such actions, which characterize the work of NGOs, graduating black students of the Institute, are still facing difficulties in entering higher education because so far, the state does not guarantee effective policies for the inclusion.

KEYWORDS: Educational Policy. Affirmative Action. Access for Black People to Higher Education. Courses in pre vestibular.

LISTA DE SIGLAS

AA	- Ações Afirmativas
BID	- Banco Interamericano de desenvolvimento
CAPES	- Coordenadoria Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDINE	- Conselho Estadual dos Direitos do Negro
CMNEGRAS-MS	- Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul
CNPQ	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COUNI	- Conselho Universitário
CPJ	- Cursinho Popular de Jandira
CPV-Maré	- Curso Pré-vestibular Comunitário da Maré
DA	- Deficiência Auditiva
EDACOM	- Sistema de Educação à Distância-Fundação Universidade do Tocantins
EDUCAFRO	- Educação e Cidadania para Afro-descendentes
ENEM	- Exame Nacional de Ensino Médio
ENERSUL	- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul/Energias do Brasil
FACSUL	- Faculdade Mato Grosso do Sul
FCG	- Faculdade Campo Grande
FESCG	- Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande-MS
FGV	- Fundação Getulio Vargas
FIES	- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNLEC	- Fundação Lowtons de Educação e Cultura
GEPPEs	- Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAB	- Instituto Casa de Cultura Afro-Brasileira
IDJ	- Índice de Desenvolvimento Juvenil
IESF	- Instituto de Ensino Superior da Funlec
ILK	- Instituto Luther King - Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MARE	- Ministério de Administração e Reforma do Estado
MEC	- Ministério da Educação
ONG	- Organizações Não Governamental
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIBIC	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PICs	- Projetos Inovadores de Cursos
PNE	- Plano Nacional de Educação
PPCOR	- Programa Políticas da Cor.
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
PT	- Partido dos trabalhadores
PUCRJ	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PVNC	- Pré-Vestibular para Negros Carentes
SCIELO	- <i>Scientific Eletronic Library On-line</i>
TEZ	- Trabalho e Estudos Zumbi
UCDB	- Universidade Católica Dom Bosco
UEMS	- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UENF	- Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMA	- Universidade do Estado do Maranhão
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	- Universidade Federal de São Carlos
UNAES	- Centro Universitário de Campo Grande/Anhanguera Educacional
UNB	- Universidade de Brasília
UNEB	- Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIDERP	- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal//Anhanguera Educacional
USP	- Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população ocupada por cor ou raça segundo o grupamento de atividades e a região metropolitana - setembro de 2006 (%)	33
Tabela 2 - Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal segundo a cor ou raça - setembro de 2006 - Brasil.....	34
Tabela 3 - Taxa de frequência escolar das pessoas de 5 a 24 anos de idade, por cor ou raça e grupos de idade (%), segundo as grandes regiões - 2006	36
Tabela 4 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e nível de ensino frequentado, segundo as grandes regiões - 2006	37
Tabela 5 - Taxa de Escolarização líquida por sexo segundo cor/raça e nível/etapa/modalidade de Ensino Brasil/2004.....	44
Tabela 6 - Distribuição de estudantes segundo a cor na UFRJ, UFPR, UFMA, UFBA, UNB, USP	45
Tabela 7 - Proporção de negro, por curso superior - concluído - Brasil, 1980-2000 (em %)	46
Tabela 8 - Percentual da população da educação superior por cor/raça 2000-2004.....	47
Tabela 9 - Presença da cor/raça na sociedade e no campus - Mato Grosso do Sul - 2005..	60
Tabela 10- Número alunos atendidos e aprovados nos diferentes processos seletivos por etnia de 2003-2007	129
Tabela 11 - Total de alunos matriculados, conforme a condição de acesso por etnia.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos analisados sobre o ILK - 2003-2007	24
Quadro 2 - Número de inscritos, vagas oferecidas e selecionados por etnia em 2004	69
Quadro 3 - Número de inscritos, vagas oferecidas e selecionados por etnia em 2005	72
Quadro 4 - Número de inscritos, vagas oferecidas e selecionados por etnia em 2006	74
Quadro 5 - Número de inscritos, vagas oferecidas e selecionados por etnia em 2007	76
Quadro 6 - Projetos aprovados e desenvolvidos - 2003 a 2007	104
Quadro 7 - Número de alunos que estão frequentando as IES - 2003-2007	129
Quadro 8 - Número de alunos que conseguiram PROUNI/Cursos e Instituições de 2005-2007	130
Quadro 9 - Alunos em universidades públicas por curso e etnia - 2003-2007	133
Quadro 10 - Número de alunos por cursos - cursando com recursos próprios	136
Quadro 11 - Alunos cursando por meio de parcerias do ILK, com UNAES, UCDB, UNIDERP, IESF	137
Quadro 12 - Total de alunos matriculados por meio de convênios, por IES	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - AS AÇÕES AFIRMATIVAS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR	27
1.1 Ações afirmativas - apontamentos históricos	27
1.2 A sub-representação dos negros no Brasil e a ações afirmativas	31
1.3 O acesso de negros na educação superior.....	38
1.4 Políticas de ações afirmativas.....	49
1.5 Ações afirmativas: uma polêmica nacional.....	54
1.6 Ações afirmativas em Mato Grosso do Sul	58
CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA DO INSTITUTO LUTHER KING (ILK) - ENSINO, PESQUISA E AÇÃO AFIRMATIVA E SUA OPÇÃO PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	62
2.1 O processo de criação do Instituto Luther King - ensino, pesquisa e ação afirmativa.....	62
2.2 Uma política de ação afirmativa em desenvolvimento.....	67
2.3 O Instituto Luther King - uma organização do terceiro setor.....	79
CAPÍTULO 3 - OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS PROGRAMAS DO INSTITUTO LUTHER KING (ILK) - ENSINO, PESQUISA, E AÇÃO AFIRMATIVA	88
3.1 Acesso ao Instituto Luther King - critérios e procedimentos	88
3.2 A importância do ILK para a autoestima dos alunos.....	90
3.3 O papel das parcerias segundo os ex - alunos do ILK.....	101
3.4 Características humanizadoras do ILK, segundo os alunos	114
3.5 Resultados do ILK como política de ação afirmativa.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	147
ANEXO	157

INTRODUÇÃO

Inserida na Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente esta pesquisa tem como objetivo geral analisar se as políticas de ações afirmativas implementadas e desenvolvidas pelo Instituto Luther King propiciam o acesso de negros na educação superior. Com a intenção de compreender e analisar esse objeto de pesquisa foram definidos dois objetivos específicos: a) descrever a trajetória do ILK e sua opção em implementar programas de acesso a educação superior; b) analisar o desenvolvimento e os resultados alcançados pelo ILK na implementação de ações afirmativas.

A pesquisa abrange estudos envolvendo temáticas específicas e atuais da educação superior no Brasil. O Instituto Luther King - Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa (ILK), é considerado um segmento do terceiro setor, que se “refere à esfera da sociedade que não se encontra no mercado e tampouco no Estado” (ADRIÃO; PERONI, 2005, p. 142), ou seja, uma forma de atividade social realizada no interior de Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e outros organismos ou associações filantrópicas ou não.

O ILK constitui-se em uma organização que oferece o curso pré-vestibular com foco nas minorias sociais, visando o seu acesso à educação superior. Um dos conceitos de minorias sociais aceita pelas Nações Unidas, refere-se a:

Grupos distintos dentro da população do Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou lingüísticas estáveis, que diferem daquelas do resto da população; em princípio numericamente inferiores ao resto da população; em uma posição de não dominância; vítima de discriminação. No Brasil, isto compreende os negros, índios, pessoas com deficiências, descendentes de imigrantes, homossexuais, mulheres e membros de comunidades religiosas (MAIA, 2009 p.2).

No Brasil é considerado o aspecto qualitativo e não quantitativo para caracterizar aqueles pertencentes às chamadas minorias sociais, dentre estes os negros, índios e homossexuais, são os que na sua grande maioria ainda sofrem com diferentes estereótipos negativos e com algum tipo de discriminação e geralmente ocupam uma posição de sub-representação na sociedade, que ignora a participação e a contribuição desses sujeitos no contexto, econômico, político, cultural e social do país.

O Instituto, que tem o objetivo essencialmente educacional, foi criado para promover e oferecer a igualdade de oportunidades para jovens que, por pertencerem a um segmento mais pobre da população, não tem condições socioeconômicas para arcar com os custos de cursinhos preparatórios para o vestibular oferecidos por instituições privadas; dessa forma, os jovens pertencentes a esses segmentos, em especial os negros, enfrentam mais dificuldades de acesso à educação superior e, portanto, encontram-se excluídos desse nível de escolarização.

A pesquisa vincula-se aos estudos desenvolvidos no Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEs), do Programa de Mestrado em Educação da UCDB. Vários foram os aspectos que fomentaram o interesse pelo tema: a sua importância social, visto que se trata da busca pela cidadania tendo como instrumento a educação; e o nosso envolvimento com a temática e com a Instituição, desde o ano de 2004, quando nos convidaram para assumir a coordenação pedagógica, na qual permanecemos até dezembro de 2007. Com o ingresso, como aluna especial no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, na disciplina “Políticas públicas na educação superior: desafios e perspectivas” e a participação no GEPPEs retomamos um antigo projeto acadêmico, ou seja, ingressar num Programa de Mestrado em Educação e aprofundar, do ponto de vista teórico, aquilo que vivenciamos na prática profissional no âmbito da Instituição.

Além do interesse e da importância inerente ao tema, outro ponto motivador para a realização desse estudo foi a possibilidade de subsidiar futuros estudos que analisem as políticas de ações afirmativas no processo educativo e também a possibilidade de um estudo aprofundado sobre as ações afirmativas, desenvolvidas nos segmentos do terceiro setor em Mato Grosso do Sul, assim como indicar possibilidades de implementar políticas de Ações Afirmativas (AA) quer seja pelo Estado, quer seja pela sociedade civil.

Para a realização da pesquisa, em um primeiro momento, foi selecionada a bibliografia (livros e periódicos) pertinente à temática de ação afirmativa com o objetivo de

confrontar as várias e diferentes discussões sobre o assunto, bem como orientar a pesquisa e a análise dos conceitos. Para Lüdke e André (1986, p. 47), são eles que “[...] sugerem o que investigar sobre o fenômeno de interesse, são eles também que indicam os eventos que se deve fazer acontecer ou observar para estudar o fenômeno de interesse e responder as questões básicas”.

Para definir e delimitar o objetivo desta pesquisa elaborou-se o estado do conhecimento, mapeando as produções acadêmicas em torno das seguintes palavras-chave: ações afirmativas, terceiro setor, políticas públicas na educação superior e cursinhos pré-vestibulares.

Foram selecionados três bancos de dados para este estudo: as dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) de Mato Grosso do Sul; o portal *Scientific Electronic Library On-line* (SCIELO) Biblioteca Eletrônica com acesso gratuito, no qual se encontram artigos de diferentes periódicos; banco de teses e dissertações do portal da Coordenadoria Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No Programa de Pós-Graduação da UCDB foram encontrados quatro trabalhos com a palavra-chave: políticas públicas e um com terceiro setor. Não foi selecionado nenhum trabalho sobre políticas públicas, por não estarem diretamente ligados ao objeto de pesquisa em questão. Já na dissertação sobre o terceiro setor, Motta (2003) analisa as ações desenvolvidas por uma organização não governamental, desenvolvendo uma metodologia de análise documental, tendo como foco as ações da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP).

No portal da CAPES foram encontradas 10 dissertações com o termo Terceiro Setor no Ensino Superior e quatro (4) Teses de Doutorado; 18 dissertações e quatro (4) Teses sobre Ações Afirmativas; 44 dissertações e 12 Teses sobre Políticas Públicas no Ensino Superior, sobre o termo “público e privado” encontramos 139 dissertações e 42 teses de doutorado e com o termo “cursos pré-vestibulares” foram encontradas 52 dissertações e uma tese de doutorado. Optou-se pela leitura dos trabalhos vinculados à educação; em todos os termos foram selecionados aqueles que mais se aproximavam do nosso objeto de estudo.

Silva (2001) realizou estudos, em sua Tese de Doutorado em Educação (UNICAMP), sobre o público, o privado e o comunitário na educação brasileira, tendo como

foco a Companhia Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Abordou-se questões como a redução do Estado nas políticas sociais e o fortalecimento do terceiro setor.

Martins (2002) desenvolveu sua Dissertação de Mestrado em Educação (UERJ), evidenciando as consequências na educação, no cenário organizado pelas forças neoliberais no Brasil ao longo dos anos 1990. Propôs-se a compreender o gradual processo de transferência de responsabilidades públicas na área educacional para o terceiro setor.

Macedo-Rocha (2003) desenvolveu sua Dissertação de Mestrado em Educação (UFPR) analisando a relação entre Estado e sociedade civil no âmbito da educação no Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), fundamentando-se no materialismo histórico dialético. Os dados referem-se aos Programas “Acorda Brasil”, “Está na Hora da Escola” e “Escola Campeã”. Mesmo não abordando a política de educação superior, julgou-se importante a leitura deste trabalho, tendo em vista o seu recorte epistemológico.

Coutinho (2005), em sua Tese de Doutorado em Educação (UFRN), investigou a atuação de ONGs no Brasil tanto no plano internacional quanto em âmbito nacional; como elas procedem de modo a fortalecer as teses que fundamentam a diminuição da ação estatal na responsabilidade pela educação pública, gratuita e com qualidade social.

Ainda no portal da Capes, na busca por assunto, com o termo “Ação Afirmativa” na educação superior foram encontradas 18 dissertações e 4 teses; mas apenas uma se aproximava do objeto de estudo de nossa pesquisa. Trata-se do estudo de Camargo (2005), que em sua Tese de Doutorado (UNICAMP), investigou a realidade do negro na sociedade brasileira, focalizando especificamente a educação superior; teve como objetivo desvendar o histórico e o desenvolvimento das ações afirmativas no contexto da sociedade brasileira e identificar o que os alunos brancos e negros pensam sobre ação afirmativa.

Com o termo “Políticas Públicas na Educação Superior” foram encontradas 44 dissertações e 12 teses. Selecionou-se as que mais se aproximavam do objeto de estudo. Magalhães (1999), em sua Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas (UFRGS) teve como proposta central a educação na sua dimensão estatal, centralizando a discussão teórica em torno do Estado (produção de políticas públicas), a relação entre o Estado e a Sociedade, dimensionando o objetivo das políticas públicas. Os resultados obtidos evidenciam uma crise de homogeneidade no estado Brasileiro, a partir da década de 1980, resultante da adoção do paradigma neoliberal.

Almeida (2006), em sua Tese de Doutorado em Educação (UFRGS) realizou estudos focando a política de acesso à educação superior no Brasil, analisando a legislação, de 1824 a 2003, em relação ao acesso ao ensino superior. Ao longo de todo período ocorreram poucas mudanças, houve alterações de formas de acesso e metodológicas (do uso de resultados), mas que não repercutiram em uma maior democratização do acesso ao ensino superior.

Utilizando o termo “público e privado”, foram encontradas 139 dissertações e 42 teses de doutorado, no mesmo portal. Bittar (1999), em Tese de Doutorado em Educação (UFSCar), analisou as características das universidades comunitárias brasileiras por meio de um levantamento histórico. Trabalhando com as categorias: identidade das universidades comunitárias, a ambigüidade, heterogeneidade e o público não estatal. O tema “público e privado” foi amplamente discutido no capítulo 3. Como resultado da pesquisa evidenciou-se a ambigüidade dos conceitos “universidade comunitária” e “público não estatal”, sendo que este último contribuiu com nossa pesquisa, pois o ILK também apresenta características semelhantes ao “público não estatal”.

Minto (2005) em Dissertação de Mestrado em Educação (UNICAMP) analisou as políticas para o ensino superior brasileiro entre os anos de 1964 aos anos 1990. Seu objetivo foi discutir as políticas para o ensino superior no período delimitado, fazendo uma conexão entre esses momentos da história brasileira e as transformações contemporâneas geradas pelo capitalismo.

Com o termo “cursos pré-vestibulares” foram encontradas 52 dissertações e uma tese de doutorado. Dentre tais registros, foram selecionados aqueles que abordavam especificamente os cursos pré-vestibulares populares, as que mais se aproximavam do nosso objeto de estudo. Nascimento (1999), em Dissertação de Mestrado, pesquisou “Movimentos sociais, educação e cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares”. Pesquisou sobre a história, as concepções e as práticas político-pedagógicas dos cursos pré-vestibulares populares, analisando a relação entre movimentos sociais, cidadania e educação, investigando a prática político-pedagógica dos cursos pré-vestibulares, especificamente o pré-vestibular para negros e carentes. A pesquisa contribuiu para a compreensão das ações coletivas, práticas sociais de pertencimento e a construção da cidadania.

Thum (2000), em Dissertação de Mestrado sobre “Pré-vestibular público e gratuito: o acesso de trabalhadores à universidade pública”, analisou as experiências de pré-vestibulares populares que buscam o acesso de trabalhadores à universidade pública, trazendo

riqueza de detalhes e dados históricos. O autor descreve a criação e a caracterização geral de um determinado projeto entre 1993 a 1996, analisando a sua configuração político-educativa, as características e os conflitos existentes, as dificuldades e a perspectiva pedagógica percorrida. O autor também discorre sobre o contexto da época, as diferenças de entendimento sobre os fins do projeto e o caminho da institucionalização. Além da busca do entendimento e da permanência dessas experiências no tempo e no espaço das constantes luta populares por acesso à educação superior pública A dissertação ainda suscita a discussão em defesa da educação pública nos diferentes níveis de ensino.

Sanger (2003), em Dissertação de Mestrado em Educação (UFRGS), realizou estudo focando nas iniciativas de lideranças negras, analisando dois cursos pré-vestibulares para negros e carentes da cidade de Porto Alegre-RS. Seu objetivo foi de apresentar, informar, relatar e discutir estas iniciativas não governamentais que propiciam o acesso do negro na educação superior. Almeida (2003), em sua Dissertação de Mestrado em Educação (PUCRJ), investigou as políticas de ações afirmativas desenvolvidas pela PUCRJ no Projeto PUNC (Pré-Vestibular para Negro Carente) com concessão de bolsas integrais, compreendendo como se configura essa experiência nesses cursos dentro do universo da PUCRJ; Bacchetto (2003), em Dissertação de Mestrado em Educação (USP), investigou os cursinhos alternativos no município de São Paulo-SP e os resultados produzidos pela pressão e pela luta por políticas de ação afirmativa que garantiam a igualdade no acesso à educação superior.

Bonfim (2003), em sua Dissertação de Mestrado PUC-PR, intitulada “O CAPE em nossas vidas: a visão de um grupo de alunos, ex-alunos e colaboradores sobre um curso pré-vestibular gratuito”, teve como objetivo analisar a visão dos alunos sobre a experiência do curso pré-vestibular popular Centro de Apoio Popular Estudantil (CAPE), bem como o impacto na vida daqueles que por ele passaram como alunos. Adotou uma metodologia qualitativa de pesquisa (estudo de caso). A pesquisa evidenciou índice de aprovação considerado satisfatório, uma avaliação positiva em torno do projeto e dos professores, as dificuldades enfrentadas e principalmente a importância do projeto na trajetória de vida dos alunos quer seja pelo acesso ao conhecimento, ou pelas mudanças provocadas em suas vidas inclusive entre aqueles que não foram aprovados em vestibulares.

D’Ávila (2006), em Dissertação de Mestrado em Psicologia, UFSC, sobre “O ensino superior como projeto profissional para ‘ser alguém’: repercussão de um cursinho pré-vestibular popular na vida dos estudantes” analisou repercussões no projeto profissional de estudantes a partir de seu ingresso, em 2005, no cursinho pré-vestibular popular da

Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada com base em três grandes temas: o ensino superior, o projeto e as repercussões do Cursinho para a vida dos sujeitos. Com os alunos foi analisada a visão que cada um tinha em relação ao acesso e o ingresso na educação superior, o projeto profissional de cada um dos sujeitos, bem como as contribuições para a sua vida e seu futuro. Entre outros os resultados obtidos evidenciaram que o cursinho contribuiu de forma bastante positiva na vida dos estudantes matriculados; sobretudo no sentido pessoal que do que se esperava no aspecto do projeto profissional.

Silva (2006), em Dissertação de Mestrado - (CPDOC/PPGFPBC/FGV), sobre Curso Pré-vestibular Comunitário da Maré - CPV-Maré do Rio de Janeiro, utilizou como metodologia o Estudo de Caso, em que analisa a inserção do projeto no movimento dos pré-vestibulares comunitários. A pesquisa, por meio dos dados coletados, procurou entender a trajetória, a institucionalização do projeto, entre o período de 1998 - 2005, analisando os resultados de aprovação dos alunos que frequentaram o CPV da maré entre o período delimitado, focalizando as aprovações para universidades públicas e privadas, sobretudo para a PUC-RJ. A pesquisa foi realizada com o quantitativo de 355 alunos aprovados nas universidades públicas e na PUC, mediante convênio com bolsas.

No portal SCIELO, foram lidos artigos de diferentes periódicos, optou-se delimitar nossa busca nos periódicos “Qualis A”, como Educação e Sociedade e Revista Brasileira de Educação. Na Revista Educação e Sociedade, a busca foi realizada por assunto com a palavra-chave “políticas públicas”, “terceiro setor”, “ação afirmativa” e “público e privado”. Foram encontrados três artigos com o termo “terceiro setor”, dois artigos com o termo “público e privado”, dois artigos sobre ações afirmativas e 38 artigos sobre políticas públicas. Dentre estes, foi selecionado apenas um sobre políticas públicas. Os demais não estão diretamente ligados ao objeto de estudo.

O artigo de Pinto (2004) teve como objetivo estudar “O acesso à educação superior no Brasil” com base em dados estatísticos dos indicadores como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); o autor situou o acesso ao ensino superior nos últimos 40 anos, abordando questões sobre as últimas ações no Ministério da Educação (MEC) em relação à democratização do acesso.

Na Revista Brasileira de Educação, a busca também foi realizada por assunto; utilizando as mesmas palavras-chave, foram encontrados dois artigos sobre ação afirmativa,

um sobre o público e privado, dois sobre políticas públicas. Não foi encontrado nenhum artigo sobre o terceiro setor. Foi selecionado um artigo sobre políticas públicas e um sobre ação afirmativa. Afonso (2003) no artigo “Estado, globalização e políticas educacionais elementos para uma agenda de investigação”, evidenciou a redefinição do papel do Estado, criticando as velhas teorias do Estado e os condicionantes da era da globalização nas políticas educacionais. Zago (2006) no artigo “Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares” discorreu sobre a questão das desigualdades educacionais, demonstrando as contradições entre o acesso e a permanência.

Na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), encontramos a Dissertação de Mestrado em Educação de Luciana Andreatta de Castro, que analisou a “percepção dos alunos cotistas sobre a implantação da política de cotas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Foram identificados ainda os trabalhos de Conclusão de Curso de Sandra Mara Martins dos Santos, pesquisa realizada na Comunidade São Benedito, em que a autora aborda a importância do projeto Negra Eva no acesso, manutenção e permanência de negros na educação superior e de Aparecida Queiroz e Suzanir Fernanda Maia que analisaram o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e as ações afirmativas no âmbito da UCDB.

Destacam-se aqui as pesquisas que tratam especificamente da questão de cursos pré-vestibulares, as quais contribuíram para compreendermos como esses programas são desenvolvidos, sendo possível fazer um levantamento das afinidades, semelhanças do Instituto Luther King com relação a esses cursinhos, que foram os pioneiros e são exemplos para os que foram criados, posteriormente, como no caso do ILK. Por se tratar da única instituição em Mato Grosso do Sul com essas características e especificidades, ocupa um lugar muito importante na história da educação deste estado e, nesse sentido o trabalho é pioneiro e poderá constituir-se em referência para outras pesquisas.

O levantamento dessa produção foi importante na definição do problema a ser pesquisado nesta dissertação, além de evidenciar a importância de focalizar o ILK, cujas características o distinguem de outras organizações do terceiro setor, especialmente em Mato Grosso do Sul.

A implantação de políticas de ações afirmativas, na educação superior com ênfase ao acesso de negros já é uma realidade brasileira, embora ainda seja preciso efetivar-se em todo país. Para a melhor compreensão sobre o assunto será tratado o conceito de ações

afirmativas e política pública; na qual estão inseridas as políticas sociais e as políticas econômicas.

Joaquim Barbosa Gomes (2001, p. 6-7), membro do Ministério Público Federal Brasileiro, define ações afirmativas como:

Conjunto de Políticas Públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Para Morosini e Bittar (2006, p. 165), políticas públicas:

[...] são formuladas num processo contraditório e complexo, pois envolvem interesses de vários segmentos que desejam garantir direitos, especialmente aqueles vinculados às necessidades básicas dos cidadãos, como educação, saúde, assistência e providência sociais. Dependendo da correlação de forças dos representantes desses segmentos essas políticas podem intensificar seu caráter público, isto é, atender as necessidades de quase todos, da coletividade, acima dos interesses privados, de terminados grupos no poder.

As políticas públicas são aqui entendidas como ações do Estado, que implementam políticas que orientam projetos de governos e ações voltadas à sociedade, desenvolvidas por diferentes governantes em determinados períodos.

Para Abranches (1987, p. 10-11), a política social é:

[...] parte integrante do processo estatal de alocação e distribuição de valores. [...] intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição, em favor da acumulação e em detrimento da satisfação das necessidades sociais básicas, assim, como na promoção da igualdade. A ação social do Estado, diz respeito tanto à promoção da justiça social, quanto ao combate à miséria, embora sejam objetos distintos.

Continua o autor ao referir-se ao combate à miséria:

Dentre as necessidades básicas, deve-se ir além daquelas ligadas à sobrevivência física, é imprescindível que se contemple outras necessidades de ordem cultural ou socialmente determinadas, que define, um mínimo de bem estar e a garantia dos meios que permitam alterar as chances de vida futura, a começar pela educação básica (ABRANCHES, 1987, p. 18).

Segundo o autor, as políticas sociais buscam corrigir os desequilíbrios no processo de acumulação e a promover a justiça social. O Estado intervém na realidade social na busca

da equidade, procurando garantir e promover os direitos sociais, na tomada de decisões sobre a definição e distribuição dessas políticas, conforme as necessidades e as demandas sociais, diferenciando-a das políticas econômicas.

Para Silva (1997, p. 189) “política econômica refere-se fundamentalmente ao âmbito da produção, da acumulação, da concentração e o consumo”.

Entende-se que política social e política econômica confrontam-se e se contradizem, permanentemente, visto que a política social enfatiza as necessidades sociais, saúde, educação, cultura, entre outros e a política econômica está voltada para a rentabilidade da economia de mercado.

Pode-se observar essa contradição por outro ângulo na visão de Silva (1997), ao afirmar que mesmo havendo oposição e conflito de interesse entre si, “as políticas econômicas também cumprem funções sociais”, assim como, “as políticas sociais, também respondem por objetivos e metas da esfera econômica”. O mesmo autor (1997, p. 189) cita um exemplo da fusão de ambas, a “política geração de emprego e renda, que contempla ao mesmo tempo ganho na questão social e econômica”.

Sendo assim, analisar e refletir sobre essas ações são uma necessidade premente, que se faz presente na sociedade e principalmente, no meio acadêmico. A sua importância e função nos parece ser essencial, haja vista ser uma alternativa de superação de desigualdades raciais vivenciadas pela população negra.

No sentido de investigar o Instituto Luther King, objeto deste estudo, bem como os objetivos estabelecidos no contexto da pesquisa, optou-se pelo estudo de caso que possibilitou investigar as características, propriedades e singularidades, permitindo a realização de uma pesquisa qualitativa.

Na concepção de Stake (ANDRÉ, 2005, p. 18-19), o “estudo de caso é um estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular, levando a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias”.

Como modalidade de pesquisa qualitativa, “os estudos de casos mais comuns são aqueles que focalizam apenas uma unidade, um indivíduo, um pequeno grupo, uma instituição ou um programa” (MAZZOTI, 2006, p. 5).

O estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. Os critérios para

identificação e seleção do caso, porém, bem como as formas de generalização propostas, variam segundo a vinculação paradigmática do pesquisador, a qual é de sua livre escolha e deve ser respeitada. O importante é que haja critérios explícitos para a seleção e que este seja realmente um 'caso', isto é, uma situação complexa e ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão (MAZZOTI, 2006, p. 650).

De acordo com Lüdke e André (1986, p 57) “o estudo de caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo; nesse tipo de estudo o interesse incide naquilo que o caso tem de único, de particular, mesmo que posteriormente apareçam certas semelhanças com outros casos e situações”.

De acordo com Stake (apud ANDRÉ, 2005, p. 16), “o que caracteriza o estudo de caso não é um método específico, e sim um tipo de conhecimento: Estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”. A autora afirma ainda que “uma questão fundamental, segundo ele é o conhecimento derivado do caso, ou melhor, o que se aprende ao estudar o caso”.

Stake (apud MAZZOTI, 2006), classifica três tipos de estudo de caso, a partir de suas finalidades: Intrínseco, Instrumental e coletivo, dentre a classificação apresentada pelo autor, o foco dessa pesquisa será o estudo de caso intrínseco, utilizado quando há por parte do pesquisador um interesse intrínseco num caso em particular, e deseja realizar a pesquisa para conhecer mais essa unidade específica o que, esse caso será o Instituto Luther King. Sobre a finalidade de um estudo de caso intrínseco, o autor afirma:

Para Stake (apud MAZZOTI, 2006, p. 641):

[...] o estudo não é empreendido primariamente porque o caso representa outros casos ou porque ilustra um traço ou problema particular, mas porque, em todas as suas particularidades e no que tem de comum, este caso é de interesse em si. **O pesquisador, pelo menos temporariamente, subordina outras curiosidades para que as histórias dos que ‘vivem o caso’ emergam.** O objetivo não é vir a entender algum constructo abstrato ou fenômeno genérico, tal como letramento, ou uso de droga por adolescentes ou o que um diretor de escola faz. O objetivo não é construir teoria - embora em outras vezes o pesquisador possa fazer exatamente isto (grifos nossos).

Mazzoti (2006), alerta que diante da escolha de uma instituição, como o Instituto Luther King, ele deve ser estudado como um sistema delimitado, contudo, não se deve ignorar o contexto histórico, econômico, sociocultural e físico em que a Instituição está inserida.

Delimitou-se o período de 2003 - quando ocorre a fundação e o início das atividades do Instituto a dezembro de 2007, para a realização desta pesquisa. Quanto às

técnicas utilizadas na coleta de dados destacam-se: análise documental e depoimentos dos egressos do ILK. Os documentos relacionados para a análise podem ser identificados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Documentos analisados sobre o ILK - 2003-2007.

Título	Ano
Atas – ILK	2003-2007
Estatuto – ILK	2003-2007
Projeto Político Pedagógico do ILK	2003-2007
Relatório interno das atividades realizadas	2003-2007
Contratos de convênios firmados entre o ILK e outras Instituições	2004-2007
Projetos apresentados e aprovados	2004-2007
Planilhas e gráficos de resultados de alunos atendidos e aprovados nos vestibulares e PROUNI	2003-2007
Prestação de Contas no Ministério da Justiça	2005-2007

Nos depoimentos dos ex – alunos foi solicitado que escrevessem sobre o período em que foram alunos da Instituição; eles tiveram a liberdade para escrever o quanto quisessem, mas contemplassem quatro questões: 1) Em que ano você foi aluno do ILK; 2) Como soube da existência da Instituição; 3) Quais são as lembranças positivas ou negativas do período em que foi aluno (a) da Instituição; 4) Qual o significado do ILK em sua vida.

A opção pelo depoimento foi baseada na afirmação de André (2005, p. 16):

O conhecimento gerado pelos estudos de caso tem um valor em si mesmo [...] em geral, as técnicas de coletas de dados utilizadas nos estudo de casos, são as usadas, nos estudos sociológicos ou antropológicos, como por ex: observação, entrevista, análise de documento, gravações, anotações de campo, mas, não são as técnicas que definem o tipo de estudo, e sim o conhecimento que dele advém.

Com a definição que a técnica de coleta de dados seria o depoimento, a etapa seguinte foi a localização dos egressos do ILK, foi uma busca difícil, principalmente das turmas de 2003 e 2004, em que se obteve contato com dois alunos, devido à dificuldade de atualização de endereço e telefone. A atualização de endereço e-mail e telefones, foram coletados nos arquivos das fichas dos alunos, por meio de uma comunidade no “orkut”, denominada Instituto Luther King, por informações de professores da Instituição que tiveram

contato com ex-alunos e nos contatos entre os alunos. Foi possível localizar e entrar em contato por e-mail ou telefone com cerca de 90 ex-alunos. Desses, foi realizado um mapeamento inicial, buscando o ano de ingresso no ILK e sua etnia; do ano de 2005, em diante, foi observado também a condição de acesso na educação superior. Desse modo, foram selecionados 40 ex-alunos, para a realização da pesquisa.

O primeiro critério de seleção para a solicitação do depoimento foi inicialmente contemplar alunos de todas as turmas, do total de cinco, da primeira turma do curso pré-vestibular oferecido pelo ILK, em 2003, até o ano de 2007, período que a pesquisa foi delimitada. O segundo foi contemplar todas as etnias conforme a autodeclaração dos entrevistados, ou seja, negros, índios e brancos, presente na ficha de inscrição e na confirmação de matrícula; no terceiro e último critério procurou-se contemplar os alunos quanto à forma de acesso a educação superior: PROUNI, Vestibular e Bolsista - pelos convênios firmados entre o ILK e Instituições privadas de ensino superior que consiste em descontos nas mensalidades.

A etapa seguinte foi o contato pessoal, explicando sobre a pesquisa e a possibilidade da participação de cada um, quando foi solicitado aos mesmos que escrevessem seus depoimentos com liberdade, mas contemplando as quatro questões, já citadas anteriormente, que foram entregues aos participantes. Não houve nenhuma negativa em participar da pesquisa. É importante também registrar que todos eles tinham conhecimento que estavam concedendo os depoimentos para a ex - Coordenadora Pedagógica do ILK, mas esse fato não inibiu as suas manifestações.

Quanto à devolutiva dos depoimentos, ficou acordado com cada um dos ex-alunos um prazo determinado para a entrega. Alguns optaram enviar a devolutiva via e-mail, mas a maioria foi pessoalmente. Na data previamente determinada para a entrega, houve contato via telefone e ou e-mail, para os que não enviaram e ou não confirmaram a devolutiva, não houve qualquer tipo de cobrança e ou agendamento para uma nova data. Como resultado final, foram coletados 32 depoimentos.

Na análise dos depoimentos foi possível observar que os dos alunos do ano de 2003, que não tiveram contato anteriormente com a pesquisadora, não diferenciaram dos demais ex-alunos que conviveram com a mesma, quando esta atuava como Coordenadora Pedagógica no ILK.

Com base no material coletado e no referencial teórico adotado, organizou-se esta dissertação em três capítulos. No primeiro “As ações afirmativas e a educação superior”, abordaremos: a) apontamentos históricos das ações afirmativas; b) descrevemos os dados e indicadores sobre a situação sub-representação, vivenciada pela população negra no contexto contemporâneo; c) analisamos o acesso de negros na educação superior, com base em resultados apresentados demonstrando a situação de exclusão desse segmento étnico-racial no meio acadêmico; d) políticas de ações afirmativas que estão sendo desenvolvidas, pelo Estado e pelas organizações não governamentais; e) as barreiras e as dificuldades encontradas na implantação de políticas de ação afirmativa; f) o desempenho do governo e da sociedade civil na luta por políticas de ações afirmativas em Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo, “A história do Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa e sua opção pelas ações afirmativas na educação superior”, descrevemos: a) como ocorreu o processo de criação do Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa; b) a opção do ILK no atendimento às minorias sociais que se encontram excluídas da sociedade, e da educação superior e o desenvolvimento de ações concretas realizadas pelo ILK; c) o papel do Instituto Luther King como organização do terceiro setor.

No terceiro capítulo, “Os resultados alcançados pelos programas do Instituto Luther King - ensino, pesquisa e ação afirmativa”, examinamos o significado do Instituto Luther King para os ex-alunos, com base nos depoimentos dos alunos, coletados entre as turmas de 2003 a 2007, a saber: a) processo de acesso ao Instituto Luther King; b) a importância do ILK para fortalecimento da autoestima na vida de cada um dos participantes; c) a importância da parceria, em especial as que se referem às bolsas de estudo; d) as características humanizadoras do trabalho desenvolvido pelo ILK e a contribuição dos conhecimentos adquiridos para suas vidas; e as dificuldades enfrentadas pelos alunos para se prepararem para o vestibular; e) os resultados alcançados pelas ações desenvolvidas pelo ILK, por meio dos seguintes dados: etnia, acesso à educação superior de ex- alunos do ILK, no período de 2003 a 2007; a condição de acesso, por meio de vestibular/bolsistas/PROUNI; cursos e IES em que estão estudando.

É importante registrar que os depoimentos dos ex-alunos, os sujeitos principais do resultado desta pesquisa, contribuíram de forma significativa para tornar “viva” esta Dissertação. Durante a leitura e análise de seus depoimentos, em vários momentos nos emocionamos, dado a importância que eles atribuíram ao Instituto Luther King e o seu significado na mudança de suas vidas.

CAPÍTULO 1

AS AÇÕES AFIRMATIVAS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo tem como objetivo analisar as políticas de ações afirmativas e a educação superior, abordando: a) apontamentos históricos sobre a origem das ações afirmativas, b) descrição de dados e indicadores sobre a situação de sub-representação vivenciada pela população negra no contexto contemporâneo; c) o acesso de negros na educação superior; a mercantilização da educação superior no Brasil; d) a importância do movimento negro na implantação de políticas de ações afirmativas e as experiências de ações afirmativas que estão sendo desenvolvidas pelo Estado e por organizações não governamentais; e) as barreiras em relação à implantação dessas políticas por diferentes segmentos da sociedade; f) o empenho do governo e da sociedade civil na luta por políticas de ações afirmativas em Mato Grosso do Sul.

1.1 Ações afirmativas – apontamentos históricos

Entre as décadas de 1940 a 1970, os Estados Unidos foram marcados por vários movimentos, campanhas e decretos que contemplaram o processo democrático daquele país, lideranças negras, como Martin Luther King Junior, Malcom X ou Grupos radicais como “Panteras Negras”, fomentaram a luta pelos direitos civis dos afro-americanos.

Foi com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que se iniciou a adoção de tratados internacionais voltados para a proteção dos direitos fundamentais do ser humano, mediante a adoção de instrumentos internacionais de proteção.

Em 1965, as Nações Unidas aprovam a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada hoje por 167 países, dentre eles o Brasil. No seu artigo 1º a Convenção define discriminação racial como: “Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça e/ou cor [...] de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político-econômico, social, cultural ou qualquer outro domínio de sua vida” (PIOVESAN, 2005, p. 42).

Se a democracia se confunde com a igualdade, a implantação do direito à igualdade, por sua vez, impõe tanto o desafio de eliminar toda e qualquer forma de discriminação, como o desafio de promover a igualdade. Para a implementação do direito à igualdade, é decisivo que se intensifiquem e se aprimorem ações em prol do alcance dessas duas metas que, por serem indissociáveis, hão de ser desenvolvidas de forma conjugada. Há assim que combinar estratégias repressivas e promocionais, que propiciem a implementação do direito à igualdade. [...] Os Estados-parte não assumem apenas o dever de adotar medidas que proíbam a discriminação racial, mas, também, o dever de promover a igualdade, mediante implantação de medidas especiais e temporárias, que acelerem o processo de construção da igualdade racial (Idem, p.42).

Nesse sentido a importância da implementação de políticas sociais que promovam a diminuição das desigualdades, existentes nos diferentes segmentos é cada vez maior na sociedade. Segundo Abranches (1987), as políticas sociais podem ser preventivas, redistributivas e compensatórias.

A política social como obrigação permanente do Estado tem duas faces distintas: A primeira, voltada para aquelas vicissitudes que determinam a redução da capacidade das pessoas de obter renda definitiva, e insanável, velhice e invalidez, por exemplo. A outra contempla circunstâncias transitórias, coletivas e individuais (ABRANCHES, 1987, p. 15).

As políticas compensatórias são aqui entendidas como políticas específicas, com duração limitada, ainda que se estenda por um longo tempo, implementadas pelo Estado ou outras instâncias com objetivo de minimizar as grandes distorções sociais sofridas pelas minorias sociais, funcionando como uma forma de compensar séculos de discriminação e preconceito. “As políticas sociais chamadas ‘compensatórias’ são precisamente aquelas destinadas a minorar os efeitos nocivos de certas políticas econômicas” (SILVA, 1997, p. 191).

No Brasil, as políticas públicas compensatórias e de emancipação são necessárias e indispensáveis, pois ainda tem-se presente na sociedade, uma herança poderosa de problemas sociais resultantes da longuíssima duração de uma estrutura econômica baseada no trabalho escravo.

[...] A história da humanidade se faz de lutas e de conquistas de recursos e de avanços. **Crescimento econômico é fundamental, mas políticas sociais são imprescindíveis**, do ponto de vista dos interesses populares, [...] das camadas sociais subalternas. Políticas sociais constituem-se não apenas em plano simbólico, como pretendem certos segmentos da classe social dominante a possibilidade de conquista de direitos sociais: acesso a bens, recursos e serviços, transferência de renda para os mais pobres, satisfação de necessidades humanas básicas e vitais, melhoria da qualidade de vida e participação na gestão democrática de serviços sociais públicos (SILVA, 1997, p. 191, grifos nossos).

As ações afirmativas são exemplos dessas medidas compensatórias; visam a garantir e a promover os direitos da igualdade de oportunidades combinados ao reconhecimento de um tratamento desigual para os desiguais; são destinadas a grupos com pertencimento étnico-racial que se encontram sub-representados em virtude de discriminação sofrida no passado ainda fortemente presente na sociedade.

Ao abordar a origem das políticas ou das ações afirmativas, Aleixo Paraguassú Netto (2003, p. 8) relembra que:

Maria Aparecida da Silva, Presidente do GELEDÉS/São Paulo 2003, conta que no início da década de 1970 no fragor da campanha pelos direitos civis, capitaneadas por Luther King, o Presidente Kennedy passeava nos jardins da Casa Branca quando se deu conta que não havia negros nas redondezas, seja como faxineiro, motorista, etc. Percebeu-se que de tão excluídos os negros chegavam mesmo a serem quase invisíveis na sociedade americana, apesar de representarem 12% de sua população. Naquele exato instante, imaginou que alguma coisa precisava ser feita para reverter esta falta de visibilidade do negro americano no seio da sociedade. Resolveu então mandar uma proposta para o Congresso destinada a assegurar a inclusão social dos negros, dando-lhes visibilidade e para arrancá-los do gueto social ao qual estavam confinados. Medidas especiais destinadas à inserção do negro já haviam sido tomadas por Presidentes anteriores, desde a guerra civil. Mas foi Kennedy quem cunhou a expressão ‘*affirmative action*’ ao editar a Ordem Executiva (Executive Order) nº 10.925 de 06 de março de 1973.

Os Estados Unidos foram os primeiros a instituírem uma política de ação afirmativa por meio de um decreto presidencial, a *Executive Order* nº 10.925/06/03/1973, assinado pelo então presidente da República John Kennedy. O referido documento buscava estabelecer a promoção de medidas antidiscriminadoras, nas áreas da educação e trabalhista nas atividades da administração pública e privada com o objetivo integrar os afros descendentes aquela sociedade.

Sobre as ações afirmativas nos Estados Unidos, Munanga (2003, p. 47) afirma:

Nos Estados Unidos, onde foram aplicadas desde a década de sessenta, elas pretendem oferecer aos afro-americanos as chances de participar da dinâmica da mobilidade social crescente. Por exemplo: os empregadores foram obrigados a mudar suas práticas, planejando medidas de contratação, formação e promoção nas empresas, visando a inclusão dos afro-americanos; as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e outras medidas favoráveis à população negra; as mídias e órgãos publicitários foram obrigados a reservar em seus programas uma certa porcentagem para a participação dos negros. No mesmo momento, programas de aprendizado de tomada de consciência racial foram desenvolvidos a fim de levar a reflexão aos americanos brancos na questão do combate ao racismo. [...] Foi graças a ela que se deve o crescimento da classe média afro-americana, que hoje atinge cerca de 3% de sua população, sua representação no Congresso Nacional e nas Assembléias estaduais; mais estudantes nos níveis de ensino correspondentes ao nosso ensino médio e superior; mais advogados, professores nas universidades, inclusive nas mais conceituadas, mais médicos nos grandes hospitais e profissionais em todos os setores da sociedade americana. Apesar das críticas contra ação afirmativa, a experiência das últimas quatro décadas nos países que implementaram não deixam dúvidas sobre as mudanças alcançadas.

As ações afirmativas não se limitaram somente aos Estados Unidos, bem como não se destinaram exclusivamente para os negros.

Na Índia, desde a primeira constituição em 1948, previam-se medidas especiais de promoção do *Dalits* ou intocáveis, no parlamento (reserva de assentos), no ensino superior e no funcionalismo público. Na Malásia foram adotadas medidas de promoção à etnia majoritária (os *Buniputra*) sufocada pelo poder econômico dos Chineses e indianos. Na antiga União Soviética adotou-se a medida de cotas de 4% de vagas para habitantes da Sibéria na universidade de Moscou. Em Israel adotam-se medidas especiais para acolher os *Falashas*, judeus de origem etíope. Na Nigéria e na Alemanha há ações afirmativas para mulheres; na Colômbia, para os (as) indígenas; no Canadá, para indígenas e mulheres, além de negros, como as medidas existentes na África do Sul (SILVA, 2003, p. 20).

Ellis Cashmore (2000, p. 31), em seu “Dicionário de Relações Étnicas e Raciais”, no verbete “Ação afirmativa”, explica que essa “visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidade individual ao tornar crime de discriminação, e tem como beneficiários membros de grupos que enfrentaram preconceitos”.

Santos (2003, p. 16), assim definem as ações afirmativas:

[...] medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos religiosos, de gênero

e outros. Portanto, ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado.

1.2 A sub-representação dos negros no Brasil e a ações afirmativas

No Brasil, as políticas de ação afirmativa nasceram para atenuar a discriminação racial, a estigmatização e a desigualdade presentes em todos os segmentos da sociedade. A adoção dessas políticas adquiriu um sentido especial num contexto em que o pertencimento étnico-racial, tem grande importância quando se refere às desvantagens econômicas.

Feres Júnior e Zoninsein (2006) ao analisarem a justificação das ações afirmativas na Índia, Estados Unidos e no Brasil, afirmam que “é a experiência norte americana a mais significativa para o caso da ação afirmativa no Brasil” (FERES JÚNIOR; ZONINSEIN, 2006, p. 47). Segundo os autores, as ações afirmativas começaram a ser implantadas nos Estados Unidos, baseadas em dois argumentos de justificação: “a reparação e a justiça social”. No Brasil, entre os argumentos dos modos da adoção da ação afirmativa destacam-se:

O da reparação e o da diversidade, enquanto a questão da justiça social muitas vezes deixa de ser considerada. [...] A reparação, que é um argumento de grande apelo moral que justifica medidas compensatórias tanto para descendentes de africanos, os quais foram trazidos para este país a força e escravizados, como para indígenas e seus descendentes, que foram em grande parte dizimados ou, às vezes, escravizados. Existe hoje um grau razoável de consenso sobre a existência de desigualdade e discriminação racial em nosso país, que essa realidade se perpetua desde os tempos da colônia, e que algo deve ser feito para remediar esse problema. Não é por acaso que indígenas e afrodescendentes são os únicos grupos humanos nomeados explicitamente na constituição de 1988, o documento mais importante da refundação do Brasil democrático, o qual recomenda proteção de suas manifestações culturais por parte do Estado (FERES JÚNIOR; ZONINSEIN, 2006, p. 57, grifos nossos).

Ratifica-se com a afirmação dos autores, a exclusão em que ainda vive a grande maioria dos negros no Brasil. Munanga (2003, p. 47) afirma que, as “ações afirmativas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devido à sua situação de vítima do racismo e outras formas de discriminação”.

Martins (2004, p. 17) aponta dois grandes legados presentes na sociedade brasileira como consequência da escravidão: o primeiro é o grande número da população de negros: “[...] hoje o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo - são 76 milhões

de indivíduos, o que representa 45% da população total, perdendo apenas para a Nigéria”. A segunda herança da escravidão é a desigualdade racial, propagada e transmitida há várias gerações, conforme afirma o autor:

As imensas desigualdades raciais observadas no Brasil [...] nada mais são do que o resultado das brutais desvantagens e exclusões originais geradas pelo regime escravista, transmitidas através das gerações, e realimentadas cotidianamente pela ação de preconceitos e discriminações racistas, também originados no passado escravocrata, mas que continuam vivos e atuantes. Essas disparidades se manifestam sistematicamente em todos os aspectos da vida econômica e social do país, e em todas as regiões e unidades da federação brasileira (MARTINS, 2004, p. 18).

Dados do relatório de desenvolvimento humano, racismo, pobreza e violência do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2005), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006) apontam que a população negra se encontra em situação desfavorável e sub-representada em vários segmentos da sociedade brasileira.

No que diz respeito ao acesso dos negros ao poder do Estado, conforme o relatório do PNUD (2005), desde a Proclamação da República, em 1889, o Brasil não teve nenhum presidente da República pertencente a esse grupo étnico; nem mesmo no Senado da República esse grupo é representado. Em relação ao número de governadores, prefeitos e vereadores, o mesmo relatório aponta para dificuldade de dados precisos para fazer levantamento entre governadores e prefeitos, mas afirma: “Na história recente, há poucos exemplos de pessoas negras que comandaram o executivo estadual e municipal” (PNUD, 2005, p. 47).

Além disso, os negros também estão sub-representados no aparelho burocrático estatal. Há homens e mulheres negros entre os servidores públicos dos três poderes, mas quanto à hierarquia dos cargos, poucos atuam em patamares mais elevados.

Em setembro de 2006, o IBGE divulgou o estudo especial da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) das seis regiões metropolitanas do Brasil: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Os dados demonstram a predominância dos negros nas profissões que exigem menor qualificação e escolaridade e maior força bruta, trabalho braçal como na construção civil onde são 55,4% do total da mão-de-obra e os serviços domésticos onde perfazem 57% dos trabalhadores. A exceção é Porto Alegre, que também é a metrópole com a menor população de negros. Na atividade de

serviços prestados a empresas de intermediação financeira e nas imobiliárias foi encontrada a menor participação dos negros com 34,6%. Pode-se constatar esses dados na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Distribuição da população ocupada por cor ou raça segundo o grupamento de atividades e a região metropolitana - setembro de 2006 (%).

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água							
Preta e parda	39,9	61,0	83,7	56,4	45,9	34,3	9,4
Branca	60,0	39,0	15,6	43,3	53,9	64,6	90,3
Construção							
Preta e parda	55,4	77,5	88,4	68,8	58,2	46,3	21,0
Branca	44,1	22,2	11,6*	31,0	41,8	52,6	79,0
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos							
Preta e parda	41,1	62,3	82,3	55,5	45,3	29,7	9,2
Branca	57,9	36,8	17,6	44,3	54,7	68,2	90,6
Serviços prestados às Empresas e Intermediação Financeira, Atividades Imobiliárias							
Preta e parda	34,6	57,1	75,4	47,1	35,8	26,4	12,1
Branca	64,4	42,9	23,8	52,4	64,0	71,8	87,7
Educação, Saúde, Serviços Sociais, Administração Pública, Defesa e Seguridade Social							
Preta e parda	35,2	55,5	74,9	44,2	35,5	24,1	11,0
Branca	63,9	44,1	24,9	55,2	64,5	73,8	88,9
Serviços Domésticos							
Preta e parda	57,8	72,3	93,5	71,6	59,7	49,0	24,8
Branca	42,0	27,0	6,1**	27,9	40,2	51,0	74,2
Outros Serviços							
Preta e parda	43,7	65,7	81,9	57,7	45,6	34,0	12,2
Branca	55,6	33,7	17,9	41,9	54,2	64,4	87,8

Legenda: * Coeficiente de variação igual a 15,8

**Coeficiente de variação igual a 17,9

Fonte: IBGE (2006, p. 16).

Observa-se, no entanto, que na atividade da construção civil predomina a mão-de-obra dos negros, menos em São Paulo e Porto Alegre. Quanto aos serviços domésticos, estão super representados, exceto em Porto Alegre, demonstrando claramente a falta de oportunidade no mercado de trabalho. Diante desses dados, concorda-se com Henriques (2001, p. 1) quando afirma que “O pertencimento racial tem importância na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil”.

A desigualdade entre os declarados negros e os declarados brancos também é encontrada no valor do rendimento dos trabalhadores. O ganho médio do branco é mais que o dobro do recebido pelos negros, conforme demonstra a tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal segundo a cor ou raça - setembro de 2006 - Brasil.

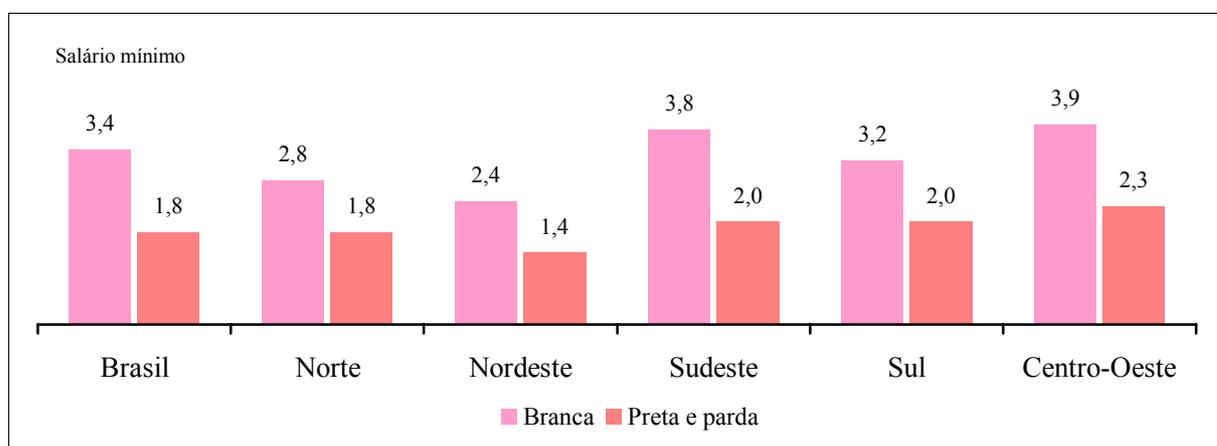
	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Negros (1)	660,45	540,91	644,91	692,70	653,31	694,00	649,40
Branco (2)	1.292,19	1.046,93	1.749,90	1.249,95	1.361,30	1.361,30	1.062,95
Razão (1) / (2) *100	51,1	51,6	36,9	55,4	50,5	51,0	61,1

Fonte: IBGE (2006).

Nota-se que em nenhuma das cidades onde aquela pesquisa foi realizada a média salarial recebida pelos negros é igual ou superior à recebida pela população branca, nem mesmo nas cidades como Salvador, onde o percentual da população negra é de 82% e Recife, que possui 63% de população negra. Em Salvador os negros recebem 36,9% do rendimento dos brancos e em Recife 51,6%. Esses dados revelam que nessas duas cidades a população negra está segregada no mercado de trabalho, ocupando, em sua maioria, funções de menores rendimentos. O paradoxo da relação acentua-se com os dados de Porto Alegre onde os negros percebem 61,1% da renda dos brancos e cuja população negra soma apenas 13,1% do total (IBGE, 2006).

Com relação ao rendimento mensal, em salários mínimos, os negros continuam tendo os menores salários em todas as regiões do país, conforme o gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Rendimento médio mensal de todos os trabalhos, em salários mínimos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça, segundo as grandes regiões - 2006.

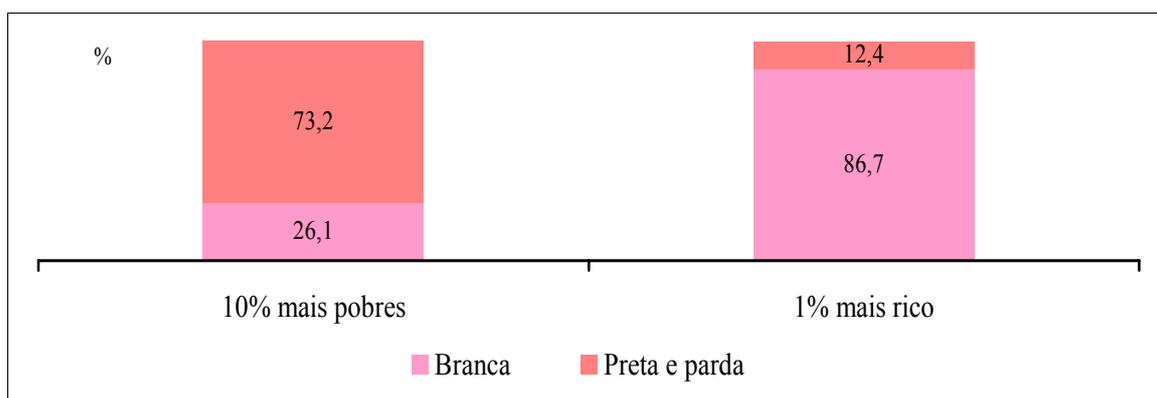


Fonte: IBGE (2006).

O gráfico de rendimento mensal revela que no país os negros recebem em torno de 1,6 salários mínimos a menos que os brancos, acusando grande desigualdade. Analisando essa desigualdade por região, encontram-se variações, mas mantém-se a diferença. Dentre estas destacam-se as regiões sudeste com a média de 1,8 salários menor para os negros e a região Centro-Oeste, com 1,6 salários a menos.

Ainda em relação à desigualdade, quando comparada à participação de negros e de brancos na apropriação da renda nacional, observa-se que os negros são maioria entre os mais pobres, conforme demonstra o gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Distribuição do rendimento mensal familiar *per capita* das pessoas de 10 ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça - Brasil - 2006.



Fonte: IBGE (2006).

Os dados do gráfico 2 indicam que em 2006 os negros eram a maioria dos 10% mais pobres no Brasil, ou seja 73,2%; enquanto os brancos representavam apenas 26,1% dos mais pobres. Com relação aos mais ricos, apenas 12,4% são negros e os brancos compõem 85,7%. A simples confrontação dos dados indica o quanto nosso país é desigual em relação à distribuição de renda entre os grupos étnico-raciais.

A desigualdade encontrada na disparidade da renda e no mercado de trabalho manifesta-se em outros indicadores, como habitação, saúde, assistência jurídica, acesso ao saneamento básico, à cultura, ao lazer e, sobretudo, à educação. É também nesse segmento populacional que se encontram os maiores níveis de mortalidade infantil e de jovens.

Na educação as desigualdades raciais expressam a grande exclusão social em que se encontram as crianças, jovens e adultos pertencentes a esse segmento étnico-racial. A

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD do IBGE em 2006 aponta que entre cerca de 15 milhões de analfabetos, 10 milhões são pretos e pardos. Dentre esses, a taxa de analfabetismo dos jovens de 15 anos ou mais de idade é de 14%, o dobro dos considerados brancos, cuja taxa é de 6,5% (IBGE, 2007). A taxa de frequência escolar também é sistematicamente desproporcional em todas as faixas etárias e em todas as regiões do país, conforme demonstra a tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Taxa de frequência escolar das pessoas de 5 a 24 anos de idade, por cor ou raça e grupos de idade (%), segundo as grandes regiões - 2006.

Grandes Regiões 2006	5 a 6 anos		7 a 14 anos		15 a 17 anos		18 a 19 anos		20 a 24 anos	
	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda
Brasil	86,4	83,0	98,4	97,1	85,1	79,6	48,9	45,1	29,1	22,0
Norte	76,1	73,2	96,4	95,9	81,0	78,5	49,9	49,1	28,9	24,6
Nordeste	89,8	86,8	89,8	96,7	81,4	79,0	56,4	79,0	29,1	24,8
Sudeste	90,8	86,5	98,8	97,7	87,9	81,7	47,7	81,7	29,8	18,7
Sul	78,4	18,7	98,5	98,0	82,7	73,1	44,9	33,8	26,6	15,3
Centro Oeste	81,8	75,1	98,8	97,7	86,3	80,9	50,9	44,7	32,5	22,1

Fonte: IBGE (2007).

Os dados indicam que conforme o grupo étnico há uma significativa diferença na relação frequência escolar versus faixa etária, sendo que em cada região os percentuais atingidos pela população de negros são sempre menores. Ao relacionarmos a idade ao nível de ensino, observa-se que se evidencia a desigualdade entre brancos e negros, sendo que os negros apresentam maior distorção na relação série-idade, conforme tabela 4, a seguir.

Tabela 4 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e nível de ensino frequentado, segundo as grandes regiões - 2006.

Grandes Regiões - 2006	Estudantes de 18 a 24 anos de idade									
	Total (1 000 pessoas)		Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)							
			Fundamental Ou 1º grau		Médio ou 2º grau		Pré-vestibular		Superior ou 3º grau ⁽¹⁾	
	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda
Brasil	3.995	3.622	8,8	22,8	29,7	50,0	5,0	4,0	56,0	22,0
Norte	175	504	15,5	25,6	38,9	49,8	5,1	5,2	39,4	18,2
Nordeste	753	1.656	19,1	29,7	39,8	50,2	5,7	3,7	34,6	14,8
Sudeste	1.968	1.025	5,8	13,3	26,7	50,9	5,2	4,0	62,0	31,0
Sul	825	137	5,5	12,5	26,6	52,5	4,1	3,8	63,2	30,6
Centro Oeste	273	300	7,5	16,9	26,8	45,3	3,7	3,4	61,2	33,5

Nota: Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

⁽¹⁾ Inclusive Graduação, Mestrado ou Doutorado.

Fonte: IBGE (2006, 2007).

Os dados da tabela 4 mostram que a disparidade na escolaridade é encontrada em todos os níveis da educação e em todas as regiões do Brasil. Observa-se que entre os 3.995 estudantes de 18 a 24 anos que se declararam brancos, 8,8% cursam o ensino fundamental; 29,7% o ensino médio e 56% a educação superior. Entre os 3.622 que se declaram pretos e pardos, 22,8% cursam o ensino fundamental; 50% o ensino médio e apenas 22% a educação superior. A faixa etária para a conclusão do ensino fundamental sem retenção ou evasão ocorre entre 14 e 15 anos de idade e 18 anos para o ensino médio. Verifica-se que há um maior índice de negros com distorção série/idade em todas as etapas da escolaridade. A disparidade é contínua e se confirma também no ensino não formal como nos cursinhos pré-vestibulares. Os resultados são ainda mais expressivos em relação ao ensino médio e a educação superior.

Esse processo segregatório foi claramente evidenciado no Censo Escolar da Educação Básica (2005) que pela primeira vez levantou dados étnico-raciais. Segundo análise desse levantamento, chama atenção a progressiva ausência de negros na educação à medida que avançam as séries e níveis de estudo. Os negros têm acesso à escola, mas a progressão e a permanência são muito desproporcionais ao número de matrículas, o que acarreta o aumento dos índices de distorção entre idade e série ou mesmo a grande ausência de negros nas séries e níveis finais da educação formal.

Não é preciso fazer grande esforço de reflexão para perceber o processo inibidor por que passa a criança negra na experiência escolar. A imagem do negro não aparece entre as profissões de prestígio social, quando, por exemplo, se estuda as profissões no currículo escolar. No ensino de história, o personagem negro está circunscrito ao período da escravidão; as mães com seus filhos que ocupam os murais escolares são brancas. Os personagens das histórias em quadrinhos são brancos; as famílias ou pequenos grupos que aparecem nas ilustrações ou filmes didáticos realizando atividades como trabalho, lazer, estudo, são brancos; os pais, que em geral pouco aparecem, também são brancos; os artistas ou cientistas estudados ou apreciados são brancos. Esse é o espaço da omissão que não é apenas didática, ela é política, pois está na base dos princípios que organizam as escolhas realizadas (LOPES, 2006, p. 258).

A ausência de traços culturais dos negros no cotidiano escolar e o não conhecimento da cultura afro-brasileira pelos educadores, são questões denunciadas pelo movimento negro indicando a necessidade de qualificação dos professores. A aprovação da Lei 10639/2003, fruto de um projeto apresentado em conjunto pelos deputados Ben-Hur Ferreira – militante do movimento negro de MS - e Esther Pillar Grossi - educadora do Estado do Rio Grande de Sul e aprovado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de janeiro de 2003, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos educacionais do país, foi uma das grandes conquistas do movimento negro. É o reconhecimento da importância da influência da cultura africana na formação da cultura brasileira e busca da desconstrução da discriminação étnico-racial.

A Lei Ordinária nº 11.645, de 10 de março de 2008, altera a lei 9.394/1996 que foi modificada pela Lei 10.639/2003, para incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ensino de “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” no ensino fundamental e médio, nos estabelecimentos educacionais do país.

1.3 O acesso de negros na educação superior

No decorrer do séc. XIX, a universidade brasileira e aqueles que nela concluíram a educação superior conviveram com o período escravocrata vigente no país e com a exclusão do negro na educação, em especial, a educação superior. Na continuidade da história persiste a desigualdade e o não oferecimento de iguais condições para o acesso à educação, em especial à educação superior.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura os elementos imprescindíveis para o ser humano e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. No artigo 208, estabelece que é o dever do Estado prover a educação dos cidadãos em todos os níveis, da educação infantil à superior, mas segundo a capacidade de cada um, deixando claro que as oportunidades estão dadas pela sociedade. Alcançá-las, porém, vai depender do mérito e da vontade dos que a almejam. No entanto, o oferecimento desses diferentes níveis de ensino que deveria ser igual a todos os brasileiros e providos pelo Estado não atinge a todos, tendo como consequência uma desigualdade que se estende por séculos.

A partir da década de 1990, a educação superior no Brasil sofreu mudanças significativas, conduzidas segundo as exigências do mercado, prevalecendo às regras da política neoliberal.

Os cursos oferecidos nas universidades pouco têm a ver com os interesses das grandes massas. Os cursos de Economia buscam maneiras de aumentar a riqueza e, em raros casos, estudam a superação da pobreza. Os cursos de Medicina estão mais interessados em não deixar que os ricos morram ou envelheçam do que em evitar a mortalidade infantil. Os arquitetos se preocupam em construir mansões e edifícios para os ricos, e quase nunca pensam em soluções para os problemas habitacionais dos pobres. Os cursos de Nutrição dão mais ênfase a emagrecer os ricos do que a engordar os pobres (BUARQUE, 2003, p. 34).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9394/96, no seu artigo 43, inciso II, estabelece as finalidades da Educação Superior. Destacam-se, entre essas, formar diplomados para atuarem profissionalmente em diferentes áreas e participar no desenvolvimento da sociedade. O inciso VI ressalta o objetivo de estimular o conhecimento dos problemas que permeiam o mundo e particularmente os nacionais e regionais, além da prestação de serviços à comunidade. Porém essas devolutivas dos cursos universitários à sociedade apontadas na LDB não contemplam as suas necessidades, sobretudo daqueles que vivenciam a exclusão social e racial.

O Brasil possui um contingente de 8,5 milhões de jovens no ensino médio e outros 7 milhões que já o concluíram e têm esperanças de ingressar na educação superior. “O mais alarmante é que 25% desses candidatos à educação superior, 2, 1 milhões de estudantes, são carentes e não teria condições de frequentar uma universidade, mesmo que esta fosse inteiramente gratuita” (PACHECO; RISTOFF, 2004, p. 9).

Nota-se um paradoxo, pois há um segmento muito grande de jovens que não possuem condições de estudar mesmo se ingressarem numa universidade pública e gratuita, enquanto expande-se o número das instituições privadas, acentuando-se a mercantilização da educação superior no Brasil.¹

[...] a educação superior apresenta, realmente, a tendência à mercantilização: com a redução cada vez mais latente da esfera pública estatal, há uma crescente atitude do Estado em omitir a sua responsabilidade sob serviços básicos destinados à população; a expansão crescente da educação superior privada, de corte empresarial, encontra, pois, o espaço necessário para instalar seus 'negócios' (BITTAR, 2002, p. 54).

Ianni (1997) recorda que a concepção genuína de universidade não coaduna com a lógica empresarial e de mercado, pois a universidade está centrada na promoção da humanidade e de seus atributos em suas expressões pessoais, sociais e culturais, oferecendo o aprimoramento e a difusão de valores como a liberdade, a criatividade, a cultura e a diversidade num contexto de tolerância e democracia:

A universidade rima com humanidade. A universidade não rima com empresa, com mercado, com acumulação de capital, mas tem a ver com cultura e liberdade de pensamento, é na universidade que ressoa muito do que é criatividade da sociedade; ela admite diferentes maneiras de expressar a sociedade, diferentes indivíduos, grupos e categorias sociais, é claro que encontra na universidade uma oportunidade adicional para, vamos dizer, aprimorar-se, para difundir-se (IANNI, 1997, p. 34).

O Censo da Educação Superior INEP de 2007 demonstra que do total de 2.281 instituições de educação superior, apenas 249 são públicas; (106 Federais, 82 Estaduais e 61 municipais.); 1.593 são particulares e 439 são confessionais comunitárias /filantrópicas (INEP, 2009). Pode-se constatar a expansão das 1.180 instituições privadas em 2000, para 2.032 em 2007. O número de IES privadas (Centro Universitário, Faculdades Integradas, Faculdades Escolas e Institutos), quase dobrou nos últimos anos, principalmente no interior do país, comprovando a questão da mercantilização na educação superior (INEP, 2009).

¹ Segundo os dados do censo do INEP, houve uma grande expansão do número de IES Privadas no Brasil: em 1994 existiam 851 Instituições de Ensino Superior, sendo 633 privadas e 218 públicas. O Censo da Educação Superior INEP de 2007 demonstra que do total de 2.281 instituições de educação superior, 249 são públicas; (106 Federais, 82 Estaduais e 61 municipais.) 1.593 são particulares e 439 são confessionais comunitárias /filantrópicas (INEP, 2009). Tais dados revelam o quanto foi vertiginoso o crescimento de Instituições de Ensino Superior do setor privado, contudo não se pode negar que também crescimento das Instituições Federais, e do aumento de vagas nas IES públicas, principalmente na gestão do governo Lula. Em 2005 houve um crescimento das instituições federais em torno de 11,5%, sendo criadas sete universidades públicas federais. Em 2008, 329.260 vagas foram oferecidas em universidade públicas (BRASIL/MEC/INEP, 2009).

Os dados revelam que é imprescindível a regulamentação sobre esse crescimento acelerado do setor privado, além da necessidade de investimentos e ampliação de universidades públicas para atender a demanda de jovens que se encontram excluídos. Entretanto, não basta apenas oferecer mais cursos nas instituições públicas, faz-se necessário criar vagas em diferentes áreas, sobretudo no período noturno, pois existem estruturas físicas ociosas nesse período. Dessa forma, pode-se preencher uma lacuna ocupada somente pelas instituições privadas que atendem a demanda daqueles que precisam trabalhar e estudar concomitantemente, realidade da maioria dos jovens brasileiros.

De acordo com Didonet (2005), a expansão das universidades públicas além de suprir a demanda crescente de alunos, decorrente do aumento de egressos do ensino médio, em especial dos mais carentes, ampliaria o desenvolvimento da pesquisa, pois realizam 90% da pesquisa e da pós-graduação do país.

Na busca de acesso à educação superior por meio do vestibular e de outros processos seletivos, como o Exame Nacional do Ensino Médio e avaliações seriadas realizadas ao longo do ensino médio, 5.191.760 (cinco milhões, cento e noventa e um mil, setecentos e sessenta) candidatos concorreram a uma das 2.823.942 (dois milhões, oitocentos vinte e três mil, novecentos e quarenta e dois) vagas oferecidas pelas universidades públicas e privadas do país. Desse contingente, apenas 1.481.955 (um milhão, quatrocentos e oitenta um mil, novecentos e cinquenta e cinco) ingressaram na educação superior (BRASIL/MEC/INEP, 2009).

Nas universidades públicas houve 329.260 (trezentos e vinte e nove mil, duzentos e sessenta) vagas oferecidas, para as quais concorreram 2.290.490 (dois milhões, duzentos noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa) candidatos, dos quais 298.591 (duzentos noventa e oito mil, quinhentos e noventa e um) ingressaram. Restaram nas IES privadas 2.494.682 (dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois) vagas oferecidas, para as quais concorreram 2.901.270 (dois milhões, novecentos e um mil, duzentos e setenta) candidatos, havendo 1.183.464 (um milhão, cento e oitenta e três mil, quatrocentos sessenta e quatro) ingressantes (BRASIL/MEC/INEP, 2009).

Apesar de apresentar maior ociosidade de vagas, o setor privado detém o maior número de ingressantes e também de vagas. O número de matrículas no período noturno também é maior nas IES privadas. Das 4.880.381 (quatro milhões oitocentos e oitenta mil, trezentos oitenta e um) matrículas nos cursos presenciais em todo o país, 1.870.848 (um milhão, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e quarenta e oito) foram realizadas no período

diurno e 3.009.533 (três milhões nove mil, quinhentos e trinta e três) no período noturno. Nas universidades públicas das 1.240.968 (um milhão, duzentos e quarenta mil, novecentos e sessenta e oito) matrículas, foram 803.399 (oitocentos e três mil, trezentos e noventa e nove) realizadas no período diurno e 464.569 (quatrocentos sessenta e quatro mil, quinhentos sessenta e nove) no período noturno. Nas IES privadas foram realizadas, 3.639.413 (três milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quatrocentos e treze) matrículas, sendo 1.094.449 (um milhão, noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove) no período diurno e 2.544.964 (dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro) no período noturno (BRASIL/MEC/INEP, 2009).

Os dados demonstram que a liberdade de abertura de cursos e vagas nas IES privadas, acabam tendo como consequência o grande número de vagas ociosas nessas IES. Situação paradoxal frente ao número de alunos que buscaram uma vaga, mas ainda se encontram excluídos do sistema, pois não possuem condições de pagar as mensalidades na educação superior privada .

Como exemplo dessa exclusão, cita-se o caso dos alunos do Instituto Luther King, pois desde o ano de 2003 até o ano de 2007, passaram pela Instituição 416 alunos. Deste total, 253 foram aprovados em universidades públicas e privadas; mas apenas 160 continuam cursando a educação superior. Os demais aprovados, um total de 93 alunos, que não foram contemplados com bolsas do Prouni ou por convênios, e não conseguiram ser aprovados em instituições públicas, ainda continuam excluídos desse universo, pois a demanda das vagas oferecidas não são suficientes para atender os jovens que se encontram fora da educação superior.

Esses jovens são provenientes das classes mais baixas, com renda inferior a três salários mínimos. A situação de exclusão tende a aumentar se não houver expansão dos investimentos públicos em educação superior. Ressalta-se que os dados expostos referem-se apenas aos cursos presenciais; não foram computados os dados da educação a distância que tem registrado um acelerado crescimento a partir de 2005, principalmente nas IES privadas. Entre 2003 e 2006 houve um aumento de 571% em número de cursos e de 315% no número de matrículas. Em 2005 os alunos de EAD representavam 2,6% do universo dos estudantes. Em 2007 essa participação passou a ser de 7 % (BRASIL/MEC/INEP, 2009).

O grande número de vagas ociosas e o crescimento acentuado do setor privado revelam um sistema excludente da educação superior. O acesso a educação superior no Brasil é pautado num processo seletivo que exclui grande parte dos jovens por meio da renda antes

mesmo de se aferir desempenho intelectual. Como a maior parte dos negros está nas camadas sociais mais pobres, estes estão sub-representados em quase todas as universidades do país. Estudo realizado por Queiroz sobre a participação dos negros nas universidades federais do Maranhão, Rio de Janeiro, Paraná e Brasília concluiu que:

Em quase todas as universidades, os brancos representaram proporções superiores à metade dos estudantes. Constatou-se uma sobre-representação dos brancos e uma sub-representação dos negros na universidade, mesmo nos estados em que estes são a maioria expressiva da população como Bahia e Maranhão (QUEIROZ, 2006, p. 143).

Essa sub-representação é confirmada com o simples exercício de se retroagir no tempo ou observar os corredores e as salas de aula das diferentes universidades do país, públicas ou privadas, para se verificar o pequeno número de negros atuando como professores universitários ou o número reduzido de alunos negros encontrados especialmente nos cursos considerados de elite.

Ao longo da história pouco tem se modificado ou se tentado fazer para reverter o problema da exclusão do negro, especialmente no que diz respeito à sua formação escolar. Desde a época do Brasil Império o acesso à educação superior no Brasil foi excludente, na ótica que expõe Carvalho (1980, p. 61):

Os filhos de famílias de recursos, que podiam aspirar a uma educação superior, iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo D. Pedro II, e no final iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de Direito e Medicina. [...] Outra alternativa para os ricos era a Escola Naval, sucessora da Real Academia em 1808, onde, apesar da gratuidade do ensino, era mantido um recrutamento seletivo baseado em mecanismo discriminatório, o mais importante dos quais era a exigência de custosos enxovais. [...] Muitos para garantirem a admissão, faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores particulares. Eram obstáculos sérios para alunos pobres, embora alguns deles conseguissem passar pelo peneiramento. Menciona-se, por exemplo, a presença de estudantes de cor já nos primeiros anos da Escola de São Paulo, aos quais por sinal, um dos professores recusava cumprimentar.

A perpetuação desse cenário excludente é claramente percebida mediante os dados de escolaridade da tabela 5, a seguir:

Tabela 5 - Taxa de Escolarização líquida por sexo segundo cor/raça e nível/etapa/modalidade de Ensino Brasil/2004.

Cor /Raça e nível/ modalidade de ensino	Total	Homem	Mulher
Total			
Ensino Médio	44,4	39,4	49,5
Ensino Superior	10,5	9,1	11,8
Branca			
Ensino Médio	56,2	51,5	60,8
Ensino Superior	16,1	14,6	17,4
Negra			
Ensino Médio	33,6	28,6	38,9
Ensino Superior	4,9	3,9	6,0

Fonte: IPEA. Retratos da desigualdade (IPEA/UNIFEM, 2006).

Os dados permitem comprovar a desigualdade do acesso à educação superior, visto que 16,1% de jovens brancos possuem esse nível de educação, contra apenas 4,9% de jovens negros. Quanto ao gênero, as mulheres despontam à frente e hoje já são a maioria dentro das universidades.

É comum os jovens com melhor poder socioeconômico disporem, para sua formação escolar, além do currículo mínimo exigido nas diferentes etapas da educação básica, de cursos particulares paralelos de disciplinas específicas para suprir possíveis lacunas na sua aprendizagem; de cursos de línguas que os preparam para o acesso a educação superior, como também de acesso à Internet, de bons materiais didáticos, de livros e revistas e de tempo disponível para o estudo, pois a grande maioria não necessita trabalhar para a sua manutenção.

A realidade da população negra é bem diferente. Os dados do Atlas Racial Brasileiro, de 2004, demonstram que “[...] 65% dos pobres e 70% dos indigentes são negros”. Portanto, pode-se estabelecer a existência de uma educação diferenciada, segundo o poder econômico de cada classe social. Fica impossível competir em igualdade de condições na disputa por uma vaga na educação superior, especialmente nas universidades públicas.

A tabela 6, a seguir, explicita o quanto a presença de acadêmicos negros em algumas universidades públicas é desproporcional ao número de representantes dessa etnia em alguns estados da federação:

Tabela 6 - Distribuição de estudantes segundo a cor na UFRJ, UFPR, UFMA, UFBA, UNB, USP.

	UFRJ	UFPR	UFMA	UFBA	UNB	USP
Branca	76,8	86,5	47	50,8	63,7	78,2
Negra	20,3	8,6	42,8	42,6	32,3	8,3
Amarela	1,6	4,1	5,9	3	2,9	13,0
Indígena	1,3	0,8	4,3	3,6	1,1	0,5
Total	100	100	100	100	100	100
% negros no Estado	44,63	20,27	73,36	74,95	47,98	27,4
Déficit	24,33	11,67	30,56	33,55	15,68	18,94

Fonte: GUIMARÃES; PRANDI (2001).

Guimarães (2003) aponta as causas da baixa proporção de negros nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas. Destacam-se duas: a pobreza e baixa qualidade dos cursos preparatórios. Acresce-se a incipiente qualidade da escola pública de nível médio oferecida às populações mais pobres. Na afirmação do autor:

As causas da pequena absorção dos ‘negros’ tem a ver com: a) a pobreza, b) a qualidade da escola pública, c) preparação insuficiente, pouca persistência (pouco apoio familiar comunitário) e) e com a forma do exame de seleção (o exame de vestibular não deixa espaço para que outras qualidades e potencialidades dos alunos sejam avaliadas) (GUIMARÃES, 2003, p. 206).

O fato é que as provas de exame vestibular para o ingresso nas universidades públicas também retratam a imensa discriminação sofrida pelos negros. Tal situação impele muito desses jovens a buscarem uma vaga nas IES privadas, como única alternativa para ingresso na educação superior. Os poucos que conseguem transpor essa barreira enfrentam ainda grandes dificuldades.

Chegar às portas da universidade numa condição de enorme desvantagem, para competir com estudantes de outros segmentos raciais, com uma história bastante diferenciada. Aqueles que conseguem driblar os obstáculos interpostos no seu trajeto escolar e logram ultrapassar a barreira representada pelo vestibular seguem ainda prisioneiros deste destino, que lhe reserva uma vaga de menor importância dentro das opções oferecidas pelo ensino superior (QUEIROZ, 2004, p. 15).

Conforme Santos (1985, p. 287) [...] “os jovens negros, para titularem-se, tinham de recorrer à rede particular de ensino superior, obtendo diplomas desvalorizados no mercado de trabalho, que acentuavam ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas”.

Além dessas dificuldades enfrentadas pelos negros para o acesso ao curso superior, verifica-se o menor número deles nos cursos considerados de elite, com maior demanda e prestígio econômico na sociedade - Medicina, Odontologia, Bioquímica e Arquitetura. Percebe-se, conforme a Tabela 7, maior representatividade nos cursos considerados menos significativos perante a sociedade - Licenciaturas, Serviço Social e Ciências Sociais. Geralmente são concluídos nas instituições privadas e no período noturno, visto que as universidades públicas não oferecem todos os cursos no período noturno, quando a maioria dos alunos trabalhadores teria a possibilidade de cursar uma universidade.

Tabela 7 - Proporção de negro, por curso superior - concluído - Brasil, 1980-2000 (em %).

Curso selecionado	1980	2000	Curso selecionado	1980	2000
Administração	8,50	12,30	Engenharia química	7,80	11,20
Agronomia	14,40	14,40	Estatística	16,40	22,80
Arquitetura	5,70	8,10	Farmácia	11,60	11,80
Artes	6,30	11,90	Filosofia	12,60	21,20
Biblioteconomia	10,90	21,30	Física	9,20	19,60
Biologia	9,20	17,10	Geografia	14,90	26,30
Ciências contábeis	12,70	18,50	História	12,20	26,10
Ciências econômicas	9,50	14,10	Letras	10,90	20,80
Ciências sociais	12,30	20,30	Matemática	9,70	18,70
Computação	9,90	11,60	Medicina	9,70	11,30
Comunicação social	8,90	12,20	Odontologia	9,00	8,90
Direito	9,40	13,60	Pedagogia	10,70	20,90
Educação física	11,20	17,10	Psicologia	6,00	10,80
Enfermagem	23,10	25,20	Química	8,60	14,50
Engenharia civil	8,40	12,70	Serviço social	15,80	24,20
Engenharia elétrica	6,60	11,90	Veterinária	14,30	10,50
Total/média nacional				13,66	15,44

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1980 e 2000.

Acrescente-se que a falta de debate sobre as questões étnico-raciais dentro das universidades é um fator que contribui para a reprodução da educação voltada para um pequeno segmento da sociedade considerado como elite:

A classe universitária ainda não parou para pensar a sua condição branca e excludente. Porque a academia se espelha na Europa e nos Estados Unidos, a imagem que faz-se de um acadêmico não inclui um negro e não temos nenhuma imagem da academia na África. A imagem de uma sala onde existia alguém pensando, seja em Biologia, História ou Física, era até uma geração atrás, a de um homem branco. Incluímos agora a imagem de uma mulher no lugar do cientista e continuamos com a imagem de uma platéia formada por pessoas brancas que escutam esses brancos. Basicamente, esta é a imagem, assimilada e reproduzida acriticamente, do que é o mundo universitário no Brasil (CARVALHO, 2002, p. 83-84).

Pacheco e Ristoff (2004, p. 11) também afirmam que a universidade [...] “precisará repensar as suas atitudes muitas vezes elitistas e excludentes”. É de essencial importância rever e desconstruir a visão de homogeneidade imposta nas universidades, especialmente a pública. Na tabela a seguir pode-se observar um pequeno crescimento em relação à presença de alunos negros nas universidades, principalmente a partir de 2002.

Tabela 8 - Percentual da população da educação superior por cor/raça 2000-2004.

Ano/Cor	2000	2001	2002	2003
Branco	80,5%	83,7%	76,2%	72,9%
Negro/Preto	2,2%	1,8%	3,1%	3,6%
Pardo ou Mulato	13,6%	11,4%	18%	20,5%
Amarelo (de origem oriental)	2,6%	2,1%	2,2%	2,0%
Indígena ou de origem indígena	1,1%	0,9%	0,5%	1,0%

Fonte: MEC/INEP/DEAES (2004). Dados disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2094&catid=202>. Acesso em: 15 mai. 2009.

Os dados expostos apontam um pequeno declínio da representação dos declarados brancos de 7% no período entre 2000 a 2004, e um crescimento de mais 1,4% de negros e mais 7% de pardos. Entretanto, continua sendo grande a diferença entre brancos e negros.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (2005), revela que a partir de 2002 com a implantação de políticas de ação afirmativa como as cotas em diferentes universidades e a implementação do PROUNI, houve um aumento do percentual de negros na universidade (negro/preto, 3,1% + pardo ou mulato 18%) de 21,1% em 2002 para 30% em 2005. O crescimento deve-se principalmente às matrículas em instituições privadas, via PROUNI. De acordo com Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), até 2008.

[...] cerca de 300 mil vagas foram criadas com a instituição do PROUNI, dentre as quais um terço foi ocupado por alunos negros. Desta forma, temos uma quantidade de alunos negros nas universidades que supera o número de negros que chegaram ao ensino superior durante toda a última década. Desde a Abolição da Escravatura, há 120 anos, nunca houve uma política de inclusão tão extensa em nosso país (BRASIL, 2008).

Os dados revelam que com a instituição do PROUNI 100 mil alunos negros tiveram acesso às universidades. É um percentual significativo, mas é importante verificar-se quantos alunos estão conseguindo concluir os cursos, pois há necessidade de criação de políticas que garantam também a permanência e a conclusão dos alunos cotistas.

São indiscutíveis os resultados positivos, em relação ao acesso de jovens negros na educação superior por meio do PROUNI, mais ainda é grande o número de jovens que ainda continuam excluídos nesse nível de ensino, a adoção do PROUNI tem contribuído para minimizar essa exclusão, mas ainda é insuficiente para reverter esse quadro perverso de exclusão social e garantir o acesso à educação superior. Por outro lado, sem a sua implantação os bancos universitários continuariam destinados à população branca, enquanto aos negros restaria a permanência numa classe social excluída, marcada pela desigualdade de oportunidades e de direitos.

Contudo, não se pode deixar de ressaltar, que o Estado ao conceder ajuda financeira para as IES privadas a partir de programas como o PROUNI, por meio de privilégios fiscais, deixa de dar prioridade as universidades públicas, que poderia estar recebendo um grande número desse alunado, se também oferecessem diferentes cursos, no período noturno a exemplo do que fazem as IES privadas.

As diferentes estratégias desenvolvidas por meio de ações governamentais ou por iniciativas não governamentais, a exemplo do Instituto Luther King ou pelo movimento negro tem contribuído para o acesso dos negros à educação superior, mas há um longo caminho a percorrer até que se consiga uma paridade do percentual de negros e brancos nos *campi* das universidades. Principalmente nos cursos com maior prestígio, pois “brancos e não brancos participam desigualmente do ensino superior” (QUEIROZ, 2004, p. 16).

1.4 Políticas de ações afirmativas

Na história brasileira, poucas leis foram implementadas com o objetivo de interferir e combater o racismo e seus efeitos. Houve uma lei, datada de 1941 que versava sobre a discriminação racial na educação, proibindo a veiculação de preconceitos raciais ou de cor por meio dos livros didáticos (CAVALLEIRO, 2004, p. 7). Essa lei foi pouco conhecida e não foi aplicada. Houve outras leis, como a Lei da Nacionalização do Trabalho que destinava dois terços das vagas das empresas estrangeiras atuantes no Brasil aos brasileiros natos. Houve também a Lei do Boi nº 465/1968 que estabelecia reserva de 50% das vagas dos cursos médios e superiores de agricultura e veterinária públicos a agricultores ou a seus filhos. (SANTOS; LOBATO, 2003, p. 17).

Não são encontrados registros de nenhum movimento em oposição às ações citadas. Note-se que a reserva de 50% das vagas para agricultores ou seus filhos, nas universidades, favoreceu muitos latifundiários brasileiros.

Mesmo diante de tantos impedimentos para a possível ascensão social do negro na sociedade da época, grupos de resistência assumiam ideais de liberdade e igualdade. Sabe-se que a resistência do negro remonta desde o período da escravidão, quando do surgimento dos quilombos, até chegar à organização do movimento negro, que passou por diferentes períodos

A discussão sobre o racismo e a discriminação e suas consequências, tem início a partir do séc. XX, por meio de movimentos organizados como a Frente Negra Brasileira, e a imprensa, como o jornal “O Quilombo” e o Teatro Experimental do Negro – TEN. (NASCIMENTO, 2007, p. 1).

O movimento negro passou por mudanças significativas. Na primeira fase do protesto negro no país, ocorrida entre 1889 a 1937, o movimento tinha um caráter mais nacionalista, que persistiu na segunda fase, entre 1945 e 1964. Somente a partir de 1978, quando inicia a terceira fase, o movimento abraçou o projeto internacionalista, considerando o preconceito um problema internacional, e relacionando-o com os problemas ocorridos nos Estados Unidos e na África (DOMINGUES, 2007, p. 2).

Segundo Nascimento (2007), o ressurgimento das organizações do movimento negro no Brasil na década de 1970, teve uma perspectiva diferenciada, tanto nos discursos, como nas práticas, suas ações extrapolaram apenas a denúncia do racismo, passaram a trabalhar a defesa e a valorização da ‘identidade’ e da ‘cultura’ negras e de exigências de

processo de inclusão social não subordinada de negros e negras na sociedade brasileira, por meio de diversas organizações e grupos militantes.

Foi com o movimento negro organizado que surgiram as denúncias contra o preconceito racial e o resgate da construção ou re-construção da identidade da população negra no Brasil. “Eles fizeram com que o Estado Brasileiro reconhecesse que a inexistência de medidas sócio-legais desde a abolição significou uma postura política que corroborou para a exclusão ou integração subalterna da população afro-descendente” (BARBOSA; SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 329). Mas, é somente a partir de 1990 que o movimento negro passou a reivindicar do Estado políticas específicas voltadas para a população negra.

Por ocasião da comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995, realizou-se uma marcha em direção à Brasília, em 20 de novembro, denominada “Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida”. Como ato culminante da Marcha, o movimento negro entregou ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um documento com reivindicações, exigindo políticas públicas e ações concretas do Estado que oferecessem condições para a promoção da igualdade de oportunidades e a eliminação de qualquer fonte de discriminação racial na sociedade.

No documento “Marcha Zumbi dos Palmaras Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida”, constam as seguintes propostas para melhorias na educação brasileira: a) desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, às universidades e às áreas de tecnologias de ponta; b) recuperação, fortalecimento e ampliação das escolas públicas, gratuitas e de qualidade; c) implementação da “Convenção sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino”; d) monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União; e) desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilitem a tratar adequadamente a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto da evasão e repetência das crianças negras; f) desenvolvimento de programas educacionais de emergência para a eliminação do analfabetismo; g) concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda para o acesso e conclusão do ensino fundamental e médio (BRASIL, 1996, p. 24-25).

Partiram do movimento negro as primeiras ações afirmativas implantadas e difundidas em escala nacional. Em 1988 foram realizadas, em São Paulo e no Rio de Janeiro grandes manifestações em comemoração aos 100 anos da abolição e em denúncia do racismo no Brasil. No final de 1989 e início dos anos 1990, surgiram diferentes organizações negras,

na forma de ONGs, passando a representar os interesses dos negros na assistência jurídica, no trabalho, na cultura e na educação. A idéia da criação de cursos pré-vestibulares para negros e carentes, foi desencadeada pela reflexão sobre a situação de exclusão dos jovens negros das universidades, inicialmente em São Paulo, entre os anos de 1989 e 1992.

[...] os movimentos sociais também podem ser sujeitos das ações afirmativas na educação brasileira. Movimentos sociais de cursos pré-vestibulares surgem como denúncia das desigualdades de oportunidades de diferentes segmentos da sociedade (negros e carentes) no acesso ao ensino superior e lutam para democratizar o acesso a estas populações sub representadas nas universidades brasileiras (JUSTINO, 2003, p. 3).

Baseada nessa experiência e com as adaptações necessárias iniciou-se também no Rio de Janeiro a criação de cursinhos pré-vestibulares para negros carentes, com o curso denominado “Pré-Vestibular para Negros e Carentes” (PVCN), em 1993, quando nasceu o primeiro núcleo da Baixada Fluminense, na cidade de São João do Meriti. Hoje essa experiência embrionária transformou-se em uma grande rede que conta com vários núcleos na região metropolitana do Rio de Janeiro. Sobre os cursinhos pré-vestibulares, Santos (2005, p. 2) afirma:

Os Pré-vestibulares são, desde os anos 90, um dos mais importantes movimentos de tencionamento do sistema educacional no Brasil. ‘Aparentemente’ concebido/percebidos como uma crítica à elitização da universidade, eles foram difundidos por todo o país através da atuação de entidades e militantes do Movimento Negro, que naquela década, trouxe à tona o debate sobre as desigualdades raciais e reprodução.

O movimento ampliou-se e outras redes surgiram. Cita-se como exemplo o Educação e Cidadania para Afrodescendentes (EDUCAFRO) - instituição que tem como um dos objetivos:

Reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para população pobre e afro-brasileira (EDUCAFRO, 2009).

Atualmente, o EDUCAFRO possui mais de “190 núcleos e quase 10.000 alunos, atuando nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo” (SANTOS, 2005, p. 2). Outro exemplo é o “Instituto Cultural Steve Biko”, de Salvador. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que desde sua criação em 1992 já contribuiu para a inserção de

mais de 600 jovens na educação superior, tendo como missão “promover a ascensão Social da população negra através da educação e do resgate de seus valores ancestrais” (INSTITUTO STEVE BIKO, 2007).

Quanto às políticas públicas desenvolvidas em âmbito federal, destacam-se algumas ações: O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) Programa do Ministério da Educação (MEC) que se estruturou com a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com o objetivo de ampliar a democratização do acesso à educação superior financiando estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação.

Em 2002, o governo federal implementou mais um programa de ação afirmativa, por meio da Lei nº 10588/2002, oficializou o “Programa Diversidade na Universidade”, “contando com forte apoio do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), tanto em termos de recursos como também de formulação deste” (HERINGER, 2006, p. 99). A sua finalidade é programar e avaliar estratégias para a promoção do acesso à educação superior de pessoas pertencentes a grupos sociais desfavorecidos, especialmente a população negra e indígena. O Programa age apoiando financeiramente as instituições que organizam cursos preparatórios para vestibulares delineados como “Projetos Inovadores de Cursos” (PICs), cujo objetivo geral consiste em apoiar a promoção da equidade e da diversidade na educação superior.

De acordo com Heringer (2006) a criação do “Programa Diversidade na Universidade”, foi a única medida concreta em relação à ampliação do número de alunos negros na educação superior durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Heringer ressalta as críticas sofridas pelo Programa devido a redução da aplicação do financiamento apenas ao curso pré-vestibular, consentindo que existem limitações na preparação para o acesso à educação superior, dos estudantes que concluem o ensino médio nas escolas públicas do nosso país.

Outra conquista para a garantia do acesso a educação superior, foi a criação do “Programa Universidade Para Todos (PROUNI)” com o intuito de possibilitar o acesso à educação superior aos ex-alunos do ensino médio da rede pública e para bolsistas integrais da rede privada.

Na avaliação do MEC (2006), o PROUNI poderá contribuir para modificar a difícil realidade da educação superior no Brasil, que se encontra entre as mais baixas taxas de escolarização líquida dentre os países da América Latina, pois apenas 10,5% dos jovens de 18

a 24 anos de idade estão matriculados na educação superior. O Chile possui 27%, a Argentina 39%, o Canadá 62% e os EUA 80% (MEC, 2006).

Dentre os avanços já conquistados no âmbito dos estados da federação, destaca-se o estabelecimento de cotas em algumas universidades públicas, dentre as quais as pioneiras em instituírem cotas para negros foram: a) as duas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e (UENF) que desde 2003, destina 40% de suas vagas para negros e pardos e 50% para alunos oriundos das escolas públicas; b) a Universidade de Brasília (UNB) que destina 20% das vagas para afrodescendentes; (HERING, 2006, p. 95), c) Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que por meio da resolução 196/2002 estabeleceu, em 18 de julho de 2002, o percentual de 40% das vagas para afrodescendentes oriundos de escolas públicas; d) a Universidade Estadual de Mato Grosso de Sul (UEMS), que por meio da Lei nº 2.605, que dispõe sobre 20% das vagas para negros e a Lei nº. 2589, de 26/12/2002, que dispõe sobre reserva de vagas para indígenas, ambas aprovadas pela Assembléia Legislativa de Mato Grossos do Sul.

Uma diferença importante entre os processos de instituição da política de cotas é que “na UNEB a medida resultou de proposta aprovada no Conselho Universitário, enquanto no Rio de Janeiro, a UERJ e a UENF cumpriram a lei aprovada pela Assembléia Legislativa” (HERINGER, 2006, p. 85). Para a autora, as experiências da UERJ e da UENF ampliaram o debate sobre o acesso de negros na educação superior. As experiências vivenciadas pelas primeiras universidades que implantaram o sistema de cotas contribuíram para elaboração de propostas em outras instituições em todo o Brasil. Segundo o Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, em 2009, 85 instituições públicas brasileiras adotam ações afirmativas, sendo que 61 utilizam o critério étnico-racial (PPCor, 2009). Não obstante registra-se a resistência de inúmeras outras instituições que negam a discussão sobre as cotas.

Isso se deve ao fato da não implantação de uma política de Estado, que geralmente é resultado de uma tomada de consciência da classe política e da sociedade civil em determinado assunto - sendo o Estado brasileiro o responsável pela formulação e execução dessas políticas. “O Estado constitui, por assim dizer, a esfera comum a todos” (SILVA, 1997, p. 189), garantindo que, mesmo havendo mudança de governo, seus princípios não serão distorcidos e sua empregabilidade será assegurada; diferenciando-a das políticas de governo, feitas unilateralmente por seus governantes e por determinado períodos, deixando a população a mercê da vontade de alguns desses políticos.

Apesar dos avanços, parece distante atingir-se a meta estipulada no Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 10.172 de 6/1/2001, de 30% de jovens entre 18 a 24 anos cursando a educação superior. Para tanto, será necessário que o governo amplie o número de vagas, juntamente com políticas públicas educacionais que garantam o acesso e a permanência dos jovens na educação superior.

1.5 Ações afirmativas: uma polêmica nacional

As políticas de ações afirmativas, nas diversas modalidades, foram e continuam sendo a bandeira de luta de grande parte do movimento negro e também de diferentes instituições da sociedade civil que lutam contra as desigualdades raciais e sociais no Brasil.

Há grandes barreiras em relação à aceitação da implantação das ações afirmativas em diferentes segmentos da nossa sociedade, em especial quando se refere às cotas para negros, como uma maneira de promover oportunidade de acesso à educação superior. Os opositores dessa política utilizam vários argumentos para sua negação, dentre estes se destacam: deve-se investir em políticas de universalização e melhoria do ensino fundamental e médio para todos; o problema do Brasil é social e não racial; a política de cotas tornará o racismo mais acirrado; a qualidade da educação superior será prejudicada.

Segundo Munanga (2003), os principais argumentos contra as políticas de ação afirmativa no Brasil, mais especificamente cotas para os negros, são: a) é impossível implementar cotas para negros no Brasil, pela dificuldade de identificar quem é negro em virtude da mestiçagem; b) outros recorrem aos resultados da implantação e ao abandono dessas políticas pelos Estados Unidos; c) há o questionamento de não serem destinadas também à população indígena, cujos direitos também foram violados; d) as cotas poderiam prejudicar a imagem de funcionário, estudantes, artista, pelo acesso diferenciado; e) as cotas podem levar a uma degradação da qualidade e do nível de ensino. Para o autor:

A questão fundamental que se coloca não é a cota, mas sim, o ingresso e permanência dos negros nas universidades públicas. A cota é apenas um instrumento e uma medida emergencial enquanto se busca outros caminhos. [...] Dizer simplesmente que implantar cotas é uma injustiça, sem propor alternativa em curto prazo, é uma maneira de fugir de uma questão vital para mais de 70 milhões de brasileiros com ascendência africana e para o próprio futuro do Brasil (MUNANGA, 2003, p. 58).

Sobre aqueles que argumentam contra as políticas de AA, o autor afirma:

Os que condenam as políticas de Ações Afirmativas ou cotas em favor da integração dos afro-descendentes utilizam de modo especulativo argumentos que pregam o *status quo*, ao silenciar as estatísticas que comprovam a exclusão social do negro. Querem remeter a solução do problema a um futuro longínquo, imaginando, sem dúvida que medidas macroeconômicas poderiam miraculosamente reduzir a pobreza e a exclusão social (Idem, p. 58).

Os argumentos contra as políticas de ações afirmativas exprimem a alienação de amplos setores da sociedade, especialmente daqueles que se constituem como formadores de opinião, em relação a real situação da população negra e dos mecanismos de discriminação presentes tanto na sociedade em geral como na própria universidade que resiste em reconhecer a exclusão dos negros de seus quadros discente e docente. Nesse sentido, ao abordar o silêncio em relação ao racismo, Carvalho (2004, p. 3) afirma que:

Uma parte das resistências às ações afirmativas que hoje observamos no Brasil se deve à ignorância e à desinformação, resultados do silêncio que a academia branca impôs a si mesma e à sociedade, durante mais de um século, sobre a sua realidade interna de exclusão racial.

O silêncio refere-se não a uma posição neutra, nem denota ausência da discriminação racial. A ignorância e a desinformação compõem, juntamente com o silêncio, uma situação sub-reptícia de racismo e violência. Negar a execução de políticas afirmativas nesse contexto é continuar a convivência com a prática antidemocrática da exclusão e da produção de condições desiguais. Por isso, afirma Domingues (2005, p. 16):

Opor-se às cotas e não apresentar nada de alternativo para enfrentar a desigualdade de oportunidade entre negros e brancos no campo educacional é fazer o jogo do opressor que, se de um lado, há 117 anos, decretou a abolição da escravatura, de outro, empreendeu (e empreende) uma política de exclusão e racismo.

Domingues também discorda daqueles que argumentam em favor apenas da adoção de programas e políticas sociais universais, sem admitir que a dívida para com os negros não é apenas social, mas, primordialmente, de cunho discriminatório e racial. Há que se considerar que os negros foi o único segmento étnico que sofreu a escravidão por mais de século e que continuou sendo excluído de direitos sociais fundamentais, em razão de seu pertencimento étnico. Para se corrigir essa discrepância histórica, uma vez que a

discriminação, a violência e a desigualdade tiveram como raiz o preconceito étnico-racial, é preciso que sejam tomadas medidas pontuais, voltadas para esse segmento populacional:

Programas sociais ou políticas universais, por si só, não têm eficácia para evitar as desvantagens que os negros levam em relação aos brancos no acesso a oportunidades educacionais. Para corrigir essa deficiência do sistema racial são necessárias também políticas públicas específicas (ou diferencialistas) em benefício da população negra, ou seja, programas que adotem um recorte racial na sua aplicação, e que são denominadas ações afirmativas (DOMINGUES, 2005, p. 16).

É pertinente a posição de Domingues em relação àqueles que simplesmente opõem-se às políticas de cotas, sem apresentar algo de concreto que viabilize a diminuição das desigualdades. As políticas universais já estão presentes no sistema educacional e não promoveram a igualdade de oportunidades a grande parte dos jovens que almejam o acesso à educação superior, especialmente os negros que devido à herança do período de escravidão estão em condição de pobreza, de acordo com dados estatísticos apresentados pelo IBGE e IPEA, os quais apontam a exclusão do negro em vários segmentos da sociedade. Por isso a importância da implementação de políticas focais para a população negra.

Sobre as políticas universais, Munanga (2003, p. 49) afirma:

Num país onde os preconceitos sociais e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde alunos brancos e pobres e negros pobres ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez, pela condição socioeconômica e outros discriminados duas vezes pela condição racial e socioeconômica, as políticas universais [...] não trairiam as mudanças substanciais esperadas pelos negros.

Nesse contexto, é possível considerar que ações afirmativas são medidas emergenciais de grande eficácia no âmbito social, bem como configuram importantes instrumentos para a superação das desigualdades raciais e sociais. Em relação à importância das ações afirmativas, Thomas Weisskopf² (2006, p. 1), afirma que as mesmas atingem sua função quando trazem para posição de poder, seja na esfera governamental, seja no âmbito empresarial ou na educação, aqueles que são discriminados e sub-representados. Para o autor, o objetivo principal das ações afirmativas é inserir na elite aqueles que têm sido marginalizados, diversificando-a. Essa estratégia permite um sistema político mais justo.

² Economista da Universidade de Michigan estudou as experiências de EUA e Índia na concessão de cotas a grupos marginalizados, autor de livros sobre esse tema. Esteve presente na 2ª Conferência Internacional da Rede de Estudos sobre Ações Afirmativas Realizada no Rio de Janeiro em setembro de 2006.

Weisskopf (2006) evidencia em seus estudos na Índia e Estados Unidos sobre o assunto que as ações afirmativas, trazem benefícios econômicos e políticos ao integrarem grupos antes aliados tanto do sistema produtivo como do sistema democrático, pois a sua atuação permite o aproveitamento da força produtiva e dos talentos antes ignorados e fortalece a democracia ao ampliar a representação social. A integração desses grupos historicamente discriminados nas principais esferas da sociedade foi efetivada devido às prioridades que lhes foram concedidas via ações afirmativas. O autor assim se manifestou em entrevista ao O Globo *on line*:

[...] as ações afirmativas alçaram benefícios em termos econômicos. [...] Em termos políticos, a democracia funciona melhor quando pessoas de diferentes grupos são reconhecidas, têm voz e ocupam posições importantes. Há benefícios na legitimidade e na eficiência da democracia. E há benefícios econômicos. Se há grupos a quem é negada as oportunidades, isso significa que essas pessoas talentosas, com potencial produtivo, que estão sendo ignoradas. Se forem criadas oportunidades via ações afirmativas, será possível identificá-las e trazê-las para o sistema econômico, onde antes elas eram descartadas. Os membros dos grupos que historicamente foram discriminados vivem em bairros pobres, frequentam escolas piores, têm menos contatos e, a menos que recebam alguma prioridade para entrarem em boas universidades e, assim conseguir bons empregos, elas não terão oportunidades. Então há ganhos econômicos em potencial. As ações afirmativas alcançaram alguns desses objetivos econômicos e políticos (WEISSKOPF, 2006, p. 1)

Destarte as políticas de ação afirmativa cumprem o objetivo de possibilitar àqueles considerados marginalizados, a oportunidade de acesso ao poder no governo; à universidade e a melhores empregos, viabilizando que tenham vez e voz em todos os segmentos da sociedade. Esses resultados positivos fortalecem as políticas de ações afirmativas. A avaliação positiva das políticas afirmativas, com ganhos que trazem benefícios econômicos, sociais e políticos para os segmentos por elas atingidos, fortalecem também os movimentos sociais, a ampliação dos cursos pré-vestibulares coletivos e a constante busca para a superação do racismo no Brasil. Além disso, proporcionam um cenário mais propício para a superação do racismo e das ideologias nele sustentadas e catalisa os esforços, o desempenho e o querer da sociedade em suplantarem esse preconceito e serem efetivamente mais democrática por meio da transformação histórica da mentalidade social.

1.6 Ações afirmativas em Mato Grosso do Sul

Concomitantemente às iniciativas do poder público federal, na defesa das políticas de ações afirmativas o movimento negro no Brasil, persiste na luta pela igualdade de oportunidades e de políticas concretas e articuladas, que contribuam com novas perspectivas para a melhoria das condições da população negra de suas respectivas regiões.

A história de luta da população negra no Mato Grosso do Sul, inicia-se, ainda em 1975, quando esse formava um só estado, Mato Grosso. Por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, o governo do General-Presidente Ernesto Geisel criou o Estado de Mato Grosso do Sul - MS, com o desmembramento territorial do estado de Mato Grosso, quando se iniciou a consolidação do movimento negro em MS, inicialmente com o Grupo TEZ (Trabalho e Estudos Zumbi).

Em seguida a organização expandiu-se com a criação de diversas entidades e órgãos representativos, destacando-se o Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE), em 1987; o Instituto Casa de Cultura Afro-Brasileira (ICAB), em 1994; o Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul “Raimunda Luiza de Brito” (CMNEGRAS-MS), em 1996 (BRITO, 2005, p. 39).

Essas instituições, desde a sua criação, sempre trabalharam na conquista de melhores condições de vida para a população negra de Mato Grosso do Sul, que contava em 2000, com uma população de 71.139 pessoas declaradas negras e 788.797 declaradas pardas do total geral de sua população que era de 2.078.001 (IBGE, 2000, p. 9). Sempre demandaram, por meio das constantes reivindicações e pressão do movimento negro, a implantação de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Em 2003 obtiveram resultados significativos de sua luta contra a desigualdade de oportunidades de acesso desse segmento populacional à educação superior, com a conquista da implantação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio da Lei nº 2.605/03, de 06 de janeiro de 2003, cuja proposta foi apresentada pelo Deputado Estadual Pedro Kemp e aprovada por unanimidade em Sessão Pública da Assembléia Legislativa Estadual.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) foi instituída pela Lei nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993; tem sede e foro na cidade de Dourados-MS. Cumprindo legislação aprovada pela Assembléia Legislativa, com a Lei 2.589 de 26/12/2002 adotou a

reserva de vagas para indígenas, com percentual de 10%, aprovado pelo Conselho Universitário - COUNI-UEMS, com a Resolução nº 241, de 17 de junho de 2003 que dispõe sobre a oferta de vagas em regime de cotas na Instituição. E, da Lei 2.605 de 06/01/2003, a reserva de 20% das vagas para negros. Em 31 de julho de 2003, a Resolução COUNI-UEMS nº 250, estabeleceu que, as vagas ofertadas no regime de cotas para negros, serão destinadas a alunos oriundos de escolas da rede pública de ensino ou bolsistas da rede privada de ensino. Disponível em (UEMS, 2009).

Sabe-se, contudo, que apesar do avanço que proporciona a garantia de acesso, faz-se necessário elaborar e implementar políticas que garantam a permanência desses alunos na educação superior. Bittar e Almeida (2006, p. 155) alertam para a dificuldade de permanência dos alunos cotistas nas universidades:

As cotas favorecem o acesso de negros à educação superior; entretanto, outras estratégias devem ser desenvolvidas para promover a permanência desses estudantes na universidade de modo a concluírem seus cursos de graduação. É sabido que apenas uma política de acesso não garante conclusão da educação superior, mas apenas aponta possibilidades antes não pertinentes à realidade de estudantes negros e oriundos de escolas públicas.

Apesar do avanço da implantação do sistema de cotas em 2003, o panorama da educação no Mato Grosso do Sul apresentava uma grande defasagem na educação em diversos campos: a taxa de analfabetismo das pessoas entre 15 ou mais anos era de 15,5%. O percentual de anos de estudo da população por grupo de idade compunha-se da seguinte forma: para as respectivas faixas etárias: de 7 a 14 anos era de 0,3%; de 15 anos - 6,2%; de 16 anos - 6,8%; de 17 anos - 7,6%; de 18 anos - 7,6%; de 19 anos - 8,3%; de 20 a 24 anos - 8,5% e de 25 ou mais - 6,3% (IBGE/PNAD, 2003).

O projeto político pedagógico - Gestão 2003 a 2006 do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, denominado “Educação Inclusiva: Construindo a Cidadania na Escola”, do então governador José Orcírio Miranda dos Santos, tinha como pressuposto básico o acesso de todos à educação de qualidade como direito de Cidadania (MS/SED, 2003, p. 5). Das ações e metas planejadas, destaca-se: ampliação do acesso ao ensino médio e à educação profissional; fortalecimento e implementação das políticas educacionais específicas e de inclusão que atendam as populações historicamente excluídas e as minorias mais sujeitas às discriminações: alfabetização, educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, educação no campo, educação de Afrodescendentes e educação escolar indígena; e a implementação do curso Pré-vestibular (MS/SED, 2003, p. 13-14).

Pode-se observar que as ações citadas, demonstram a necessidade de suprir as lacunas quanto ao atendimento das minorias sociais. Uma dessas lacunas refere-se à ausência de cursos pré-vestibulares que embora sejam uma modalidade de educação não formal, foi implantado a partir de 2003 para atender a demanda de jovens que buscam melhor preparação para o acesso à educação superior. Importante ressaltar que curso pré-vestibular gratuito já vinha sendo oferecido, embora com um número reduzido de vagas e apenas na capital Campo Grande-MS, pelo grupo Tez Trabalhos e Estudos Zumbi, a primeira entidade do movimento negro em MS a oferecer curso pré-vestibular desde 1997.

Retratando ainda a situação de Mato Grosso do Sul, o relatório da UNESCO sobre o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) apresenta dados comparativos em relação aos demais estados brasileiros: na taxa de analfabetismo o estado ocupava o 8º lugar; quanto à escolarização adequada, o 15º lugar; no item qualidade no ensino, 9º lugar; e no item educação, o 9º lugar (UNESCO, 2003).

Em relação à educação superior, a situação Mato Grosso do Sul também retrata a reprodução da desigualdade em relação à presença da raça/cor nas IES de Mato Grosso do Sul; verifica-se a mesma distorção observada no Brasil, mas com algumas diferenças significativas no que se refere aos negros e aos indígenas, conforme demonstra a tabela 9, a seguir.

Tabela 9 - Presença da cor/raça na sociedade e no campus - Mato Grosso do Sul - 2005.

Mato Grosso do Sul		
Cor/raça	% na população	% no campus
Branca	48,1	65,8
Preta	3,9	3,8
Amarela	0,4	2,8
Parda	47,2	25,4
Indígena	0,2	1,7
Sem declaração	-	0,6

Fonte: MEC/INEP/DEAES (2005).

Em relação aos negros, Mato Grosso do Sul também apresenta percentual um pouco mais elevado que no Brasil. Enquanto no país, a presença dos negros (somando-se “pardos” e “pretos”, de acordo com denominação do IBGE), na sociedade é 46,9%, em Mato Grosso do Sul é de 51,1%; no campus, a presença dos negros é de 24,1% nas instituições

brasileiras, em Mato Grosso do Sul, essa presença é de 29,2%. Mas é preciso ressaltar que em ambos os casos, Mato Grosso do Sul e Brasil, a presença dos brancos é maior: 48,1% e 50% respectivamente e, que essa presença acentua-se no campus: 65,8% e 72,9%. Os dados do INEP revelam ainda que os concluintes brancos aumentam para 76,4% no Brasil, acentuando uma desigualdade maior que na sociedade. Portanto, os dados evidenciam a necessidade de políticas públicas efetivas nesse sentido, pois a universidade brasileira continuar sendo excludente (INEP, 2006).

A implantação de políticas públicas na busca da superação da exclusão e a discriminação das minorias sociais no estado, apesar de avanços, não foram suficientes, e ainda há desafios a serem superados, principalmente quanto ao acesso e permanência à educação superior.

É diante desse contexto político-social e do desafio de ampliar o oferecimento de políticas de ação afirmativa que contemplem os jovens que já concluíram o ensino médio e almejam se preparar para o acesso à educação superior, que em 15 de fevereiro de 2003, em Mato Grosso do Sul, foi criado o Instituto Luther King, Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa, cuja trajetória, ações implementadas e a demanda atendida serão analisadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA DO INSTITUTO LUTHER KING (ILK) - ENSINO, PESQUISA E AÇÃO AFIRMATIVA E SUA OPÇÃO PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo tem como objetivo descrever a história e as ações desenvolvidas no Instituto Luther King, baseados nos dados colhidos por meio de análise de documento e dos depoimentos dos ex-alunos. Para tanto será abordado: a) o processo de criação do Instituto Luther King; b) as ações desenvolvidas no Instituto Luther King no atendimento as minorias sociais; c) o papel do Instituto Luther King como uma organização do Terceiro Setor.

De acordo com Merriam (1988 apud ANDRÉ, 2005, p. 18), para a realização de um estudo de caso qualitativo é imprescindível a realização de uma descrição “densa” do fenômeno a ser estudado. “Por descrição densa entende-se uma descrição completa e literal da situação investigada”. Deste modo, procura-se realizar uma descrição detalhada da Instituição.

2.1 O processo de criação do Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa

O Instituto Luther King, criado como curso pré-vestibular, sob a forma de Organização da Sociedade Civil (OSCIP) de interesse público. Nasceu inspirado na militância social no movimento negro de Mato Grosso do Sul, de seu mentor Aleixo Paraguassú Netto³ e sob o estímulo do debate sobre a conveniência ou não de se adotar cotas para negros e índios ingressarem na universidade como medida compensatória.

³ Juiz de Direito Aposentado, militante do movimento negro de MS; ex-secretário de Estado de Justiça e de Estado de Educação de MS e Fundador do Instituto Luther King - Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa.

A Instituição nasceu com o propósito de constituir-se em mais um instrumento de superação da desigualdade injusta a que estão submetidas amplas camadas da população brasileira (ATA nº 01, 2003, p. 1), por meio do oferecimento de cursos preparatórios para o vestibular aos jovens de baixa renda, oriundos de escolas públicas, atendidos gratuitamente:

As demandas populares por políticas de democratização da educação no que diz respeito ao acesso e permanência no ensino superior que hoje acontecem no âmbito político e universitário são em parte, oriundos das questões reivindicatórias colocadas pelo movimento negro brasileiro, durante os vinte anos e o movimento de pré-vestibulares comunitários ou populares esta diretamente ligada a essa luta (JUSTINO, 2003, p. 2).

Nesse movimento de luta pela democratização do acesso a educação superior, o ILK desenvolve suas ações baseando-se no compromisso de diminuir as desigualdades e o preconceito racial, atendendo a um dos preceitos do documento da Declaração e Plano de Trabalho da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul em 2001.

De acordo com seu estatuto o Instituto Luther King tem como finalidade:

a) - Oferecer serviços educacionais avulsos, não seriados e não formais, com ênfase na modalidade ações afirmativas ou medidas especiais compensatórias destinadas a pessoas reconhecidamente carentes e/ou pertencentes a minorias sociais, preferencialmente crianças e adolescentes, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99; b) - Promoção do voluntariado; c) - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, bem como dos direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; d) - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas em seus objetivos institucionais; e) - Promoção, gratuita, de assistência educacional, bem como integração ao mercado de trabalho; f) - Combater todo e quaisquer tipos de preconceitos, segregação, estigmatização e intolerância, bem como as práticas de discriminação racial, em todas suas manifestações, buscando construir uma sociedade da qual sejam eliminadas todas as formas de exploração, e ainda o respeito aos Direitos Humanos (ILK, Estatuto, 2002, p. 1-2)

O Instituto Luther King tem como objetivo institucional mais amplo, a educação e como foco especial a compensação das desigualdades a que estão sujeitas as minorias sociais (ATA nº 01, 2003, p. 2). A sua atuação é direcionada a um público específico, formado por negros, índios, pessoas com deficiências e brancos carentes, com ênfase na política de ação afirmativa por meio da educação não formal. Atua também como formador de pessoas que

possam pressionar o Estado, na luta por melhores condições de acesso e permanência na educação superior.

Silva (2002, p. 57), ao analisar os cursos pré-vestibulares afirma: “Esses cursos até mesmo pela sua simples existência expõem à sociedade a necessidade de espaços específicos para que negros se formem e superem séculos de opressão e superexploração”.

Ao oferecer o curso pré-vestibular, o ILK procura extrapolar a simples preparação para o vestibular e promove por meio da educação, uma formação cidadã. Como consequência espera que seus alunos, quando inseridos nas universidades, discutam a necessidade de quebrar a homogeneidade existente e a necessidade daquelas instituições assumirem um compromisso que contribua para a redução das desigualdades de acesso e permanência, sobretudo relativas às questões étnico-raciais. “A desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior é constituída de forma contínua e durante toda a história escolar” (ZAGO, 2006, p. 230).

Para se reconstituir a história da criação e a efetiva viabilização do Instituto Luther King - Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa é necessário reportar-se à pessoa do seu membro fundador Aleixo Paraguassú Netto, mentor e idealizador da Instituição. Em documento intitulado “Como tudo começou”, descreve como iniciou a idéia de criar o Instituto Luther King - Ensino Pesquisa e Ação Afirmativa:

Sempre fui e ainda sou inconformado com a intensidade da desigualdade em nosso país, em especial com o padrão de indignidade humana a que estão submetidos alguns segmentos da população, como negros, índios e pessoas com deficiência. Tanto que militava no movimento social negro desde 1985. Por isso não foi difícil meu envolvimento na discussão sobre as chamadas ações afirmativas, como um conjunto de medidas destinadas a compensar minorias sociais da desigualação injusta a que estão submetidas. Dentre essas medidas, destacam-se as cotas que têm suscitado tanta controvérsia (PARAGUASSÚ NETTO, 2007).

Foi no meio desse debate que Paraguassú pensou: “Por que não criar um curso que prepare pobres em geral e discriminados em particular, capacitando-os para a disputa para o ingresso na universidade?” (PARAGUASSÚ NETTO, 2007).

E continua:

Imbuído dessa idéia, encontrei um casal de amigos no aeroporto de Cumbica, em São Paulo. Revelei-lhes o meu desejo de usar uma pequena poupança para aquisição de um imóvel, de preferência na periferia de Campo Grande, para ali instalar um ‘cursinho’ pré-vestibular para atender

jovens que se encaixassem no perfil de pobres e discriminados. Os mesmos prontamente atalharam-me de modo incisivo: ‘de jeito nenhum! Você não terá esse gasto!’ [...] Conclusão: o casal colocou à disposição os imóveis onde se acha instalada a sede do Instituto Luther King (PARAGUASSÚ NETTO 2007, p. 1).

Sobre a necessidade dos pré-vestibulares, Justino (2003, p. 3) assim se manifesta:

Os Pré comunitários ou populares existem para que essas injustiças possam ser superadas pela educação pública de qualidade e pela livre participação no conjunto da sociedade. A importância desse movimento está na denúncia e no anúncio de tais injustiças, na medida em que as instituições públicas não dão conta do acesso de todos os seguimentos da população à vida acadêmica e profissional, sendo assim sua existência se torna necessária.

O Instituto Luther King - Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa, foi constituído em 15 de fevereiro de 2003, sob forma de associação, como pessoa jurídica, de Direito Privado, de beneficência e de assistência social, sem fins lucrativos e com duração de tempo indeterminado, tendo sede na comarca de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, à Av. Fernando Correa da Costa, 603, fundo. Atua no Estado de Mato Grosso do Sul, podendo ser representado no território nacional (ILK. Estatuto, p. 1).

Na mesma data, foi realizada a 1ª Assembléia Geral Extraordinária, na sede social da Instituição, para a fundação da entidade, aprovação do Estatuto Social, eleição e posse da diretoria e conselho fiscal (ATA nº 01, 2003, p. 1).

O Instituto Luther King foi qualificado como OSCIP pelo Ministério da Justiça, em abril de 2003. Tem por fim essencial a atividade de ensino na compensação das desigualdades a que estão sujeitas as minorias sociais (negros índios e pessoas com deficiência). Nasceu “[...] com o propósito de constituir-se em mais um instrumento de superação da desigualação injusta a que estão submetidas amplas camadas da população brasileira” (ATA nº 01, 2003, p. 1).

Conforme o seu Projeto Político Pedagógico, o Instituto Luther King tem por objetivo principal:

Promover a igualdade de oportunidades para jovens afro-brasileiros, índios, brancos carentes e pessoas com de deficiências, os quais se encontrem impossibilitados de frequentarem um Cursinho pré-vestibular em instituições particulares, tendo em vista estarem despojados de condições econômicas e financeiras, e, por essa razão, impossibilitados do acesso ao ensino superior, sendo obrigados a enfrentarem uma situação de exclusão escolar (ILK, 2003, p. 1).

Sua filosofia constitui-se em:

Diminuir as dificuldades que as pessoas excluídas socialmente enfrentam como discriminação, preconceitos e segregação, e de dispor de recursos financeiros, para fazerem um curso preparatório, ingressar na universidade e se tornar cidadãos que conseguiram alcançar a realização profissional e ingressar no mercado de trabalho (ILK, p. 2).

Nessa mesma direção, Gohn (1995, p. 36) analisa que “movimentos e ONGs cidadã tem se revelado estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais, substantivas, não têm conseguido exercer, enquanto estruturas estatais. oficiais, criadas com o objetivo e fim de atender a área social”.

O Instituto Luther King é organizado por um número ilimitado de associados distribuídos nas seguintes categorias: Fundadores; Benfeitores; Honorários; Contribuintes e outros. Sua administração é realizada por meio de: Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal, conforme as exigências da Lei 9.790/990, inciso III do artigo 4º - A Instituição não remunera sob nenhuma forma os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, cujas atuações são inteiramente gratuitas, segundo o que prevê o inciso VI do artigo 4º da mesma Lei (ILK. Estatuto, p. 3-4).

O nome da Instituição foi sugerido para homenagear o Reverendo Martin Luther King Jr., uma das maiores lideranças mundiais na luta em prol dos Direitos Humanos. O nome foi aprovado por meio de votação na qual obteve quinze votos favoráveis e seis contra durante a Assembléia Geral Extraordinária para a fundação, aprovação do estatuto e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (ATA nº 01, 2003, p. 2).

Iniciou sua primeira turma em agosto de 2003, oferecendo 70 vagas no curso pré-vestibular, distribuídas na seguinte proporção: 44% para brancos; 45% para negros; 5% para indígenas e 5% para pessoas com deficiência. A definição deste percentual atende a exigência para a participação da seleção de projetos para a captação de recursos financeiros no Programa Diversidade na Universidade MEC/UNESCO - delineada como Projetos Inovadores de Cursos (PICs), cuja ação consiste no apoio financeiro às instituições que organizam cursos preparatórios para vestibular, buscando a promoção da equidade e da diversidade na educação superior.

2.2 Uma política de ação afirmativa em desenvolvimento

O Instituto Luther King nasceu com a missão de “fazer da educação instrumento de superação das abissais desigualdades que separam pobres e ricos de um modo geral e, em particular, minorias sociais” (ILK, 2003, p. 2). Além disso, espera-se que os alunos oriundos dos cursos oferecidos pelo Instituto, uma vez na universidade, comprometam-se com as questões relativas às desigualdades; que preparem lideranças indispensáveis à reversão desse quadro de exclusão em que vivem parcelas consideráveis da sociedade. Esse objetivo está presente na citação de outros cursos pré-vestibulares, como afirma Nascimento (2007, p.4)

O movimento dos cursinhos pré-vestibulares, ao trazer para o debate sobre democratização do ensino e para suas práticas a questão racial, esses cursos ampliaram significativamente a base social do movimento social negro e ajudam a mobilizar as atenções da sociedade, da pedagogia, da pesquisa e dos formuladores de políticas públicas para a centralidade do conceito de raças nas relações e dinâmicas sociais, e na produção de instrumentos de promoção da igualdade racial.

Com sua fundação e o Estatuto Social aprovado em 15 de fevereiro de 2003, por meio de Assembléia Geral Extraordinária, o Instituto Luther King teve seu funcionamento autorizado. Após essa data, não há registros ou documentos significativos até 2 de agosto de 2003, quando se encontra lavrada uma segunda ata da Diretoria.

Durante o levantamento de dados na pesquisa de campo, foi possível conversar com alguns colaboradores e foram verificados alguns dados sobre o espaço físico⁴. Quanto ao mobiliário escolar, o então presidente Aleixo Paraguassú Neto, relatou que na oportunidade trabalhava no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e que no seu aniversário, em 5 de março de 2003, uma amiga e também fundadora do Instituto Luther King, promoveu uma campanha solicitando a todos que o presentassem com uma carteira escolar. Foram arrecadadas vinte carteiras modelo universitário para completar setenta e cinco carteiras necessárias para as atividades. As demais, cinquenta e cinco, foram conseguidas por meio de empréstimo celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e o Instituto. Outros mobiliários também foram adquiridos por meio de doações de diferentes voluntários.

⁴ Inicialmente o espaço físico da Instituição, era constituído de 06 salas e um banheiro, sito à Rua Fernando Correa da Costa 603, centro, na Cidade de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Foi determinado pelos fundadores que duas salas seriam destinadas às aulas, 01 para a biblioteca, 01 para reunião, 01 para a secretaria e coordenação pedagógica e 01 para a recepção. Procurou-se, nesse início de atividades, adaptar e adequar o espaço físico.

As atividades iniciaram-se com o curso pré-vestibular. Foram oferecidas 70 vagas. Para a seleção dos candidatos, houve a realização de prova, elaborada e aplicada pela diretoria e voluntários. Existem registros das dificuldades encontradas para se conseguir as fotocópias das provas e grupos de voluntários para atuarem como fiscais e como corretores.

Há um diferencial na Instituição que se refere ao percentual de cotas na suas vagas quanto ao pertencimento étnico-racial, o que torna singular o projeto. Esses dados estão presentes na ficha de inscrição preenchida por todos os candidatos que concorrem a uma vaga no curso pré-vestibular, devendo os mesmos auto-declararem o seu grupo étnico, possibilitando a cada um, concorrer ao número de vagas estipuladas para cada segmento, ampliando a chance de serem selecionados.

É importante o reconhecimento de que alguns aspectos que permite a ampliação de oportunidades não são automaticamente herdados por todos, devido às suas condições socioeconômicas e culturais. Nesse sentido, recursos e oportunidades especiais devem ser disponibilizados pela sociedade a fim de garantir maior igualdade de condições. Tais recursos são, por exemplo, boa qualidade, aprendizado de línguas, treinamento de informática, inserção em determinadas redes sociais, ambiente cultural estimulante e criativo, entre outros. Devemos demandar do Estado, do setor privado, do terceiro setor, políticas e mecanismo que permitam melhores condições de competição a todos os jovens, principalmente negros, indígenas e aqueles que vêm de famílias de menor renda (HERINGER, 2006, p. 34).

A primeira prova de seleção para uma vaga no curso pré-vestibular do Instituto Luther King, foi realizada nas dependências da Escola Estadual Vespasiano Martins, em 9 de agosto de 2003, no período vespertino, 300 candidatos concorreram as 70 vagas oferecidas. Não há registro do número de candidatos por etnia.

Em 11 de agosto de 2003, o Instituto foi apresentado à sociedade campo-grandense. O ano letivo iniciou-se com as primeiras turmas em 13 de agosto de 2003, com quadro de professores completo e com um coordenador pedagógico, profissionais que já desempenhavam tais funções em cursinhos pré-vestibulares da rede privada e ou na rede pública, todos eram voluntários, recebendo apenas um pró-labore, sem vínculo empregatício com a Instituição.

Apenas para a primeira turma o curso pré-vestibular teve a duração de seis meses. A partir de 2004 sua duração estendeu-se para 11 meses. As provas de seleção para 2ª turma foram realizadas em 06 de fevereiro, no mesmo local do ano anterior, observando um aumento no número de inscritos, conforme quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Número de inscritos, vagas oferecidas e selecionados por etnia em 2004.

Nº de inscritos	416
Nº de vagas	70
Selecionados	70
Negros	32
Branços	30
Indígenas	04
Pessoas com deficiência	04

Fonte: ILK, Relatório de Atividades 2004, p. 3.

Do total de inscritos, 186 eram negros, 4 indígenas e 226 declarados brancos. Não há registro do nº de pessoas com deficiência inscrita para a seleção (ILK, Relatório de atividades, 2004, p. 3).

A partir do ano de 2005, o critério de seleção foi modificado.

[...] serão contemplados para o curso pré-vestibular alunos que apresentem melhores notas obtidas ao longo dos 3 (três) anos de Ensino Médio, nas disciplinas Português, Matemática, História e Geografia (consideradas como integrantes do núcleo comum dos diferentes cursos); no caso de empate, o impasse será resolvido mediante os seguintes critérios, sucessivamente considerados: 1º - terá preferência o candidato que apresentar melhores notas nas disciplinas de Física e Química. Registra-se que essas disciplinas serão consideradas, independente do número de anos do ensino médio nos quais tenham sido ministradas (de alguns históricos escolares não constam essas disciplinas em todos os anos do Ensino Médio); 2º - persistindo o empate, terá preferência o candidato que apresentar situação socioeconômica mais desfavorável (ILK, Ata nº 19, 2005, p. 1).

Dos candidatos ao curso pré-vestibular exige-se que sejam oriundos de escola pública e que pertençam a um núcleo familiar com renda *per capita* de até um salário mínimo e a frequência mínima de 90% às aulas, conforme termo de compromisso assinado por todos os alunos. Somente nos casos devidamente justificados como, por exemplo, razões de saúde e trabalho serão relevadas a não obediência a essa exigência; o único custo assumido pelo aluno é o da aquisição de uniforme que consiste em uma camiseta vendida a preço de custo (ATA nº 19, 2005, p. 3).

Sobre a presença das minorias em cursos pré-vestibulares Zago (2006, p. 232) afirma:

Para tornarem-se mais competitivos, os jovens dispostos a investir em sua formação, fazem esforços consideráveis para pagar a mensalidade do cursinho, geralmente frequentado em período noturno e em instituições com

taxas mais condizentes às suas possibilidades financeiras, ou em cursos pré-vestibular gratuito. Essa formação suplementar é, portanto, bastante desigual entre os candidatos ao vestibular.

A afirmação da autora expressa a realidade dos alunos que buscam uma vaga no cursinho pré-vestibular do ILK; concorda-se com a sua afirmação sobre as condições desiguais que estes jovens enfrentam para o acesso a educação superior.

É importante salientar que na distribuição de vagas, caso não houvesse uma cota destinada para negros e indígenas, dificilmente os candidatos que pertencem a essas etnias conseguiriam uma vaga na referida Instituição, porque tanto no critério de provas como na análise da Ficha Modelo 19, (Conclusão do Ensino Médio) a média dos candidatos declarados brancos é, na maioria das vezes, maior que dos negros e indígenas. Mesmo no percentual de inscritos para concorrer a uma vaga, o número dos que se declaram brancos também é maior que dos negros e indígenas.

Nota-se que o critério de seleção utilizado pela Instituição não diferencia do aplicado na sociedade, ou seja, também seleciona os melhores, embora sendo contraditório, não há como negar a impossibilidade de contemplar a todos perante a desigualdade do número de vagas em relação ao número de candidatos.

Nesse sentido, concorda-se com Nascimento (2007, p. 10), quando afirma que “os cursos pré-vestibulares, trabalham para um objetivo imediato, que é o acesso na educação superior” o que, possivelmente, justifique seleção dos melhores classificados dentre o grande número de excluídos. Sabe-se também que o ILK, precisa ter êxito nas suas ações, pois é constantemente avaliado pelos seus colaboradores e também por órgãos públicos, do qual se tornou parceiro.

Merece ser realçado o empenho da diretoria e colaboradores em melhorar a organização. Para tanto, foram criados, em 23 de agosto de 2003, os núcleos pedagógico, administrativo, marketing e captação de recursos, para deliberarem tarefas, possibilitando ao coordenador de cada núcleo traçar um plano de trabalho. Estabeleceram-se níveis de hierarquia entre os núcleos, conforme organograma a seguir (ATA nº 09, 2003, p. 1-2):

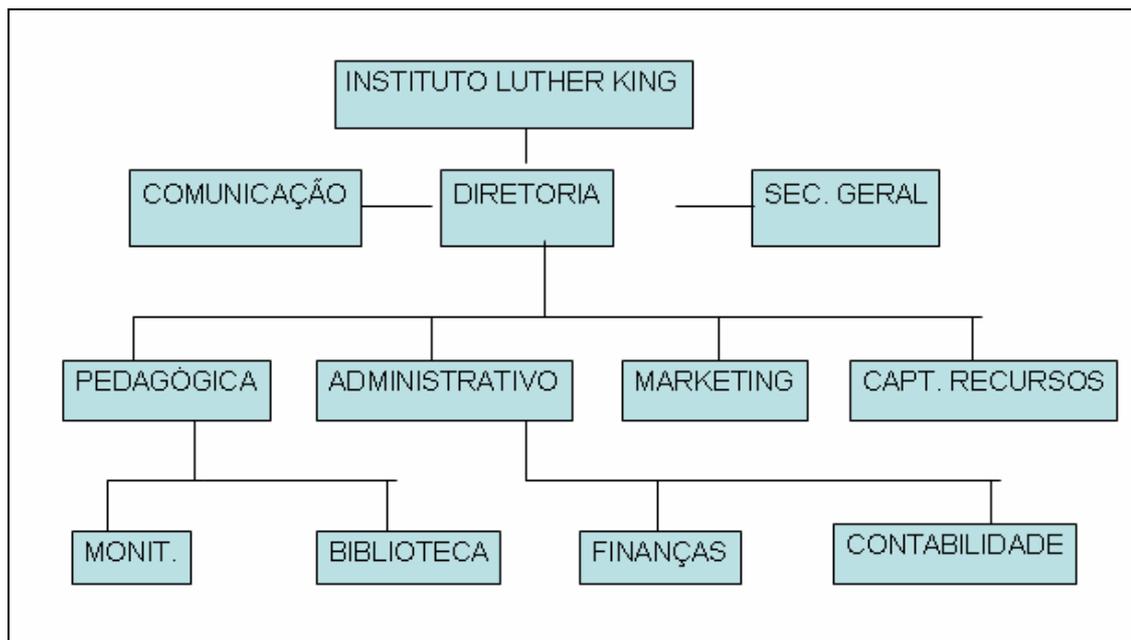


Figura 1 - Organograma do Instituto Luther King.

Na comemoração do primeiro ano de fundação da Instituição, em 16 de fevereiro de 2004, em que foi realizada a aula inaugural do ano letivo em vigência, os proprietários do prédio onde funciona a sede do ILK, cederam mais um espaço físico com 06 salas e um banheiro, situado no mesmo endereço e à frente onde já funcionava o Instituto. Espaço que foi destinado à biblioteca e à sala de informática (ATA nº 17, 2004, p. 2). Com um espaço físico maior, foi possível melhor organização da biblioteca, que foi iniciada por vontade e esforços de voluntários e da diretoria, ainda em 2003. Na época foi realizada uma campanha de doação de livros em praças públicas (ATA nº 10, 2003, p. 1), assim originou-se o primeiro acervo da biblioteca que é frequentada inclusive por ex-alunos que procuram livros para pesquisas.

Em julho de 2004, foi inaugurada a sala de informática do Instituto Luther King implantada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS. Desde então é oferecido curso de informática às crianças, adolescentes e familiares dos alunos do Instituto.

Houve um avanço significativo na questão da organização do espaço físico da Instituição, pois segundo alguns funcionários que atuam na Instituição desde sua criação, apesar do prédio no início das atividades ter sofrido reformas para ser adaptado para um ambiente escolar, era reduzido para o funcionamento de salas de aula e biblioteca num mesmo espaço. Foi também a existência do espaço físico que possibilitou que a Instituição obtivesse mais uma parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande para a realização de mais uma de suas ações, que foi o oferecimento de cursos de informática.

Na busca de melhores condições para a captação de recursos, em 2004, a Instituição solicitou seu pedido de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e obteve o parecer favorável em relação a seu pedido, conforme análise da matéria e parecer favorável do relator, em 17 de dezembro de 2004:

Ressaltamos a importância do trabalho dessa entidade pela forma decisiva em agir com medidas compensatórias de populações historicamente segregadas dos números sociais como os negros, quilombolas, indígenas e portadores de deficiências. A promoção, incentivo e difusão de políticas públicas afirmativas e de cotas são fundamentais para o resgate e inserção social de segmentos sociais discriminados de qualquer forma (CMAS, 2004. p. 2).

A aceitação de sua inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) permitiu a obtenção de recursos privados de pessoas físicas ou jurídicas, por meio de renúncia fiscal.

O ano letivo de 2005 iniciou-se em 16 de fevereiro, com 70 alunos, conforme discriminado no quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Número de inscritos, vagas oferecidas e selecionados por etnia em 2005.

Nº de inscritos	578
Nº de vagas	70
Selecionados	70
Negros	32
Branco	30
Indígenas	04
Pessoas com deficiência	04

Fonte: ILK, Relatório de Atividades, 2005, p. 4

Todos os inscritos no segmento de pessoas com deficiência foram selecionados, dentre eles, um portador de deficiência auditiva, aluno com necessidade educacional especial, para o qual foi oferecido um tradutor-intérprete da Linguagem de Libras - Língua brasileira de sinais. Destaca-se também um aumento de inscritos declarados negros e indígenas, do total 263 eram negros, 22 eram indígenas e 289 brancos (ILK, Relatório de Atividades, 2005, p. 5).

Em 2005 a Instituição obteve diversas conquistas importantes. Foi firmado convênio com diferentes IES privadas UNAES, UCDB, IESF e UNIDERP para a concessão de bolsas de estudo para os egressos do Instituto Luther King.

Essa busca de encontrar outros instrumentos que possibilitem o acesso das minorias na educação superior está presente nas políticas de ações afirmativas como afirma Nascimento (2007, p. 30):

As políticas de ações afirmativas e seus instrumentos (as cotas, as bolsas e incentivos, a priorização de investimentos para grupos sociais historicamente discriminados, etc.) são políticas específicas, já experimentadas em vários países e instituições, cuja finalidade é a redução das desigualdades e da discriminação.

Outra conquista importante do Instituto foi a aprovação da proposta de seu projeto “Estação digital inclusão.com”, apresentado à Fundação Social do Banco do Brasil, em outubro de 2005, que possibilitou recursos financeiros destinados à aquisição de equipamentos necessários para a implementação de uma sala de informática e adequação do espaço físico. Além da implantação da sala de informática, foi oferecida a capacitação de três educadores sociais do ILK, para atuarem como professores do curso de informática oferecido pela Instituição.

A aprovação do projeto Inclusão Digital, da Fundação Social do Banco do Brasil possibilitou o atendimento de 200 alunos por ano - crianças, jovens e adultos, com o curso de informática básica, a partir de 2006, tendo como um dos objetivos “contribuir para a diminuição do grande índice da exclusão digital existente na cidade de Campo Grande” (PROJETO ESTAÇÃO DIGITAL INCLUSÃO.COM, 2005, p. 7).

Avançando o seu atendimento na área de informática, foi oferecida, em parceria com a Fundação Bradesco, capacitação para pessoas com deficiência visual; foram capacitados seis multiplicadores, o que possibilitou ao Instituto Luther King oferecer curso de informática com programas tecnológicos, como os de *Virtual Visson*, *Dos Vox*, *Text Bridge*, *Gênios-Scanner*, para as pessoas com deficiências visuais de acordo com a demanda.

Em 2005, dos 70 alunos, 65 se inscreveram para o vestibular de diferentes universidades e 61 foram aprovados entre o vestibular de inverno e verão obtendo-se um percentual de 94% de aprovação. A descrição das instituições e curso será detalhada no capítulo III, no qual serão tratados os resultados obtidos pelo ILK.

Não obstante as conquistas encontram-se registro da coordenação pedagógica quanto à falta de materiais de apoio pedagógico, disponibilizados para todos os alunos na forma de apostilas de exercício, elaboradas pelos próprios professores da Instituição, oferecidas na medida do possível aos alunos por meio de fotocópias.

A falta de material didático, as lacunas de aprendizagem trazidas pelos alunos e a busca pela sustentabilidade são algumas das dificuldades enfrentadas pela diretoria, coordenadores e professores no que tange ao oferecimento de melhores condições de aprendizagem aos alunos que buscam preparação para uma vaga na educação superior.

O número de vagas oferecidas em 2006 para o curso pré-vestibular foi ampliado para 82 vagas, havendo uma elevação de 12 vagas em relação aos anos anteriores. O quadro 4 demonstra essa realidade:

Quadro 4 - Número de inscritos, vagas oferecidas e selecionados por etnia em 2006.

Nº de inscritos	636
Nº de vagas	82
Selecionados	82
Negros	38
Branco	36
Indígenas	04
Pessoas com deficiência	04

Fonte: ILK. Relatório de Atividades 2006, p. 4.

Pode-se observar que gradativamente houve aumento no número de candidatas inscritos. De acordo com o relatório das atividades referentes ao ano de 2006, foi constatada a elevação do número de candidatas negros, indígenas e de pessoas com deficiência. Pela primeira vez houve lista de espera para esse último segmento, já que nos anos anteriores o número de inscritos era compatível ao de vagas oferecidas. No total de inscritos foram 10 pessoas com deficiências, 12 indígenas, 298 negros e 316 brancos (ILK, Relatório de Atividades, 2006, p. 4-5).

Nesse mesmo ano, a Instituição aprovou mais uma proposta de captação de recursos. Trata-se do Projeto Diversidade na Universidade, implantado pelo Ministério da Educação - MEC/UNESCO, por meio da Lei nº 10588/2002, com a finalidade de programar e avaliar estratégias para a promoção do acesso à educação superior de pessoas pertencentes a

grupos sociais desfavorecidos, especialmente à população negra e indígena, cuja ação é o apoio financeiro às instituições que organizam cursos preparatórios para vestibular, delineados como Projetos Inovadores de Cursos (PICs), cujo objetivo geral é o de apoiar a promoção da equidade e da diversidade na educação superior.

Os recursos financeiros viabilizaram, conforme previsto na proposta aprovada, a aquisição de apostilas de exercícios, um grande anseio dos alunos e professores, a capacitação para docentes, bolsa auxílio para 60 alunos e a realização de eventos culturais.

A Instituição realizou um trabalho com os alunos para que eles procurassem destinar o valor da bolsa auxílio para o vale transporte, visto que a dificuldade de locomoção era a maior causa da evasão dos alunos, principalmente dos que estavam desempregados e sem recursos financeiros para arcarem com as despesas de transporte.

Além das capacitações previstas no projeto, em maio de 2006 foi realizada na sede do Instituto Luther King uma oficina contra o racismo na educação, oferecida pelo MEC/UNESCO, com a participação de outras instituições, alunos e professores. Outro evento realizado com o recurso financeiro do Programa Diversidade na Universidade foi o “1º Seminário educação e igualdade racial: uma agenda para a contemporaneidade”, em parceria com a Instituto de Ensino Superior da Funlec – IESF.

Nesse mesmo ano, conforme consta no relatório anual das atividades da Instituição foi observado um menor índice de evasão. Não há registro do número de alunos evadidos. “essa diminuição deveu-se ao fato de que 60 alunos receberam a bolsa auxílio, oferecida por meio do projeto Diversidade na Universidade, utilizada para o pagamento do vale transporte” (ILK, Relatório de Atividades, 2006, p. 3).

As referidas bolsas foram oferecidas somente durante o ano de 2006, período em foi desenvolvido o projeto na Instituição; os resultados positivos demonstraram o quanto é necessário a associação de políticas de acesso e de permanência em projetos de ações afirmativas, tanto nos cursos preparatórios para o vestibular quanto nas universidades.

Ainda em 2006 o Instituto conseguiu a aprovação do projeto intitulado “Círculo de leitura, leitura em círculo”, pela Fundação de Cultura de Campo Grande. A aprovação desse projeto permitiu a aquisição de obras literárias para o acervo da biblioteca e contribuiu para o aprendizado dos alunos em literatura e na realização de diferentes atividades.

Durante o biênio 2005-2006, o ILK cedeu à Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul o espaço físico de uma sala de aula onde funcionou uma sala do Curso

Preparatório para o Pré-vestibular (CPPV), oferecido pela referida Secretaria a alunos oriundos de escolas públicas que já haviam concluído o ensino médio. Com a mudança de governo do PT do então governador José Orcírio Miranda dos Santos (PT) para o atual governador André Puccinelli (PMDB), foi suspenso temporariamente o oferecimento dessa modalidade de ensino. Com o espaço físico disponível, foi possível ampliar o número de vagas oferecidas em 2007, quando o ILK passou a oferecer 124 vagas no seu processo seletivo.

O ano letivo de 2007 iniciou-se com 124 alunos e três salas de aulas. Conforme o quadro 5 a seguir.

Quadro 5 - Número de inscritos, vagas oferecidas e selecionados por etnia em 2007.

Nº de inscritos	769
Nº de vagas	124
Selecionados	124
Negros	57
Branco	55
Indígenas	06
Pessoas com deficiência	06

Fonte: ILK, Relatório de Atividades, 2007, p. 1.

Os dados demonstram que houve um avanço significativo no número de vagas em relação a 2006, no referido ano foram oferecidas 42 vagas (51,21%) a mais, e em relação aos anos de 2003 a 2005 o aumento foi de 54 vagas, 77,14% do nº de vagas oferecidas. Observou-se que o aumento de candidatos negros, indígenas e de pessoas com deficiência é gradativo e contínuo. Em 2007, do total de inscritos, 16 eram indígenas, 12 pessoas com deficiências, 365 negros e 376 brancos.

Entre os candidatos de pessoas com deficiência foram selecionadas 02 alunas de deficiência auditiva (DA). Há registros da dificuldade de encontrar intérprete de libras para acompanhá-las, o que só ocorreu em meados de agosto. A coordenação pedagógica, procurando ajudar os professores em relação ao atendimento às alunas, buscou auxílio no Núcleo de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado, para uma capacitação, que contribuiu com todos os professores, principalmente os de Redação e Língua portuguesa,

onde reside a maior dificuldade dos alunos com deficiência auditiva - DA (ILK, Relatório de Atividades, 2007, p. 4).

Em 22 de outubro de 2007, o ILK realizou o “II Seminário Educação e Diversidade: Políticas e perspectivas”. O objetivo geral do Seminário foi:

Contribuir para que os alunos do ILK, os acadêmicos das diferentes instituições de educação superior e o público em geral compreendam e acompanhem a execução de políticas de ações afirmativas para o acesso à educação superior e fomentar a discussão sobre os avanços e os desafios da implantação dessas políticas para a sociedade sul-mato-grossense (ILK. Relatório de atividades, 2007, p. 3).

A realização de seminários, palestras e debates, com alunos e a sociedade é também uma forma de denúncia, de luta, de conhecimento e da busca pela inclusão.

Nos cursos pré-vestibulares populares, o ensino de conteúdos para vestibular, as reflexões sobre educação e sociedade, as reuniões para sociabilização de informações, troca de experiências e decisões políticas, a construção de propostas de políticas públicas, as práticas de negociação, os encontros e de seminários são formas de luta (NASCIMENTO, 2007, p. 16).

Para o autor, são novas formas de organização de luta, que é ao mesmo tempo “políticas econômica cultural e social”.

Em novembro de 2007, a diretoria do ILK recebeu a notícia de que os convênios que contemplavam os alunos do ILK com bolsas de estudo na UCDB (20 bolsas) e na UNIDERP (seis bolsas) não seriam renovados para alunos novos. “A notícia, deixou os alunos bastante desestimulados, principalmente aqueles que iriam prestar vestibular somente naquelas Instituições. Os professores e a coordenação procuraram estimulá-los” (ILK. Relatório de Atividades, 2007, p. 5). Entretanto, alguns deixaram de frequentar o curso pré-vestibular com a mesma assiduidade. Dos 124 alunos, apenas 76 prestaram vestibular em diferentes universidades.

É importante registrar que a rescisão do convênio com a UCDB, estava prevista na cláusula oitava do convênio celebrado por ambas as Instituições:

[...] poderá ser rescindido de pleno direito, por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, ficando ajustado desde já, que tal rescisão não prejudicará as situações que estiverem em andamento, permanecendo-as até o discurso do prazo previsto.

O ILK e os alunos não esperavam que isso acontecesse; porém, com a mudança do Pró-reitor Acadêmico da UCDB, foram realizados cortes em grande número de bolsas e convênios mantidos pela Instituição (UCDB) com suas beneficiadas, entre elas o ILK.

Quanto ao convênio com a UNIDERP, também é possível atribuir que a não renovação, mesmo que tivesse a vigência até 31 de dezembro de 2007, pode ter ocorrido em decorrência de a Instituição ter sido vendida a um grupo de empresários (Anhanguera), que respeitaram o prazo determinado no contrato (trinta dias de antecedência de seu término), com a justificativa de que a Instituição passava por um processo de avaliação interna.

Na visão de Nascimento (2007, p. 10), o movimento de cursinhos pré-vestibulares consiste:

Inicialmente em preparar estudantes oriundos de classes populares e de grupos sociais discriminados. Inicialmente, pois MPVP, que provavelmente é o maior movimento urbano do Brasil hoje, em número de pessoas envolvidas (estudantes, educadores, colaboradores), tornou-se um dos movimentos sociais mais expressivos, cujas práticas e dinâmicas políticas desenvolvem-se no sentido de abertura do acesso superior para setores populares, mobilizando milhares de educadores e estudantes em todo o país e produzindo questionamentos, não só sobre a educação superior, mais também sobre a educação básica às formas de seleção, ao currículo.

As atividades do Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa acompanham essa tendência. O Instituto já traz na própria designação de seu nome a opção pelo ensino e pelas ações afirmativas e tem como uma de suas metas “combater discriminações e promover inclusão das minorias dentro da sociedade através do ensino” (ILK, Projeto Político Pedagógico, 2003, p. 2).

Ao oferecer o curso pré-vestibular, procura possibilitar o acesso e a permanência na educação superior dos diversos grupos étnicos, de baixa renda e oriundos das escolas públicas. Ao estabelecer esse recorte étnico e social, o Instituto pretende promover a igualdade, colaborando para combater os fatores que impedem o cumprimento desse postulado constitucional, especialmente a discriminação racial e a exclusão sócio-econômica. Essa sua concepção baseia-se no princípio de que a igualdade não é concedida como direito e nem ocorre de fato quando grupos não têm acesso às mesmas oportunidades em condições iguais.

Nas suas atividades observará os princípios da lealdade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e não fará qualquer

discriminação de raça, cor, gênero, religião ou origem, ressalvada a aplicação de ações afirmativas ou medidas especiais, levadas a efeito em atenção aos princípios constitucionais, em especial os previstos no artigo 3º da Constituição Federal, como instrumento lógico ou racional de consecução do princípio da igualdade, inscrito no artigo 5º, “caput” da Carta Magna (ILK. Estatuto, 2003, p. 2).

Nesse sentido Nascimento corrobora, quando afirma que “os cursos pré-vestibulares populares para negros e carentes e outros são com todas as suas contradições e perspectivas, ações afirmativas: afirmam o **que ainda não existe de fato, o que querem instituir**” (NASCIMENTO, 2007, p. 20, grifos do autor).

Na consecução de suas atividades culturais, o Instituto promove a realização de palestras e visitas aos locais de valor histórico, com o objetivo de promover a valorização cultural e social, resgatando a autoestima de seus alunos.

No projeto político pedagógico do ILK, observa-se a preocupação em assegurar ensino de qualidade, quando busca para o seu quadro de docentes, profissionais que atuem em outros cursinhos pré-vestibulares, que sejam comprometidos, atuantes e freqüentes, para que os alunos não fiquem desmotivados pelas constantes dispensas ou por falta de professores. O ILK procura garantir parcerias e recursos financeiros que proporcionem remunerações dignas aos professores e os recursos didáticos necessários, visando propiciar o acesso e a permanência desses alunos nas universidades, formando cidadãos críticos capazes de agir na transformação da sociedade, contribuindo para a melhoria das condições educacionais das minorias sociais.

A proposta do projeto político pedagógico envolve não somente os conhecimentos formais, mas também a transformação social e histórica e o engajamento político que contribuam para a cidadania e a dignidade das pessoas: “oferece igualdade de oportunidades, confere-se ou devolve-se à comunidade a vivência com maior dignidade, concomitante com o incremento de maior demanda de cidadania” (ILK, Projeto Político Pedagógico, 2003, p. 3).

2.3 O Instituto Luther King- uma organização do terceiro setor

As ações afirmativas (AA) têm sido desenvolvidas com diferentes enfoques no terceiro setor: organização não governamental (ONGs); Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs); Instituições filantrópicas e empresas cidadãs.

Considera-se como primeiro setor, o Estado, que executa ações de caráter público; o segundo setor é o mercado, setor privado que age visando o lucro para fins particulares. O terceiro setor está relacionado às atividades que são simultaneamente não governamentais e não lucrativas como características principais e visam o bem-estar público.

Quanto à origem do terceiro setor no Brasil, Salvatore (2003, p. 17) afirma que as instituições que hoje pertencem ao terceiro setor, “foram criadas durante os três primeiros séculos no Brasil, existiram basicamente no espaço da igreja católica, permeadas, portanto pelos valores da caridade cristã, a partir das características do catolicismo que se implantou no país e de suas relações com o Estado”. Não se pode deixar de considerar a tradição de solidariedade baseada em valores assistencialistas e paternalistas existentes na sociedade brasileira, “misturando-se” o público com o privado, o confessional e o civil.

Embora as organizações não governamentais sejam antigas, é somente a partir do final da década de 1980 e o início da década de 1990 que os segmentos do terceiro setor tornaram-se mais comuns no Brasil. Quanto à questão conceitual do terceiro setor não há um consenso por parte daqueles que pesquisam a temática. Fernandes (1994, p. 21), por exemplo, trabalha com o conceito que denota: “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. ‘Bens e serviços públicos’, nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem as necessidades coletivas”.

Para Montañó (2005, p. 53), o conceito de terceiro setor “[...] foi cunhado por interesses orgânicos do capital. Isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia” Para o autor, as organizações não governamentais servem ao interesse do capital, desenvolvendo um papel ideológico, pautado na concepção do neoliberalismo.

Adrião e Peroni (2005, p. 142) assinalam a imprecisão com que a literatura trata o termo, “terceiro setor”:

A primeira observação a fazer refere-se à imprecisão com que a literatura da área trata termo ‘terceiro setor’, ora aproximando-o de uma também genérica definição de sociedade civil, ora referindo-se a um formato específico juridicamente definido de instituição privada, ora ainda, identificando-o como as tradicionais entidades de caráter assistencial ou filantrópico. Segue-se que o cerco as definições dá-se, então por exclusão: o terceiro setor refere-se a esferas da sociedade que não se encontram no mercado e tampouco no Estado.

As autoras, afirmam ainda que: “apesar das definições pouco claras, há um consenso em relação à tendência de transferência da responsabilidade, sobre a oferta de políticas sociais da esfera estatal para instâncias de natureza privada do mais diversos formatos: empresas, sociedades sem fins lucrativos, fundações etc”. (ADRIÃO; PERONI (2005, p. 142).

Para a compreensão da relação entre o público e o privado é necessário conceituá-los. Para Oliveira (2005, p. 141), “O termo público, que se origina do latim *publicu*, refere-se ao que é popular, aos interesses coletivos, e o termo privado, por sua vez, do latim *privatu*, assume o sentido de negação em relação ao primeiro, e assim, opõe-se ao que é público”. Segundo a autora, é preciso observar a historicidade das categorias pública e privado que se alteram diante dos diferentes períodos históricos. “Com a constituição da sociedade moderna, a categoria histórica público assume outro significado, ou seja, relaciona ao poder público, que é o Estado” (Idem, 2005, p 141).

A concepção de Estado aqui entendida, refere-se ao Estado moderno, formado com a decadência do feudalismo entre os séculos XV e XVI, para gerir o modo de produção capitalista. Segundo Sanfelice:

O controle do poder político é exercido pelos proprietários dos meios de produção, não importando aqui o modo como estes estejam aglutinados, cabendo ao Estado fundamentalmente garantir a propriedade privada, entendida como fundamento da liberdade individual. O Estado, portanto é um participante intrínseco da lógica do capital. (SANFELICE, 2003, p.162)

O Estado moderno passa por reorganização e mudanças nas áreas da vida social, a partir da década de 1930, quando se intensifica a crise do capitalismo, durante a grande depressão, com a implantação de intervenções do Estado para amenizar os efeitos sociais gerados pela crise econômica. Na Europa por meios dos chamados Estados benfeitores e nos países Latino-Americanos pelos Estados populistas. Para o autor (2003, P. 16) esta intervenção do Estado “[...] evidencia-se como contradição do Estado capitalista e do capital a necessidade de promover uma certa socialização da política”.

Nos anos de 1980, intensifica o discurso sobre o neoliberalismo, esta nova fase do capitalismo, cujo foco está centrado na lógica do mercado e não mais na lógica do Estado. Entendemos que nessa nova fase, o Estado propõe sua redução máxima. O Estado mínimo, tendo como consequências, dentre outras, a não intervenção na economia, nas políticas

sociais, o que contribuiu para uma grande exclusão social. No Brasil, foi introduzido durante o governo de Fernando Collor de Melo, no qual, destacamos os programas de privatização.

Entende-se ainda, o Estado como uma entidade constituída de um conjunto de instituições permanentes, como o legislativo executivo e judiciário, possibilitando ações de diferentes governos, diferenciando da concepção de governo, entendido “como sendo um conjunto de programas e projetos da sociedade (político, técnico, organismos da sociedade civil e outro) [...] configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período” (HÖFLING, 2001, p. 31).

O Estado brasileiro, a partir da década de 1990, passa por reorganização na sua estrutura administrativa, econômica e política, em 1995, com a implantação da Reforma do Estado, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foi apresentado pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE) o Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estatal.

Dentre os objetivos presentes no Plano destacam-se: o aumento da governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando à ação dos serviços para o atendimento dos cidadãos; limitação das ações do Estado para aquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada; a transferência da União para os Estados e municípios as ações de caráter local (só em casos de emergência cabe a ação direta da União); a transferência parcialmente da União para os Estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União (BRASIL, MARE, 1995).

Para Adrião e Peroni (2005, p. 144), as estratégias que deveriam ser adotadas pelo governo federal para a efetivação da reforma do Estado estavam explicitadas no Plano, ou seja, “a privatização, terceirização e ou a publicização de serviços ou atividades prestados pelo Estado”.

Considera-se que a valorização do segmento do Terceiro Setor no Brasil, efetivou-se com a Reforma do Estado que diante da necessidade de reduzir o aparelho estatal, teve como principal alvo, além da privatização, (cujo objetivo maior era transferir para o setor privado as atividades voltadas ao mercado), o desenvolvimento das organizações públicas não estatais, as ONGs e as OSCIPs, instituições voltadas para o interesse público, não objetivando lucros.

É no processo chamado de publicização, ou seja, “a descentralização da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas que, por sua vez, deve ser subsidiado pelo Estado, como os serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científicas (BRASIL, 1995, p. 11-12) que o Instituto Luther King está inserido, ao assumir o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para a sociedade, no âmbito da parceria entre o poder público e a sociedade civil.

O ILK foi reconhecido pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), conforme disposto pela Lei nº 9790/99. A OSCIP é reconhecida como tal por ato do governo federal, emitido pelo Ministério da Justiça, ao analisar o estatuto da instituição proponente. Para tanto é necessário que o estatuto atenda a certos pré-requisitos que estão descritos nos artigos de 1º ao 4º da Lei 9790/99, também conhecida como Lei das OSCIPs.

A referida Lei surgiu para desburocratizar os processos de qualificação perante os órgãos públicos e para simplificar os procedimentos para o reconhecimento institucional das entidades, em que o poder público delega ao particular, à sociedade civil organizada, diferentes atividades tidas como de interesse público, institucionalizando-as para assumir a lacuna deixada pelo Estado, que deixa de investir nas políticas sociais, que gradativamente estão sendo desenvolvidas e implementadas por instituições pertencentes ao segmento do terceiro setor.

As OSCIPs são o reconhecimento oficial e legal mais próximo do que entendo modernamente por ONG, especialmente porque são marcadas por uma extrema transparência administrativa. Contudo, é uma opção institucional, não é uma obrigação. Em geral, o poder público sente-se muito à vontade para se relacionar com esse tipo de instituição, porque divide com toda a sociedade civil o encargo de fiscalizar o fluxo de recursos públicos em parcerias. Assim, pode-se dizer que OSCIPs são ONGs, criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Como as associações civis não têm formato específico e são bastante livres em estipular suas regras internas, em geral esse tipo de ONG tem um ônus administrativo maior. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas (MARTINS, 2007, p. 4).

A sociedade tem ampliado e transferido a esse setor crescentes responsabilidades, talvez pela ausência do Estado em suas ações em todas as políticas públicas. É o setor privado

atuando para atender o público em parceria ou não com o Estado, na busca da transformação social exigida pela sociedade contemporânea.

Montaño (2005, p. 47) critica essa parceria quando afirma que:

Esta parceria entre Estado e as ‘organizações sociais’(Instituídas mediante Lei nº 9.790, de março de 1999), mais do que estímulo estatal para a ação cidadã, representa desresponsabilização do Estado da resposta à ‘questão social’ e sua transferência para o setor privado (privatização), seja para fins privados (visando lucro), seja para fins públicos. No entanto, a motivação do governo para tal reforma não é declarada, qual seja: aumentar a esfera pública, melhorar o atendimento à população, desenvolver a democracia a cidadania mediante a ampliação da participação e do controle social.

Continua o autor.

[...] o que está por traz de tudo isso [...] é por um lado a diminuição dos custos desta atividade - não pela eficiência destas entidades, mas pela verdadeira precarização, focalização e locação destes serviços, pela perda das suas dimensões de universalidade, de não-contratualidade e de direito do cidadão-, desonerando o capital, por outro lado, o retiro destas atividades do âmbito democrático-estatal e da regência conforme o direito, e sua transferência para o âmbito e direito privados (independente de os fins serem privado ou públicos), e seu controle seguindo os critérios gerenciais das empresas, e não a lógica de prestação de serviços e assistência conforme um nível de solidariedade e responsabilidade sociais (MONTAÑO, 2005, p. 47).

Bueno e Kassar (2005), em estudos realizados sobre a relação do Estado com o setor privado enfatizam as inovações presentes no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Ao abordarem a Educação Especial desenvolvida no âmbito do terceiro setor, assim se expressam: “de certa forma, a história da educação especial seria ‘exemplar’ e mesmo ‘antecipadora’ do processo de publicização proposto pelo governo federal a partir da reforma do Estado”. (BUENO; KASSAR, 2005, 120), Para as autoras “as instituições particulares de caráter assistencial - hoje concebidas no âmbito do terceiro setor” - têm “uma posição social garantida”. (Idem, 2005, p. 119-120).

As autoras discutem a ausência de ações por parte do Estado no atendimento educacional às pessoas com deficiência no Brasil e também a atuação das instituições não governamentais, em parceria com o Estado por meio de auxílios e ou incentivos financeiros. Ao exemplificarem as atividades desenvolvidas do terceiro setor em Mato Grosso do Sul, afirmam que “84% dos seus atendimentos especializados a cargo do terceiro setor, parece ser exemplar do processo de ‘divisão de responsabilidades’ propostas pela reforma do Estado”.

(Idem, 2005, p. 133), As autoras afirmam ainda que: “no contexto de reforma de Estado, as ‘parcerias’ entre os serviços públicos e privados fortalecem-se diante da necessidade apresentada pelo projeto de modernização do país, que propõe assunção de ações no campo da educação pelo chamado terceiro setor” (Idem, 2005, p. 128).

Concorda-se com a visão que as autoras têm da relação entre o Estado e a sociedade civil na divisão de responsabilidades. Trazendo o Instituto Luther King, para esse movimento social, verifica-se que o mesmo atua na ausência e ou limitações das ações por parte do Estado no atendimento educacional, que assegure o acesso à educação superior. Mesmo recebendo verbas do governo estadual e municipal, permanece como entidade privada, sem fins lucrativos e tendo autonomia, para sua gestão administrativa, ou seja, embora os governos estaduais e municipais repassem mensalmente verba para ILK, não interferem na sua gestão, como também, os recursos recebidos por estes órgãos, não constituem como única fonte de renda da Instituição.

Entretanto, é possível observar que a parceria contribuiu para que a Instituição ocupasse uma lacuna na oferta de curso pré-vestibular, modalidade de ensino não formal que não é promovida pelos governos com a mesma obrigatoriedade de oferta como, por exemplo, do ensino fundamental e médio.

Considera-se também que a participação de entidades sociais, como o ILK no desenvolvimento de políticas de ação afirmativa é um importante fator na construção de parceria do poder público com a sociedade civil, na possibilidade de ampliação de expansão dessa modalidade de ensino na cidade de Campo Grande-MS. Contudo, não é a solução para a superação do problema, pois é grande o número de jovens que já concluíram e ainda vão concluir o ensino médio, sem estarem qualificados para o acesso à educação superior. Portanto, faz-se necessário um avanço do poder público investindo na garantia de políticas públicas.

É preciso observar que em relação às parcerias entre o Estado e a sociedade civil, conforme assinalam Adrião e Peroni (2005), ou seja, entre o poder público e a entidade qualificada elas deverão ser realizadas mediante um contrato de gestão⁵, pelo qual a organização social (OS) apresenta um programa de trabalho a ser avaliado por meio de indicadores de produtividade.

⁵ Ver ADRIÃO, Tereza, PERONI, Vera. Público não estatal: estratégias para o setor educacional Brasileiro. In: ADRIÃO, Tereza; PERONI, Vera (Orgs). **O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

Ao descentralizar as atividades das políticas sociais como a educação, saúde, educação, cultura e pesquisas científicas, dividindo sua responsabilidade com o terceiro setor, o Estado se desresponsabiliza das questões sociais. Contudo não deixa de avaliar as entidades com quem celebra as parcerias, visto que elas recebem recursos financeiros públicos e terão, obrigatoriamente, que prestar contas de seus gastos e de suas ações, respeitando a legislação.

O movimento de descentralização política administrativa, aprovada na Constituição de 1988, alterou normas e regras centralizadoras, redimensionando competências entre federação, estados e municípios, aumentando assim as responsabilidades dos estados e municípios, principalmente no que se refere à gestão das políticas públicas. A descentralização também propiciou o aumento da participação da sociedade civil organizada, nas tomadas de decisões locais, o que representou um avanço significativo para a inclusão de novos sujeitos sociais na esfera da cidadania, bem como garantiu, alguns direitos reivindicados pelos movimentos sociais.

Nos anos 1990, o Brasil sofreu com maior intensidade as transformações advindas das reformas neoliberais que foram implantadas no país. Sob a pregação da necessidade da redução do papel do Estado e o aumento do papel da iniciativa privada e do mercado presente princípios da concepção política neoliberal, muitas conquistas e direitos presentes na constituição de 1988 sofreram rupturas.

Para Arelaro, (2000, p 99), a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), “traz modificações significativas na concepção de democracia e do papel da sociedade brasileira no mundo globalizado”.

O projeto de administração do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) demonstra claramente, a vertente defendida pelos neoliberais - tendo como referência as orientações do Consenso de Washington⁶ - atinge todos os segmentos das políticas públicas.

A partir da metade do primeiro ano de governo do primeiro mandato (1995), explicita-se a assunção de propostas e formulações claramente defendidas em discursos neoliberais e ‘globalizante’: redução do aparato do Estado e do financiamento das áreas sociais, privatização das empresas estatais rentáveis, com clara preferência pela entrada do capital estrangeiro volátil,

⁶ Foi criado em reunião com vários próceres do FMI, Banco Mundial, universidades do mundo inteiro, sob a liderança de John Williamson, reunidos numa instituição da cidade de Washington Institute for International Economics. Faz parte do conjunto de reformas neoliberais que apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado (NEGRÃO, 1998, p. 41-43).

financiamento público - via BNDES- para compra de estatais por multinacionais estrangeiras, criação de sistema de proteção privilegiada aos bancos - através do PROER-, redução dos direitos sociais dos trabalhadores assalariados, transferência a empresas privada e organizações não governamentais (Ongs) de responsabilidade tradicional do Estado, com reconceituação de público e privado, transformando instituições públicas e estatais em organizações sociais que obedeçam à lógica de mercado (ARELARO, 2000 p. 99).

Cria-se, portanto, uma crescente osmose entre o público e o privado com a nota marcante de que o espaço público estará a serviço dos interesses privados, em especial do capital internacional, relegando-se ao abandono os direitos sociais e a população em geral. O que ocupa o centro da nova configuração do Estado é o favorecimento de condições de acúmulo de capital via exploração mercadológica de recursos e direitos públicos.

Para Frigotto e Ciavatta (2003, p. 25), o governo de Fernando Henrique Cardoso deixa “uma enorme dívida social com o agravamento de todos os indicadores sociais”.

Ao analisarmos a política neoliberal no contexto educacional brasileiro, não se pode deixar de registrar a grande influência das organizações internacionais. Em consonância com a agenda política dessas organizações a educação brasileira passa por diferentes reformas estruturais, dentre as quais cita-se: a universalização da educação básica, descentralização de recursos e parceria entre o Estado e a sociedade.

Como consequências dessas políticas neoliberais pontuam-se: o movimento de privatização da educação superior e demais níveis de ensino; o surgimento de universidades empresas, as quais visam exclusivamente o lucro e a educação é oferecida como mercadoria; a expansão de IES privadas, sendo que o sistema brasileiro de educação superior é um dos mais privatizados do mundo; os objetivos da educação passam a contemplar a lógica do mercado, o que é manifestado especialmente com a criação de diferentes cursos de curta duração, demonstrando o quanto a educação passa a ser um bem de consumo; a busca de diplomas, visando o mercado de trabalho e a não preocupação com a qualidade de ensino a ser oferecido.

Por fim, observa-se que a política imposta pelo neoliberalismo não contempla as conquistas dos direitos sociais expressas na Constituição Federal de 1988. É possível pontuar a grande desigualdade de renda, o enorme índice de desemprego e, conseqüentemente, o aumento de cidadãos que se encontram excluídos do acesso à educação, em especial a educação superior.

CAPÍTULO 3

OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS PROGRAMAS DO INSTITUTO LUTHER KING – ENSINO, PESQUISA E AÇÃO AFIRMATIVA

Este capítulo tem com objetivo analisar os resultados da experiência da implantação de políticas de ações afirmativas desenvolvidas pelo Instituto Luther King, em dois aspectos: a) o processo de acesso ao Instituto Luther King; b) a percepção dos ex-alunos de acordo com os seguintes eixos de análise: 1) a importância do ILK para a autoestima dos alunos; 2) o papel das parcerias, segundo os alunos; 3) as características (humanizadoras) do ILK segundo os alunos e as dificuldades enfrentadas 4) resultados do ILK como política de ação afirmativa.

3.1 Acesso ao Instituto Luther King – critérios e procedimentos

Com a implantação do sistema de cotas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) iniciam-se efetivamente, a implantação de ações afirmativas voltadas para a garantia do acesso de negros na educação em Mato Grosso do Sul, garantidas por meio da legislação.

Os debates e as discussões sobre o assunto, na sociedade civil, particularmente no movimento negro, que antecederam a aprovação da referida Lei, foi outro marco importante que possibilitou maior visibilidade da questão étnico-racial e da exclusão desse segmento do acesso à educação superior.

A presença de jovens negros oriundos de um projeto de ação afirmativa explicitou a invisibilidade desse segmento étnico-racial no contexto acadêmico. O grande desafio é que os ex-alunos do ILK, agora acadêmicos, possam fomentar ainda mais, embora com pequena abrangência no que se refere ao quantitativo de negros na educação superior, a discussão da diversidade étnico-racial e, conseqüentemente, a necessidade da ampliação de políticas de ações afirmativas. Sobre o assunto, Nascimento (2007, p. 18) afirma:

De fato, o trabalho dos cursos pré-vestibulares populares tem interferência no âmbito universitário de várias formas. Uma das formas de interferência acontece pela própria entrada dos estudantes dos setores populares nas universidades, pois a presença de pessoas para as quais a universidade (principalmente a universidade pública) não está preparada impõe, pelo menos, um debate sobre a sua cultura, suas dinâmicas e suas políticas internas, como por exemplo, os horários e os programas de assistência estudantil. Outra forma de interferência acontece no âmbito da discussão sobre o acesso e permanência dos alunos, sobretudo de alunos de família de baixa renda.

Outro aspecto importante a ser pontuado é a credibilidade da sociedade e mais especificamente dos alunos em relação ao ILK. Elenca-se, inicialmente, a preocupação que a Instituição tem quanto à transparência na questão do acesso.

A Instituição tem como prática a nomeação de uma Comissão de avaliação, responsável pela análise de todos os documentos, comprovando seu perfil sócioeconômico e a média de cada um dos candidatos a uma vaga, durante o processo de seleção para o curso pré-vestibular; Os documentos dos selecionados encontram-se a disposição de qualquer um dos candidatos, independente do segmento no qual se inscreve, para que comprovem que os critérios de seleção são rigorosamente respeitados pela Comissão de avaliação.

A comissão apresenta o resultado na data pré-determinada, sendo que “a listagem consta, em primeiro lugar e destacadamente, os nomes dos alunos selecionados, bem como os daqueles que preencherem os requisitos gerais exigidos, os quais comporão a lista de espera, que deverão ser afixadas em local visível do Instituto” (ATA nº 19, 2005, p. 2-3)

Na Instituição há a prática de fixar no mural da recepção o resultado dos alunos selecionados e contemplados com a bolsa para curso pré-vestibular e também da lista de espera, separados de acordo com segmento em que cada candidato se inscreveu. Todos são informados de como ocorre a reposição de eventuais desistências, uma vez que se respeita o segmento da desistência, ou seja, se desistiu ou evadiu-se um aluno declarado indígena, imediatamente será chamado, por classificação, outro aluno pertencente ao mesmo segmento

para ocupar a vaga. Isso ocorre até final do mês de agosto de cada ano, pois depois dessa data não há mais reposição.

A participação voluntária de ex-alunos durante o período de inscrição, para o atendimento aos candidatos a novas vagas e a possibilidade de acompanhar como ocorre o processo de seleção, evidencia a disposição da transparência na seleção perante aqueles que se beneficiarão com as vagas no curso pré-vestibular.

A Instituição realiza visita domiciliar aos alunos selecionados, por amostragem, devido ao pequeno número de voluntários e funcionários com a finalidade de verificar o critério que se refere ao perfil socioeconômico dos candidatos para concorrer a uma vaga no curso pré-vestibular. Houve casos de se detectar, durante a visita, incongruência entre os dados socioeconômicos apresentados por alguns candidatos e as suas moradias de alto e médio padrão. Este foi o caso de um candidato visitado, referente ao processo de seleção de 2007.

Já ocorreram casos de denúncias, entre os alunos, de candidatos que foram selecionados e vinham motorizados ou demonstrando padrão socioeconômico que os diferenciava do restante da turma. Essas denúncias são averiguadas por meio de visita domiciliar. Quando constatada a irregularidade, o candidato é convidado a se desligar da Instituição. Foi verificado apenas o registro de uma visita realizada com a finalidade de comprovação das condições socioeconômicas.

[...] duas alunas que ficaram sobre avaliação, submetidas a uma visita para um relatório de observação sobre suas condições sócio-econômica, [...] foi feita a visita pelo presidente do Instituto e pela coordenadora pedagógica, os quais constataram que elas se qualificam como pessoas afrodescendentes e carentes (ATA nº 17, 2004, p. 1).

Foi observada, uma preocupação constante por parte da equipe da Instituição para que os critérios referentes à questão socioeconômica dos alunos que frequentam o curso pré-vestibular sejam criteriosamente respeitados.

3.2 A importância do ILK para a autoestima dos alunos

De acordo com Moysés (2002), a autoestima não é apenas uma simples reflexão de autoajuda, é um dado científico psicológico e real, que pode influenciar decisivamente na

vida dos sujeitos. “A auto-estima extrapola a simples coisa e exige mais atenção de pais e educadores comprometidos com o futuro de criança e jovens” (2002, p. 32).

De acordo com as “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, (BRASIL. MEC, SECAD, 2006) o termo “autoestima,” entre outros “vêm sendo utilizados como parte das idéias e das ações anti-racistas”. No glossário desse mesmo documento, o termo é explicado como:

Sentimento e opinião que cada pessoa tem de si mesma. É na infância, no contato com o outro, que construímos ou não a nossa autoconfiança. As experiências do racismo e da discriminação racial determinam significativamente a auto-estima dos (as) adultos (as) negras e somente a reelaboração de uma nova consciência é capaz de mudar o processo cruel de uma sociedade desigual que não os (as) estimula e nem respeita. O processo psicológico é um dos aspectos mais importante da auto-estima, pois conduz as relações interpessoais. As formas como nos relacionamos com o outro em muitas situações geram falsos valores. Então o caminho para a construção da auto-estima está calcado em uma sociedade mais justa e igualitária, no reconhecimento e valores de cada individuo como ser essencial. (BRASIL. MEC. SECAD, 2006, p.216).

Entende-se que a visão que cada indivíduo tem de si mesmo pode influenciar na capacidade de enfrentamento dos diferentes obstáculos que a vida traz; o sentimento de maior ou menor valia que cada um atribui a si próprio, pode interferir em suas relações, seja nas escolas, no trabalho, no meio familiar ou em qualquer outro segmento da sociedade.

O ILK, ao respeitar e acolher as diferenças e valorizar a diversidade contribuiu para o desenvolvimento de seus alunos. Segundo Lopes, (2006, P.13) “sentir-se acolhido, incluído e integrado facilita a construção de uma autoestima positiva, elemento fundamental para o sucesso escolar”. No depoimento a seguir a aluna explicita a importância da valorização da sua autoestima:

Permaneci no ILK durante um semestre e aprendi muita coisa. [...] **O Instituto não só contribuiu veementemente com a minha entrada para a Universidade, mas também me fez ver que sou um ser humano, que merece respeito e tenho meu valor. [...] O Instituto significou pra mim a diferença entre entrar na universidade ou somente olhar outras pessoas entrando...** [...] fui agraciada com uma bolsa do Prouni (EX-ALUNA 02, Curso de Direito, grifos nossos).

Continua a aluna, enfatizando a importância de projetos de ação afirmativa:

Muitos jovens de origem mais carente não reconhecem seu valor e um projeto de ação afirmativa como esse contribui incisivamente para a realização profissional dos jovens, retirando-os desse círculo de ócio e falta de oportunidade. Vivemos em um país que oportuniza famílias tradicionais, dinheiro e status. Portanto, **para uma jovem de origem pobre como eu fazer uma universidade é um sonho que eu diria irrealizável [...] Se muitos soubessem o efeito que um projeto tão singelo e grandioso ao mesmo tempo, como é o instituto Luther King, faz na vida de uma pessoa que não tem perspectivas financeiras, muitas pessoas deixariam de esperar somente do governo e teriam mais iniciativa para mudar esse mundo. Como dizia Mahatma Gandhi ‘Seja a mudança que você quer ver no mundo’.** Dessa maneira, tenho plena consciência de que o que sustenta a construção de nossa realização profissional, assim como de qualquer construção, são bases sólidas e bem fundamentadas e posso dizer, com muito orgulho, que nada seria de mim, se não tivesse primeiramente Deus e depois um projeto assim para me apoiar (EX-ALUNA 02, Curso de Direito, grifos nossos).

Em seu depoimento, a aluna do curso de Direito, deixa transparecer o quanto não acreditava ser possível a realização de seu sonho em cursar a educação superior. Mulher, pobre e negra estava entre a maioria excluída desse nível de escolaridade, pois inúmeros são os obstáculos e adversidades a serem superadas, quais sejam: discriminação de gênero, étnico e sócioeconômico, que muitas vezes sufocam a capacidade de reconhecer-se capaz. Como ela mesma afirma: **“para uma jovem de origem pobre como eu fazer uma universidade é um sonho que eu diria irrealizável”.**

Observa-se que a aluna frequentou as aulas do curso pré-vestibular oferecido pelo ILK por apenas um semestre. Pelo curto tempo, é possível inferir que houve ganhos em relação a seu aprendizado acadêmico; contudo, pode-se inferir que a contribuição maior da Instituição em relação a essa aluna foi a elevação da sua autoestima. A aluna qualifica os conhecimentos adquiridos no ILK como fundamentais para suas conquistas e o coloca como exemplo a ser seguido pela sociedade, para a construção de mudanças que contribuirão para um mundo com menos injustiças e mais igualdade de direitos.

Observa-se a clareza da ex-aluna quando menciona a necessidade de ampliar iniciativas tanto pelo Estado como pela sociedade civil, que possibilitem aos jovens negros reconhecerem seu valor e suas potencialidades. Pode-se dimensionar a importância da oportunidade que a Instituição ofereceu para essa aluna na sua afirmação: **“O Instituto significou pra mim a diferença entre entrar na universidade ou somente olhar outras pessoas entrando...”.**

Outra aluna assim se manifesta:

[...] No ILK, **tive muitas oportunidades e procurei aproveitar todas elas. Aprendi muito, amadureci e continuo em um processo de evolução.** Graças a toda a equipe do Instituto Luther King, hoje já estou cursando o sexto semestre de Educação Física na Universidade Católica Dom Bosco, pois **além de aprender todos os conteúdos que eram ensinados, aprendi a dar mais valor a mim mesmo, a acreditar mais na minha capacidade. Ganhei bolsas de desconto, não pude ficar com elas, pois não tinha dinheiro para pagar a matrícula que era integral. Porém, eu possuía mais do que isso, eu tinha adquirido muito conhecimento. Portanto, fiz o ENEM, prestei vestibular, fui aprovada em ambos e agora sou bolsista integral.** [...] Ingressei no ensino superior, conquistei um emprego, tive novas experiências e nunca me esqueci do Instituto e de todas as pessoas que dele fazem parte. **Tudo que tenho conquistado é graças ao apoio que recebi no Instituto. Muitas vezes um apoio maior do que da nossa própria família** e muita compreensão, paciência e dedicação. Sei também que tenho muitos degraus a subir e mesmo que eu esteja o mais alto possível, terei uma base sólida que aprendi no Instituto Luther King (EX-ALUNA 18, Curso de Educação Física, grifo nosso).

O breve relato da trajetória de vida dessa ex-aluna, demonstra a realidade enfrentada pela maioria daqueles pertencentes às minorias sociais, constantemente marcadas por desigualdades raciais, econômicas e principalmente, desigualdade de oportunidade em obter conhecimento e formação na educação superior.

Afirma ter aproveitado todas as oportunidades a ela oferecidas pelo ILK, as quais contribuíram para seu aprendizado e crescimento, tanto intelectual quanto pessoal; para a aluna, a possibilidade de inserção a novos conhecimentos e a trocas de experiências vivenciadas, trouxe para si, não só maior capacidade cognitiva, mas também o fortalecimento de sua autoestima.

É possível observar este fortalecimento em si mesmo, quando em seu depoimento afirmou que embora não tenha tido condições financeiras para se beneficiar da bolsa de estudo com 80% de desconto oferecido por meio do convênio entre UCDB e ILK, da qual foi contemplada, cujo desconto, se referia apenas ao valor das mensalidades, sendo a matrícula paga no seu valor integral, se sentia segura, possuía conhecimentos que lhes possibilitaria outras oportunidades, que se concretizaram com uma bolsa no PROUNI.

Nilda Lino Gomes (2003) ao analisar a implantação do Projeto Ações Afirmativas na UFMG, um programa de extensão universitária desenvolvido na Faculdade de Educação para grupos étnico-raciais e sociais específicos (negros de baixa renda) também destaca o fortalecimento da autoestima dos alunos envolvidos.

Em relação aos jovens integrantes do projeto, é visível o impacto positivo que a participação no ‘Ações Afirmativas’ trouxe para os mesmos. **Observamos entre os jovens o desenvolvimento de uma maior autoconfiança nas suas potencialidades**, maior interesse pelos estudos, domínio de instrumentais acadêmicos necessários para a formação universitária de qualidade, desenvolvimento de solidariedade e laços de amizade, maior conhecimento sobre a realidade do jovem negro que estuda na UFMG e fortalecimento da identidade negra (GOMES, 2003, p. 240, grifos nossos).

Pode-se observar semelhança nos resultados positivos entre a participação dos acadêmicos da UFMG e os alunos do ILK. Nos depoimentos a seguir, destacaram mais uma vez a questão da autoestima.

Um sentimento afetivo ressurgiu em mim cada vez que recordo os bons momentos vividos em sala de aula, das pessoas que conheci dos amigos que fiz e dos professores que mais eram conselheiros sempre prontificados em estar auxiliando a edificar com excelência uma base cultural e educacional, em aliança com o Instituto Luther King. É com eminente gratidão que me deleito a recordar a saudosa preocupação e compromisso em buscar o melhor para os alunos que integram a família Luther King, fez motivar-me a recompensar com o capital mais precioso que Deus me deu, o capital intelectual, e com ele consegui o pleito de uma bolsa de estudos oferecida em parceria com a Unaes. **Algo importante em minha vida, o que alavancou ainda mais minha auto-estima, fazendo com que meus esforços em busca de conhecimento fossem recompensados com o prêmio de destaque acadêmico no curso de Administração do 1º semestre 2006** (EX-ALUNA 6, Curso de Administração, grifos nossos).

A aluna ressalta que se sentia mais confiante e acreditando no seu potencial, o que serviu de alavanca para que buscasse mais conhecimento; conforme afirmou: “o capital mais precioso que Deus me deu, foi o capital intelectual”.

Outro ex-aluno assim se expressa:

Quando fui convidado a fazer esse depoimento, confesso que fiquei preocupado e até um pouco receoso, dada a grande importância que teve na minha vida essa instituição por nome Luther King. [...] Entretanto, sinto que pelo significado que teve e tem minha passagem pelo Instituto Luther King, tenho a obrigação moral, até como uma forma de agradecimento, de relatar o papel fundamental exercido por aquela instituição no meu desenvolvimento, na acepção mais ampla dessa palavra, a partir do momento em que fiz minha inscrição no curso pré-vestibular, fui selecionado e passei a fazer parte da ‘família Luther King’. Talvez porque na época passava por uma fase um bocado delicada, **tenho o ILK como um divisor de águas. Posso dizer, sem qualquer exagero, que existe um antes e um depois de eu ter sido acolhido por essa Instituição** (EX-ALUNO 12, Curso de Direito, grifos nossos).

Continuou o mesmo aluno:

[...] Existem **algumas experiências na vida que somente ao se vivenciá-las se tem a exata noção de sua dimensão, do que elas significam e das transformações (no meu caso benéfico) que elas podem trazer para as nossas vidas.** Às vezes fico a imaginar como seria se não tivesse sido acolhido pela ‘família Luther King’. Afinal de contas, foi por meio dela que consegui atingir meu objetivo principal, qual seja, a aprovação numa Universidade Federal; foi por meio dela que conheci as pessoas que hoje mais se aproximam do conceito de amigas; [...] foi por meio dela que tive onde me apoiar/orientar nos primeiros passos no ensino superior; enfim... Também foi por meio dessa mesma ‘família’ que tive o privilégio de conhecer a pessoa que me fez titubear na minha crença férrea de que o homem, enquanto espécie, não vale absolutamente nada (EX-ALUNO 12, Curso de Direito, grifos nossos).

Esse aluno afirmou que foi por meio da Instituição que conseguiu atingir seu objetivo principal: ser aprovado na UFMS. Pontua, entretanto, ganhos de maiores dimensões, mais subjetivos e que extrapolaram o conhecimento acadêmico: o resgate da autoestima, o apoio psicológico e moral, a crença no outro pelo seu valor, a relação de amizade e principalmente a certeza de saber que por meio da educação é possível transformações no transcorrer da trajetória de sua vida.

Outro depoimento do aluno de Administração ressaltou a importância da Instituição ter propiciado cursos específicos, que colaborou com uma preparação melhor para o vestibular. Os cursos específicos, dos quais se refere o aluno, são cursos ministrados por professores particulares de disciplinas específicas e de alto custo. (ver capítulo 2, item 2.2). Esses profissionais que ministram esses cursos de maneira privada oferecem gratuitamente aos alunos do ILK um quantitativo de vagas. O aluno enfatiza ainda a contribuição social do ILK para a sociedade na inclusão das minorias sociais.

O instituto Luther King foi um divisor de águas em minha vida. Proporcionou-me a oportunidade de abranger meus conhecimentos e vivenciar as diferenças, aprendendo a respeitá-las em seus diferentes âmbitos. Pude me preparar para o vestibular, tanto dentro do instituto com seus professores empenhados em transmitir o seu melhor, quanto fora, com as parcerias instituídas. **Fico feliz por ter participado dessa instituição que tem uma missão social muito importante para nossa sociedade e que aos poucos está modificando a vida de ‘minorias’ que poderão fazer parte da ‘maioria’.** A experiência de participar do Instituto Luther King levarei comigo como uma das melhores experiências de minha vida (EX-ALUNO 10, Curso de Administração, grifos nossos).

Nos dois últimos depoimentos, observa-se que os alunos, mesmo tendo passado pela Instituição em períodos diferentes, a referendam como divisor de águas em suas vidas, pois tiveram oportunidade de crescer intelectualmente, refletir sobre as políticas de ações afirmativas e, principalmente, revelar que projetos como os desenvolvidos nessa Instituição podem colaborar para resultados concretos na sociedade sul-mato-grossense. Um dos ex-alunos, a esse respeito, afirmou que o ILK “aos poucos está modificando a vida de ‘minorias’ que poderão fazer parte da ‘maioria’”.

D’Ávila (2006, p. 79-80) com base em suas pesquisas afirma que “o cursinho passa a ser considerado parte importante da vida de seu alunado, contribuindo para o seu crescimento em diversos aspectos, principalmente por ser mais que uma oportunidade de preparação para a prova eliminatória, incentivando a acreditar que um futuro melhor é possível”. Continua a autora:

Frequentar o pré-vestibular popular pode significar a retomada de um antigo projeto, o qual fora ‘deixado de lado’ em virtude das condições sociais, políticas econômicas. [...] Percebeu-se o quanto o Cursinho se tornou essencial para a vida dos estudantes, significando uma grande chance de atingir o sonho da aprovação no vestibular, mas não apenas isso. [...] o ingresso significou uma relevante mudança na vida de seu alunado, que passou a incluir-se na pequena parcela de brasileiros que se preparam para atravessar os portões da universidade pública, isto é, os vestibulandos (D’ÁVILA, 2006, p. 80-82).

Concorda-se com a afirmação da autora em relação aos jovens não prosseguirem nos estudos, sobretudo para o acesso a educação superior, em virtude de suas condições socioeconômicas. Os diferentes depoimentos dos alunos do ILK contemplam as afirmações da autora, quanto a mudança na vida desses alunos e o resgate de esperança da realização de sonhos. No depoimento a seguir, a aluna ressalta a importância da formação universitária em sua vida.

Quando eu soube do Cursinho Pré-Vestibular Instituto Luther King, fiz minha inscrição para a prova seletiva, pois **estava atravessando uma fase difícil, sem trabalho e com poucas perspectivas em arrumar emprego, pelo fato de estar com muito tempo fora do mercado de trabalho e também ter uma idade não tão favorável.** O Instituto Luther King é um projeto inovador e maravilhoso, idealizado pelo Dr. Aleixo, que muitas pessoas classificaram como ‘doido’ por fundar um cursinho gratuito e sem fins lucrativos. Sua idéia era de ajudar os menos favorecidos e a grande maioria ‘os negros’ que não têm recursos para pagar por um cursinho pré-vestibular. Eu sinto orgulho de ter estudado no Luther King e de ser a primeira aluna a concluir a educação superior. **Formada em Matemática, hoje não exerço a profissão, mas graças à formação universitária estou**

trabalhando. ‘Se cada um levar um pouco de água pra apagar o fogo da floresta, com certeza o fogo logo se extinguirá’. É justamente o que está fazendo o Dr. Aleixo Paraguassú Netto, **diminuindo a diferença das classes sociais, ou seja, ajudando aos que sofrem em dobro: com a discriminação e com poucos recursos** (EX-ALUNA 17, Curso de Matemática, grifos nossos).

A aluna demonstra que ao ingressar no ILK estava sem perspectivas de futuro e com baixa autoestima, pois se encontrava desprovida de condições básicas para ter uma vida com dignidade, retratando um dos obstáculos estruturais vivenciado pelas mulheres, em relação ao mercado de trabalho em especial aquelas com uma faixa etária acima do 30 anos de idade, sem qualificação específica e nível de escolaridade. Enfatiza a importância da formação universitária na sua vida profissional. Reconhece a importância das ações desenvolvidas pelo ILK, na busca pela diminuição das diferenças sociais e raciais. Ela custeou e concluiu o curso de matemática em 2007. E em seu depoimento descreve o quanto ser aluna do cursinho pré-vestibular oferecido pelo ILK contribuiu para essa realização.

Bonfim (2003) destaca o papel dos professores que atuam em cursos pré-vestibulares como o do ILK, evidencia a importância do trabalho desenvolvido por esses profissionais, no sentido de estimular seus alunos a acreditarem em si mesmos e em seu potencial. O que para o autor contribui para um crescimento pessoal é “o fortalecimento dos relacionamentos interpessoais, da solidariedade, entre outros aspectos” (BONFIM, 2003, p. 114). Esses aspectos podem ser identificados nos depoimentos de alguns ex-alunos, como este a seguir:

Muitas pessoas, principalmente as carentes, não têm oportunidades para realizar seus objetivos. Às vezes só apenas uma porta aberta é a melhor oportunidade da vida de uma pessoa. E essa ‘porta aberta’ eu encontrei em fevereiro de 2006, quando fui selecionada para fazer o curso preparatório do Instituto Luther King. [...] Frequentei o instituto durante mais ou menos 1 ano e 6 meses. [...] adquiri muitos conhecimentos, os professores eram excelentes, nos davam a melhor base possível para que fizéssemos uma boa prova no vestibular. [...] Tive a oportunidade de ver de perto pessoas que conseguiram realizar o sonho de fazer uma faculdade, de ser não apenas mais uma pessoa no mundo e sim ser um vencedor. Durante o tempo que estive no Instituto prestei quatro vestibulares, dois em universidades particulares e dois na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Conseguí passar nos das universidades particulares. Comecei novamente o curso em 2007. Neste ano prestei outro vestibular em junho na UFMS, felizmente passei e hoje sou acadêmica do curso de Letras. E estou muito feliz nesta nova etapa da minha vida. Nunca esquecerei essa ‘porta’ que o Instituto abriu para mim. Sei que fiz um grande esforço, estudando e batalhando para realizar esse meu sonho, mas sei também que se não fosse o apoio, o carinho, o amor e a seriedade dessa instituição, talvez fosse muito mais difícil a realização desse meu objetivo (EX-ALUNA 11, Curso de Letras).

O fato de a aluna não ter atingido seu objetivo, nas primeiras tentativas de ingressar em uma universidade pública - possivelmente por não estar preparada para o processo seletivo, não significou barreira, a aluna aponta os conhecimentos recebidos no ILK como base principal de sua aprovação na UFMS. Ressalta a seriedade do trabalho desenvolvido na Instituição, colocando a oportunidade oferecida como uma “porta aberta”, atrelada ao seu esforço de trabalhar e estudar como diferença para a realização de seu sonho. Nota-se uma relação de compromisso da aluna com a Instituição, mas principalmente com si mesma, quando enfatiza seu esforço e perseverança.

Sobre o assunto Mitrulis e Penin (2006 p. 297) afirmam: “O convívio com outros significativos, numa relação caracterizada pelo compromisso, pela abertura e pela reciprocidade, contribui para a construção de uma representação de si mais voltada para possibilidades do que para limitações”. O Instituto Luther King, desta forma, contribuiu para que mais um jovem negro realizasse seu sonho, ao oferecer oportunidade de competir num mesmo nível no processo seletivo.

Em outros depoimentos foi possível observar o fortalecimento da autoestima como a transformação de mudança na vida pessoal, além de conferir à Instituição uma significação maior, valorizando as relações interpessoais vivenciadas quando alunos da Instituição, conforme os relatos a seguir:

Conheci o Instituto Luther King no momento certo, **na Instituição eu aprendi a lutar pelo meu sonho, enfrentar os desafios social, racial e econômico com responsabilidade e ética** (EX-ALUNO 8, Curso de Administração, grifos nossos)

[...] como **era prazeroso estar naquele ambiente e estudar lá**. As novas e eternas amizades conquistadas **e, acima de tudo, a mudança brusca que tive, para melhor é claro, em relação a minha postura** (EX-ALUNO 18, Curso de Educação Física, grifos nossos)

[...] **hoje estou fazendo a faculdade que sempre quis**. Quando estou muito cansada, lembro-me que estou aqui **porque alguém acreditou em mim** e fez algo mais que falar mais que reclamar. Fez realmente algo para mudar. Por isso toda vez que penso em força, coragem, determinação, conquista é Instituto Luther King (EX-ALUNO 21, Curso de Publicidade e Propaganda, grifos nossos).

D’Ávila (2006, p. 87) ao abordar as repercussões do ingresso no cursinho pré-vestibular popular da UFSC, concluiu que:

O cursinho cumpriu com as suas metas de inclusão para a vida e também no que tange à auto-estima dos estudantes. Os participantes expressaram

sentimentos de autoconfiança e auto-estima necessários para o enfrentamento de um exame como é o vestibular.

Não há como negar que o trabalho desenvolvido pelo ILK também tem interferência na vida desses jovens, principalmente por ele representar uma possibilidade de aprendizado e de expectativas de acesso à educação superior. A vontade de mudança, a garra e a possibilidade de cursar uma universidade, sonhar novas metas, faz parte do coletivo do alunado do ILK, retratado no depoimento a seguir:

O ILK não só foi o maior colaborador para que eu fizesse parte de um grupo de universitários em instituição pública, mas também me passou um conjunto de valores e saberes que vão além do saber formal. O fato é que tudo trilha comigo a partir de então. Eu sou oriundo da turma de 2006, que me deu amigos para o fim da vida. O fato de todos terem um sonho comum em muito nos uniu, de uma forma imensurável. Hoje, dois anos depois, a grande maioria está mais próxima de seus sonhos, antes tão longínquos. E o melhor: todos descobriram que podemos realizá-los e já sonhamos novas metas. **Tudo isso tem o ILK como vértice: se ali foi o lugar onde foi possível sonhar, também foi o trampolim para uma realidade** (EX-ALUNO 9, Curso de Ciências Sociais, grifos nossos).

O ex-aluno atribui à Instituição a inserção de valores e novos conhecimentos na sua vida que extrapolam a simples aprovação no vestibular e, sobretudo, coloca o ILK como elo entre o sonho e a realidade de ser universitário.

Pode-se verificar ainda que o atendimento a cada aluno na Instituição termina em alguns casos envolvendo terceiros, como amigos, familiares e outros, conforme o relato a seguir:

Como aluna dessa Instituição, fica difícil encontrar palavras para expressar qual o impacto que ele tem na minha vida e de meus colegas, a importância que um cursinho gratuito para negros e carentes passa a ter na vida das pessoas. Aqui, dia-a-dia somos transformados, como se houvesse uma renovação de ânimos. Isso vai fluindo e contaminando um a um e não fica somente aqui. A família, os amigos, todos passa a fazer parte da nossa mudança de vida (EX-ALUNA 22 , Curso de Publicidade e Propaganda).

Conforme afirma a aluna, houve mudança na sua vida e o aprendizado transcendeu ao espaço do curso pré-vestibular. Pode-se afirmar que ao oferecer oportunidade a um aluno, o Instituto está indiretamente atingindo os que o cercam.

No depoimento a seguir, é possível dimensionar a importância de projetos de ações afirmativas, como os desenvolvidos pelo ILK interferem na vida desses jovens.

[...] Algo que me fez sentir muito bem desde o início, foi o telefonema que eu recebi da coordenadora dizendo-me que eu fui selecionada e que deveria comparecer no Instituto para não perder minha vaga. Como eu estava desempregada e não tinha dinheiro para ir ver a lista dos alunos selecionados e era muito perigoso eu ir a pé, este telefonema foi uma luz no meu caminho, haja vista que se fosse outra instituição provavelmente eu teria perdido minha vaga. A partir daí pude ver a grande família que me esperava. O Instituto Luther King significa muito em minha vida. A partir do momento em que eu soube da existência do mesmo e tive a oportunidade de ser selecionada para fazer parte do grupo de alunos para o curso pré-vestibular. O Instituto não é apenas mais um dos locais onde se vai para ter cursinho e pronto. É mais do que isso! É como se fosse nossa casa, onde temos direitos, deveres, somos respeitados e valorizados. Temos professores excelentes (EX-ALUNA 18, Curso de Educação Física).

Na visão de Moysés (2002, p. 19), “A auto-estima se revela como a disposição que se tem para nos ver como pessoas merecedoras de respeito e capazes de enfrentar os desafios básicos da vida”.

No depoimento da aluna, percebe-se a diferença e o respeito da Instituição pelos candidatos a vaga no curso pré-vestibular, mesmo fixando o resultado dos alunos selecionados no mural; houve uma preocupação pelo individual, por aqueles que não compareceram para efetivarem sua matrícula. Conforme o depoimento, a ex-aluna recebeu um telefonema da coordenação da Instituição insistindo para que não perdesse a sua vaga. Pontua-se isso como um diferencial do ILK, que mostrou a essa aluna que ela era capaz de enfrentar suas dificuldades financeiras sentindo-se valorizada e fortalecendo sua autoestima.

Thum (2000) ao abordar a interferência das propostas dos cursos pré-vestibulares no meio acadêmico, além de citar a reivindicação de educação pública para todos e em todos os níveis, como direito de todos os cidadãos, afirma que:

[...] os trabalhadores descapitalizados economicamente, não obrigatoriamente são ‘pobres’ em conhecimento, ou no que é ainda mais preconceituoso ‘são incapazes de aprender.’ [...] Desta forma, no espaço da sociedade, o significado da ação dos pré-vestibulares é política e educativa (THUM CARMO, 2000, p. 41, grifos nossos).

No depoimento da aluna de educação física vimos que a ação do ILK, em relação à aluna contemplou a afirmação do autor ao propiciar oportunidade para participar do seu projeto de ação afirmativa, também acredita que a capacidade de aprendizagem não se caracteriza pelo tom de pele ou a situação socioeconômica e, sim, pela falta de oportunidade

igual para todos, direito presente na nossa Constituição, mas na prática social, essa igualdade é um bem que tem que ser conquistado.

Diante do exposto e da análise dos depoimentos dos alunos pode-se inferir que o trabalho realizado ILK evidencia, o caráter incentivador do Cursinho oferecido no ILK a preocupação em melhor prepará-los academicamente, suprimindo lacunas de aprendizagem para enfrentar o vestibular, bem como a questão do fortalecimento da autoestima, tendo como consequência maior confiança em si mesmo. É importante ressaltarmos que esses alunos já tinham uma trajetória de bons resultados em sua vida escolar, visto que foram considerados os melhores no critério de seleção instituído pelo ILK, entretanto, isso não retira o importante papel exercido pelo ILK na vida desses sujeitos.

3.3 O papel das parcerias segundo os ex-alunos do ILK

O estabelecimento de parcerias com diferentes instituições públicas e privadas é uma prática que se amplia nos segmentos do terceiro setor a partir dos anos de 1990, com a criação de diferentes organizações não governamentais - ONGS, OSCIPS, Associações e outras, surgindo assim uma nova concepção de atuação da sociedade civil.

Para Gohn (1995, p. 33) “os movimentos sociais perderam sua força mobilizadora, pois as políticas integradoras exigem a interlocução com organizações institucionalizadas. Desta forma, as organizações não governamentais ganham importância através de parcerias com o poder público”. Esta parceria com o poder público refere-se ao processo de publicização, que consiste na divisão de responsabilidade do Estado com organizações sociais e são medidas preconizadas no plano de Reforma do Estado, o que possibilitou a ampliação de parcerias para diferentes ações no oferecimento de políticas sociais. A autora (1995, p. 36), ao abordar sobre os movimentos sociais e a novas práticas civis, aponta duas tendências que se fortaleceram no cenário brasileiro a partir dos anos de 1990.

O crescimento da ONGs e as políticas de parcerias implantadas pelo poder público particularmente ao nível do poder local. Estas tendências são faces complementares das novas ênfases das políticas sociais contemporâneas particularmente nos países de Terceiro Mundo. Trata-se de novas orientações voltadas à desregulamentação do papel do estado na economia e na sociedade como um todo, através das quais são transferidas responsabilidades do Estado para as ‘comunidades’ organizadas, com a intermediação de ONGS, em trabalhos de parcerias entre o público estatal e

o público não-estatal, às vezes, incluindo também a iniciativa privada (grifos nossos).

O ILK não difere de outras instituições e também tem como prática o estabelecimento de parcerias com diferentes setores da sociedade na busca de captação de recursos financeiros para melhoria nos resultados de suas ações. Desde o início de sua criação, a parceria e o apoio de terceiros faz parte da história do ILK, inicialmente com pessoas físicas e poucas empresas e em seguida, com órgãos estaduais e municipais.

Por depender de doações e das parcerias para a sua manutenção, a Instituição enfrenta dificuldades financeiras para o pagamento de serviços essenciais como água, energia elétrica, telefone, impostos, funcionários e materiais didático-pedagógicos. Para tanto, conta com parcerias importantes, dentre os quais se destacam:

a) a cedência gratuita do prédio, por tempo indeterminado, por parte de um casal de amigos do idealizador do projeto, Aleixo Paraguassú Netto.

Sobre este aspecto, Zago (2007, p. 3) em estudos realizados sobre os cursos pré-vestibulares populares concluiu que apesar das diferenças nas formas de organização, há algumas características que são peculiares, como a ausência de sede própria “poucos são os cursos que possuem sede própria, eles funcionam em locais diversificados: escolas, universidades, instituições religiosas, associações comunitárias e outros”. Observamos que o ILK se insere nessa característica diferenciando-se apenas por ter tido desde sua criação um espaço físico específico para seu funcionamento;

b) a Fundação Barbosa Rodrigues (do Grupo Correio do Estado - jornal, TV e rádio) oferece uma contribuição de R\$ 2.000,00 mensais, desde a fundação do ILK. Por muito tempo foi a principal mantenedora do pró-labore pago aos professores que ministram as aulas no curso pré-vestibular, antes da parceria com a Secretaria de Educação do Estado;

c) o governo do estado de Mato Grosso do Sul, independente do partido político que esteja a sua frente, contribui com a cedência da coordenação pedagógica e de vários professores que ministram aulas no curso pré-vestibular. Outra característica apontada por Zago (2007, p. 3) em relação aos cursos pré-vestibulares populares é o fato de “seu corpo docente e administrativo executar um trabalho voluntário”. Encontramos aqui outro diferencial em relação ao ILK, pois com a parceria com a Secretaria do Estado de Educação e do município, os professores (em sua maioria) e os administrativos passaram a ser convocados por esses órgãos recebendo seus vencimentos conforme o contrato provisório regido pela legislação. Ressalta-se, também, que

na Instituição não há rotatividade de professores, o que se considera um aspecto bastante positivo no fortalecimento da equipe de trabalho.

d) A empresa Energias do Brasil - ENERSUL contribuía com R\$ 500,00 mensalmente, até julho de 2007, valor que foi aumentado para R\$ 6.025,00 por mês a partir de agosto de 2007 até agosto de 2008⁷, mediante projeto apresentado à empresa. Além de outro convênio firmado desde 2004, para a captação de recursos de doadores via conta de energia, num total estimado de R\$ 1000,00 (Documento da prestação de contas/2007, apresentado pela Instituição ao Ministério da Justiça e Ministério Público Estadual de MS, disponível na secretaria do Instituto Luther King).

Para garantir a sustentabilidade e a solvência do ILK, a equipe técnica pedagógica da instituição apresenta diferentes projetos a órgãos públicos ou a empresas privadas com o objetivo de captar recursos. O quadro 6, a seguir elenca os projetos aprovados com valores mais significativos.

⁷ Em virtude de uma reorganização na política de responsabilidade social da empresa o valor destinado às Instituições credenciadas aumentou significativamente. A empresa optou em reduzir o número de Instituições atendidas aumentando o valor de contribuição àquelas que permanecerem. O ILK apresentou para a ENERSUL o valor de suas despesas pontuando suas necessidades, sendo que o valor do apoio financeiro foi estipulado pela empresa.

Quadro 6 - Projetos aprovados e desenvolvidos - 2003 a 2007.

Projeto	Ano	Valor	Foco	Impacto	Bens Adquiridos
Projeto MS Gás aprovado pela Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul	2004	R\$ 3. 760,00	Captação de recursos financeiros para aquisição de obras literárias para a biblioteca do ILK	Disponibilizar toda referência bibliográfica de literatura exigida pelas universidades de C. Grande aos alunos e aumento do acervo da biblioteca	Obras literárias de diferentes períodos.
Projeto Inclusão.Com. Aprovado pela Fundação Banco do Brasil	2005	R\$ 41.564, 24	Acesso às tecnologias de informação e comunicação	Instalação de nova sala de informática Ampliação do nº de crianças, jovens e adultos; Capacitação de orientadores	Componentes necessários para instalação de rede, logístico e uso; materiais didáticos.
Projeto - Programa Diversidade na Universidade PIC-MEC/UNESCO	2006	R\$ 70.200,00	Melhoria na qualidade de ensino e permanência dos alunos no curso pré-vestibular e capacitação do corpo técnico e pedagógico.	Diminuição da evasão escolar por falta de vale transporte; Maior assimilação dos conteúdos devido ao material didático (apostila) oferecida a todos os alunos; Maior compreensão dos professores e funcionários sobre a questão étnico-racial.	80 apostilas de exercícios para os alunos do curso pré- vestibular.
Projeto “Círculo de Leitura, Leitura em Círculo”. Aprovado pela Fundação de Cultura do Município de Campo Grande	2006	R\$ 6. 200,00	Captação de recursos financeiros para aquisição de obras literárias para a biblioteca do ILK	Disponibilizar toda referencia bibliográfica de literatura exigida pela s universidades de C. Grande a os alunos e aumento do acervo da biblioteca.	Obras literárias de diferentes períodos; 01 Micro system; Gravuras de obra de diferentes artistas e movimentos artísticos.
Projeto para Captação de recursos aprovado pela FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL	2006	R\$ 7. 800,00	Captação de recursos para aquisição de recursos didáticos.	Melhora na qualidade da organização da realização de palestras (áudio e Visual) oferecida para os alunos, Diversificação dos recursos didáticos utilizados durante as aulas.	01 Data-show; 01 Tela para projeção; Aparelhagem de som completa com suportes.

Projeto	Ano	Valor	Foco	Impacto	Bens Adquiridos
Projeto Energias do Brasil- Aprovado pela ENERSUL - Energias do Brasil	2007	R\$ 75.600,00	Captação de recursos para aquisição de pagamento e transporte do pessoal contratado; aquisição de apostilas para o curso de informática e curso pré-vestibular; fornecimento de vale-transporte alunos do curso de informática e do curso pré-vestibular	Não foi possível aferir os impactos, visto que, o recurso financeiro só foi na conta do ILK no término do ano letivo de 2007. O mesmo será desenvolvido e avaliado durante o ano de 2008	
Projeto Programa Diversidade na Universidade MEC/SECAD *	2007	R\$ 54.000,00	Melhoria na qualidade de ensino e permanência dos alunos no curso pré-vestibular e capacitação do corpo técnico e pedagógico.	Não foi possível aferir os impactos, visto que, o recurso financeiro s não foram disponibilizados durante o ano de 2007.	
Total de projetos aprovados					07
Total de projetos concluídos com prestação de contas					05

Fonte: Projetos apresentados e aprovados e desenvolvidos, disponíveis na secretaria do Instituto Luther King.

* Em 21 de maio de 2005, conforme solicitação do MEC/SECAD foi enviada a solicitação de liberação de recursos e o Plano de trabalho (conforme modelo exigido pelo MEC) referente ao projeto. Contudo até o término do ano de 2007 o recurso financeiro não foi liberado.

Analisando os dados, é possível verificar que todos os projetos aprovados, tinham como foco a captação de recursos para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e a permanência no curso pré-vestibular dos alunos atendidos pela Instituição. Impactos positivos foram observados nos serviços prestados para os que deles se beneficiaram.

A Instituição conta também com o recebimento esporádico de contribuição resultante de penas alternativas determinadas pelo poder judiciário dessa cidade. A referida penalidade permite a substituição da pena privativa de liberdade por uma pena alternativa, aplicadas àqueles cidadãos infratores que cometem crimes de pequeno e médio potencial ofensivo e, podem receber diferentes modalidades de penas tais como: pagamento de cesta básica, valores pré-estabelecidos em espécie, prestação de serviços à comunidade entre outros.

Todos os valores recebidos são destinados às despesas gerais da Instituição com prestação de nos órgãos competentes.

O ILK também mantém convênios, que consistem em uma parceria com diferentes IES privadas, onde as mesmas (UNAES, UCDB, UNIDERP e IESF), oferecem descontos nas mensalidades a alunos oriundos do ILK por meio dos quais garante bolsas de estudo para os alunos aprovados nos seus respectivos vestibulares.

Todos os convênios firmados tinham como objetivos garantir o acesso das minorias sociais egressas do curso pré - vestibular do Instituto Luther King e seguiram os seguintes critérios:

a) Centro Universitário de Campo Grande - UNAES, convênio firmado em 19 de agosto de 2005 para concessão 80% (oitenta por cento) no valor das mensalidades para cada 10 egressos do ILK aprovados no processo seletivo referente a 2006, bem como o desconto de 100% (cem por cento) do valor da inscrição para o vestibular referente ao processo seletivo de 2006⁸;

b) Fundação Lowtons de Educação e Cultura - FUNLEC, convênio firmado em 01 de outubro de 2005, pelo qual foram concedidas aos alunos egressos do ILK 02 bolsas de estudos com total gratuidade e o desconto de 100% do valor de inscrição no processo seletivo de seus cursos; em outubro de 2006, FUNLEC, ampliou o número de bolsas por meio de um termo aditivo ao convênio celebrado com o ILK. O convênio inicial contemplava apenas duas bolsas. Dentre as opções apresentadas pela FUNLEC, a diretoria do ILK optou pela oferta de

⁸ Convênio firmado entre o Instituto Luther King e a UNAES (2006 p. 1-2).

4 bolsas com 75% de desconto, tendo em vista a possibilidade de possibilitar mais vagas para seus alunos⁹;

c) Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), convênio assinado em 24 de outubro de 2005, contempla 10 alunos egressos do ILK que forem aprovados no processo seletivo referente a 2006 com desconto 80% no valor das mensalidades bem como a isenção do pagamento do valor da inscrição para o vestibular referente ao processo seletivo de 2006¹⁰ em novembro 2006, a Universidade Católica Dom Bosco também ampliou o número de bolsas oferecidas por meio de um novo convênio, ampliando mais 10 bolsas de estudo com 50% de desconto nas mensalidades. Seguindo os mesmos critérios do convênio anterior¹¹. Em 11 de agosto de 2005, o Instituto Luther King recebeu a visita do reitor da Universidade Católica Dom Bosco, Padre José Marinoni; foi após essa visita que se efetivou a parceria das bolsas de estudos para os alunos egressos do ILK, na UCDB. Ressalta-se que além do convênio de oferecimento de bolsas, a coordenação do curso de Biologia, gestão 2005 e também 2006, disponibilizou os laboratórios de biologia, ministrando aulas quinzenalmente para os alunos do ILK, junto com os acadêmicos do curso no período noturno.

Dos alunos que participaram dessas aulas, 5 são acadêmicos do Curso de Biologia, 3 estão cursando na própria UCDB, 01 na UFMS e 01 na UEMS. Em 22 de novembro de 2006, também durante a visita do Pró-Reitor Acadêmico, Padre Jair Marques de Araújo¹²; oportunidade em que foram concedidas mais 10 bolsas de estudos com 50% de abatimento no valor das prestações aos alunos egressos do ILK, respeitando os demais critérios do convênio anterior, em relação à contrapartida dos alunos bolsistas;

d) Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP, convênio firmado em 20 de outubro de 2006 no qual a instituição concede seis bolsas de estudo no valor de 50% das mensalidades para os cursos de graduação, exceto para o curso de Medicina e 50% de desconto na taxa de inscrição para o vestibular 2007¹³.

Infere-se que a referida Instituição não tenha oferecido nenhuma vaga para o curso de medicina aos alunos egressos do Luther King, em função do seu poder econômico,

⁹ Termo de aditivo, firmado entre o Instituto Luther King e a Fundação Lowtons de Educação e Cultura - FUNLEC (2006 p. 1-2).

¹⁰ Convênio firmado entre o Instituto Luther King e a Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (2005 p. 1-2).

¹¹ Convênio firmado entre o Instituto Luther King e a Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (2006 p. 1-2).

¹² Presente no Colóquio realizado na sede do Instituto em comemoração a Semana da Consciência Negra, em parceria com o Programa de Mestrado em Educação da UCDB

¹³ Convênio firmado entre o Instituto Luther King e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP (2006 p. 1-2).

pois em, na sua grande maioria possuem uma renda per capita de um salário mínimo, valor que não atinge sequer 30% do valor da mensalidade com 50% de desconto, que representa R\$ 1.466,50 (um mil quatrocentos sessenta e seis reais e cinquenta centavos), pois, até dezembro de 2008, tinha um valor integral aproximado de R\$2.933,00 (dois mil novecentos e trinta e três reais).

Petrucci (2004), em seus estudos tendo como base o Censo demográfico de 2000, demonstra a desigualdade da representação de negros formados no curso de medicina no Brasil:

Havia no país naquele período 284 mil médicos, dos quais 86% se declaravam como de cor branca, um percentual bem acima da média nacional de 54% da população total nesse grupo de cor (PETRUCCI, 2004, p. 28)

Diante desse indicativo, o autor formulou uma hipótese ilustrativa do tempo que levaria para chegar a uma proporção equivalente entre os médicos, corrigindo a sub-representação de indígenas, pardos e pretos. Para o autor, mesmo que fossem destinadas a negros e índios todas as vagas das escolas de Medicina do país, ainda assim demoraria aproximadamente 25 anos para que houvesse uma possível equiparação. O que confirma estudos como de Queiroz (2004), quando a mesma classifica o curso de medicina com um curso de alto prestígio, cujos alunos, na sua maioria, pertencem a uma classe de poder socioeconômico mais elevado, mesmo nas universidades públicas.

Em todos os convênios, ficou estabelecida a exigência para todos os alunos do Instituto Luther King que foram contemplados com as bolsas de estudos oferecidas pelas diferentes IES, manter frequência igual ou superior a 90% e não poderão obter média inferior a 7,5 em nenhuma das avaliações por disciplinas, sob a pena de ser revogado o seu benefício da bolsa de estudo. Pode-se observar uma exigência maior que os demais alunos, embora não haja registro, sabe-se que foi uma sugestão da diretoria do ILK.

Entende-se essa exigência, como uma contradição visto que pode trazer consequências negativas, como a perda da bolsa para o aluno que não conseguir atingir os índices exigidos.

Quanto ao convênio firmado com o Centro Universitário de Campo Grande - UNAES, este foi rescindido por parte da instituição, em novembro de 2006, referente ao

oferecimento de novas bolsas, mas garantindo a conclusão dos alunos já contemplados pela bolsa na vigência do convênio entre ambas as partes.

Não há como negar que essas parceiras trouxeram aos alunos do Instituto Luther King reais possibilidades de vislumbrarem a certeza de frequentarem determinados cursos que são oferecidos apenas por IES privadas no período noturno, como os Cursos Tecnológicos, e os de Serviço Social, Educação Física, Administração, Radio e TV entre outros, com valores de mensalidades cabíveis no orçamento dos alunos do ILK. Durante o período analisado, essas instituições proporcionaram o acesso e permanência de 40 alunos em diferentes cursos oferecidos pela UNAES, UCDB, IESF e UNIDERP, os quais certamente não conseguiriam ingressar na educação superior se não fosse por intermédio dessas bolsas.

Outra parceria importante para a melhor preparação e condições de acesso à educação superior dos alunos do ILK é o oferecimento de vagas em cursos preparatórios por meio de acordo com professores particulares de cursos específicos (Português e Literatura; História e Geografia e Física e Matemática). “[...] os alunos recebem, as seguintes bolsas: da professora Isali (português) quatro bolsas; do professor Eraldo (matemática e física) cinco bolsas do professor Fontana (história/geografia)” (ATA nº 18, 2004, p. 1).

Registra-se ainda, a parceria com as empresas Escritório Konta (ATA nº 32, 2007, p. 1) e Soma- Soluções em Publicidade (ATA nº 27, 2006, p. 1) que realizam gratuitamente a escrita fiscal e as campanhas publicitárias do ILK, respectivamente.

O Instituto Luther King serve todos os dias, antes do horário das aulas, um lanche para os alunos que em sua grande maioria são trabalhadores e saem direto do trabalho para as aulas. Por meio de uma parceria, com a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, a merenda escolar é oferecida a todos os alunos.

Ao analisar os depoimentos dos alunos observou-se que eles tinham conhecimento das parcerias que o ILK mantinha com diferentes segmentos da sociedade, ainda que sem conhecimento do termo publicização, quando da parceria entre os órgãos públicos, não as diferenciando das demais, contudo, ressaltam aquelas que estão diretamente ligadas à concessão de bolsas de estudos que são as parcerias com as IES privadas e os cursos específicos. Na visão dos alunos tais parcerias são de grande importância para o projeto.

De acordo com Justino (2003), o Pré-vestibular para Negros e Carentes (CVNC) foi o pioneiro na busca de parcerias com IES privadas. E outros benefícios:

No contexto histórico dos cursos pré-vestibulares populares, o movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) tem um papel fundamental. Foi o primeiro a organizar-se como uma rede, a buscar parcerias, a negociar isenções de taxas de inscrição e bolsas de estudos com universidades públicas e privadas, a mover ações judiciais contra universidades para garantir o direito de fazer a prova do vestibular para os estudantes mais pobres, a utilizar a mídia para divulgar amplamente o seu projeto, a divulgar sua experiência em eventos políticos e acadêmicos, a aparecer em documentos governamentais. Foi a partir dessa iniciativa que surgiram a maioria dos cursos pré-vestibulares populares hoje existentes (JUSTINO, 2003, p. 9).

Diante da afirmação do autor, nota-se, dentro das especificidades e semelhanças de cada um, que o ILK tem uma grande aproximação no que se refere à busca de parceira de bolsa de estudo em IES privadas, mas ainda são limitadas se comparadas ao PVNC.

Na análise dos depoimentos, foi possível observar que o trabalho realizado pelo ILK é amplamente reconhecido pelos alunos, confirmando o reconhecimento de que a Instituição extrapola o seu objetivo inicial que era oferecer o curso pré-vestibular, cujos resultados estão contribuindo para a realização de sonhos e a transformação da vida daqueles que são beneficiados pelas ações desenvolvidas na Instituição, conforme os depoimentos a seguir.

É importante lembrar que o trabalho do Instituto não se contentou apenas em oferecer sua estrutura aos estudantes, mas se preocupou em ampliar as chances dos mesmos, através do contato que seus colaboradores fizeram com as universidades particulares, que disponibilizaram bolsas de estudo de até 80% para que um número maior de alunos pudesse materializar o desejo de conquistar o diploma de curso superior (EX-ALUNO 23, Curso de Jornalismo, grifos nossos).

[...] por indicação de uma amiga conheci o cursinho Luther King e suas propostas educacionais. Acreditei ser propício para mim naquele momento, pois estava desempregada e minha família não possuía recursos financeiros para custear um cursinho particular. Frequentei o cursinho durante o ano de 2005. [...] **A equipe do ILK buscava incessantemente apoio e parceria com instituições do ensino superior, com o intuito de formar elos para que assim fosse possível proporcionar aos jovens do cursinho a oportunidade de ingressarem no ensino superior. Essa persistência da Instituição rendeu algumas bolsas que foram de grande importância para o grupo estudantil, do qual eu faço parte.** [...] Fui contemplada com uma bolsa no final de 2005, mediante critério estabelecido pela UCDB e pelo ILK. Na atualidade, estou cursando o último semestre do curso de pedagogia, o qual é a razão de eu acordar todos os dias. Com este curso **estou realizando um grande sonho, o de ser educadora** (EX-ALUNA 7, Curso de Pedagogia, grifos nossos).

Sobre a importância das parcerias, Heringer (2006, p. 20), afirma:

Programas de formação e apoio a concluintes do ensino médio, tais como vêm sendo desenvolvido por OGS em parcerias com empresas [...] são muito importantes para construir alternativas concretas, em termos de trajetórias individuais de sucesso, tendo como meta inicial o acesso ao ensino superior.

Um ex-aluno bolsista, em IES privada, assim se expressou:

Sou acadêmica do quarto semestre do curso de Pedagogia da UNIDERP. Conheci o Instituto Luther King no ano de 2006 e foi sem dúvida a melhor coisa que aconteceu em minha vida naquele ano, pois minha família passava por um momento bastante complicado, **eu já havia desistido de entrar pra faculdade, pois tentei duas vezes na Federal pra outro curso e não consegui, era totalmente fora de cogitação pagar cursinho Pré-vestibular, [...]** O meu sonho só está se realizando devido à bolsa que **consegui através do Instituto**, sou muito grata por tudo lá aprendi, pelos amigos que conquistei levarei pra toda a vida e os valores que recebi (EX-ALUNO 20, Curso de Pedagogia, grifos nossos).

No seu relato, a aluna expõe as dificuldades financeiras quando afirma que custear um cursinho pré-vestibular era “totalmente fora de cogitação” e também a falta de motivação em continuar seus estudos, em virtude das inúmeras tentativas frustradas de acesso à educação superior na instituição pública. Atribui a bolsa de estudo conseguida por intermédio do ILK, como única possibilidade de estar estudando a educação superior em uma IES privada, que é a realização de seu sonho

Diferentes manifestações são encontradas sobre a oportunidade conseguida por meio de parceria do ILK com as IES privadas:

[...] a cada vez que adentro a universidade, agradeço a Deus e lembro-me que essa oportunidade foi dada a mim graças ao Instituto Luther King, toda sua direção e funcionários. Apesar das limitações, não medem esforços para mudar a biografia desse país, ajudando vários jovens a ingressarem nas faculdades públicas e privadas do Brasil. [...] **Aqui venho agradecer a toda essa família que me ajudou a realizar o sonho de poder cursar Publicidade e Propaganda numa das Universidades mais caras de Campo Grande** (EX-ALUNO 21, Curso de Publicidade e Propaganda, grifos nossos).

No depoimento a seguir um dos alunos contemplados pelo PROUNI demonstra a importância de estar bem preparado para obter bons resultados no ENEM e conquistar uma vaga:

Embora eu não tenha optado por prestar o vestibular em uma universidade pública (cuja dificuldade costuma ser maior), tenho certeza de que se o fizesse teria obtido minha aprovação, já que na disputa a apenas duas vagas, oferecidas em uma universidade particular pelo governo federal através do

Programa Universidade para Todos (PROUNI), consegui ser um dos aprovados. Certamente isso seria impossível, se não me tivesse sido oferecida uma oportunidade de disputar aquelas vagas com melhor preparo (EX-ALUNO 23, Curso de Jornalismo).

Para que se possa compreender a fala do aluno, faz - se necessário expor que, embora não haja registro, sabe-se que o referido aluno atingiu excelente pontuação na prova do ENEM, e que não tentou uma vaga na UFMS, devido ao curso de jornalismo ser oferecido em período integral, inviável para o mesmo que é um aluno trabalhador e arrimo de família. É possível observar o quanto o aluno se sentiu seguro quando afirmou ter ido preparado para disputar em igualdade o processo seletivo:

Uma das coisas que me deixa feliz, além do fato de ter conquistado minha cadeira em uma universidade, é quando encontro outros alunos que se beneficiaram da oportunidade oferecida pelo ILK. É a inserção em uma determinada realidade de pessoas que provavelmente não estariam ali, pois que não lhes eram oferecidas as chances para isso (EX-ALUNO 23, Curso de Jornalismo, grifos nossos).

Pode-se verificar o quanto o aluno é enfático ao afirmar que ele e os colegas não seriam universitários, caso não lhes fossem dadas oportunidades via projetos de ação afirmativa como o desenvolvido pelo Instituto Luther King.

Outro aluno manifesta-se em relação à importância das parcerias com cursos específicos particulares que propiciam um quantitativo de bolsas para alunos do ILK. Conforme depoimento a seguir.

Eu vejo a universidade como um grande divisor de águas na vida de qualquer pessoa. Ali você vai decidir de maneira não muito estática o que se quer para vida. Porém o **meu divisor se encontra no ILK**, pois já trazia comigo o sonho, ou seja, já sabia o que queria, não tinha o que escolher. **O ILK tornou-se meu divisor devido às oportunidades que me foram dadas**, entre elas uma bolsa para o cursinho de um professor particular (a quem sou muito grato também); uma bolsa de 80% na UCDB, uma de 100% que conquistei pelo PROUNI devido ao cursinho, o meu sonho que se encontra na UFMS (EX-ALUNO 9, Curso Ciências Sociais, grifos nossos).

Ressalta-se aqui outra parceria citada por uma aluna do curso de biologia, que foi um convênio para as aulas de biologia nos laboratórios da UCDB. Foi uma parceria de grande valia, na visão da aluna, pois possibilitou conhecerem a dinâmica de uma instituição de

educação superior e amadurecer da opção desses jovens que tinham vontade de fazer algum curso na área biológica, mas ainda não tinham certeza do que queriam:

[...] Os momentos vividos no cursinho foram únicos, principalmente aqueles para decisão da minha graduação. Lembro-me que numa das idas até a Universidade Católica Dom Bosco, visitando seus laboratórios escolhi, por fim, meu curso: Ciências Biológicas!! (EX-ALUNA 19, Curso de Biologia).

No período entre 2007 a 2008, a coordenação do Curso de Biologia tinha sob sua orientação na iniciação científica um aluno egresso do ILK, conforme depoimento a seguir:

Hoje estou no 4º semestre de Biologia na UCDB e desde o primeiro venho atuando em pesquisas na área de Inflamação e Mutagênese, todas financiadas pelo Programa Institucional de Iniciação à Pesquisa - PIBIC do CNPq. E agora, minha mais recente conquista: um estágio em imunogenética na EMBRAPA! Estou radiante! (EX-ALUNA 19, Curso de Biologia).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ao qual se refere a aluna é um programa oferecido pelo CNPQ e administrado pelas próprias instituições da educação superior, com foco na iniciação científica e em todas as áreas de conhecimento, possibilita aos acadêmicos a participação em projetos de pesquisa orientados por doutores dessas IES, além de uma bolsa de estudos no valor de trezentos reais.

É fundamental que sejamos capazes de ampliar o número de estudantes negros, indígenas e pobres capazes de ingressar, cursar e concluir o ensino superior, principalmente em universidades públicas de melhor qualidade. Por um lado, cursos preparatórios, bolsas de estudo, e trabalho, bolsa de iniciação, entre outras medidas, necessárias para que essa ampliação ocorra (HERINGER, 2006, p. 33).

Concorda-se com o pensamento da autora. Dessa forma demonstra-se a repercussão positiva da parceria UCDB/ILK na vida da aluna do curso de biologia, que está usufruindo de programas que colaboram com a sua permanência e possivelmente com a conclusão do curso superior.

Durante o ano de 2007, os alunos do ILK não foram contemplados com as aulas de biologia ministradas por professores e acadêmicos nos laboratórios da UCDB, devido à dificuldade de transporte dos alunos até o campus da UCDB, uma vez que a empresa que fazia o transporte gratuitamente deixou de fazê-lo, inviabilizando a ida dos alunos, no transcorrer deste ano.

Diante do exposto, observa-se a importância que as parcerias têm para a Instituição, e mais especificamente para os alunos que se beneficiaram delas, sobretudo quando se refere ao acesso à educação superior. Além de responsáveis pelos bons índices dos resultados apresentados pela Instituição, para a grande maioria dos alunos que delas se favoreceram é a única oportunidade de concluírem essa modalidade de ensino¹⁴.

3.4 Características humanizadoras do ILK, segundo os alunos.

A busca por um trabalho diferenciado que foge da superficialidade do mero preparo para a aprovação no vestibular e o foco nas políticas de ações afirmativas, são colocados aqui como possíveis fatores que constroem a confiabilidade da Instituição. O ILK, assim como os demais cursinhos pré-vestibulares populares, não se preocupa somente em preparar o aluno para as provas do vestibular ou ENEM, mas também procuram oferecer uma formação cidadã.

No depoimento de ex-alunos pode-se confirmar, inicialmente, a credibilidade no processo seletivo e nas ações desenvolvidas pela Instituição:

Um colega de trabalho me informou de que havia um cursinho pré-vestibular. [...] Acreditei que fosse mais um cursinho de interesse político governamental, mas fui conferir. Notei num primeiro momento que se tratava de um trabalho organizado, com critérios e requisitos mínimos. Além de toda a documentação necessária, anexada à pré-inscrição, seriam os candidatos submetidos a uma seleção, em que os favorecidos seriam os que tivessem melhor aproveitamento no ensino médio e apresentassem os menores recursos econômicos. Tudo isso me fez acreditar e participar do processo de seleção, até que fui contemplado. À medida que eu frequentava as aulas (início de 2006), comecei a entender que a missão do Instituto Luther King não era apenas transmitir conhecimento quanto às disciplinas voltadas para o vestibular, nem mesmo fazer números para exibir quantitativo anual de estudantes participantes (EX-ALUNO 1, Curso de Biblioteconomia).

O aluno iniciou seu depoimento expondo sua desconfiança quanto à seriedade do trabalho realizado pelo Instituto Luther King, que aos poucos se transformou em reconhecimento e valorização. Outro aluno assim se manifestou:

¹⁴ A suspensão das parcerias em relação a bolsas de estudos nas IES a partir de 2007, significou que, 36 alunos anualmente, deixaram de ter acesso a uma vaga na educação superior, número referente a 20 bolsas - UCDB, 10 bolsas - UNAES e 6 bolsas - UNIDERP. Sabe-se que há a preocupação por parte da diretoria no resgate das mesmas

Eu, aluna de escola pública, tinha o sonho de entrar na faculdade e dar continuidade aos meus estudos. Ouvi falar do Instituto e me inscrevi, passei por um processo seletivo que incluía prova e análise financeira. Assim que ingressei já me espantei com tantos ideais, dedicação e paixão dos professores e funcionários (EX-ALUNA 13, Curso de Arquitetura).

Nos depoimentos, constata-se que os alunos passaram por processos de seleção diferentes: o primeiro foi por análise dos documentos de conclusão do ensino médio e o segundo pelo processo de seleção por meio de provas que foi o critério utilizado nos anos de 2003 e 2004.

Outros alunos em seus depoimentos confirmam que os mesmos têm conhecimento dos critérios de seleção para a vaga no curso pré-vestibular.

Para eu falar do Instituto Luther King sempre é um prazer. Não sabia que a Instituição existia. Inscrevi-me e fiquei contente em ser escolhida. Logo de início já pude perceber o clima acolhedor e a disposição tanto dos professores quanto dos funcionários. Certa vez, a coordenadora fez uma visita em minha casa, conversamos e pude perceber o interesse do Instituto com seus alunos (EX-ALUNA 02, Curso de Direito).

Falar do Instituto Luther King é falar de uma instituição séria, responsável e compromissada com a educação daqueles que a procuram. Isso sem falar na **seleção das pessoas que desejam participar do ‘cursinho’: é realmente para quem tem interesse em dar continuidade aos seus estudos e que não possui condições financeiras para pagar por um curso preparatório pré-vestibular. Este cidadão deve ter vindo do ensino em escolas públicas; comprovar seus rendimentos mensais, trazer como bagagem boas notas nos estudos anteriores** (EX-ALUNA 3, Curso de Biblioteconomia, grifos nossos).

Foi observado que além da diretoria, que não recebe nenhum valor pelo trabalho desenvolvido, há um grupo de voluntários que, em sua maioria é composto por acadêmicos de universidades, alguns ex-alunos que voltam para contribuir com a Instituição. Realizam trabalho voluntário de segunda à sexta feira, denominado “plantão tira-dúvidas”, que consiste em oferecer atendimento aos alunos das 17 às 19 horas, sendo oferecida, a cada dia da semana, uma disciplina pré-determinada. Encontra-se ex- alunos do ILK, hoje já acadêmicos que atuam como professor voluntário na Instituição. Um ex-aluno aprovado no curso de biologia assim se expressa: “Hoje sou acadêmico de biologia, quando fui convidado a ser um monitor para os alunos do Instituto em 2007 foi uma grande honra e os valores do ILK, carrego comigo” (EX-ALUNO 15, Curso de Biologia).

O aluno orgulha-se de poder colaborar de forma voluntária, sendo monitor de biologia, retribuindo o que recebeu no ILK. Tal experiência, além de aguçar a sensibilidade desses jovens para a questão étnico-racial, possibilita o aprendizado profissional, pois, conforme Santos (2005) que considera os pré-vestibulares como um espaço de formação de educadores populares, um dos aspectos primordiais da prática docente, não se ensina sem aprender e vice-versa:

Os prés acabam sendo mais um espaço de formação de professores, um lugar de formação de educadores populares! Educadores que se identificam se reconhecem nos alunos, e por isso permitem valorizar seus saberes. Dos conflitos, das dificuldades, dos dilemas políticos, dos desafios pedagógicos, nasce o novo, o inovador. Das angústias cotidianas experimentadas por aqueles que constroem o prés, nascem experiências inovadoras de inestimáveis riquezas, ainda que esta não seja percebida pelos seus próprios criadores. Sistematização e troca destas experiências, bem como a discussão de sua natureza intrinsecamente política, passam a ser desafios fundamentais. Para a própria continuidade e potencialização destas iniciativas (SANTOS, 2005, p. 16).

Concorda-se com a afirmação do autor, visto que para um aluno de licenciatura, o fato de desempenhar a função de educador, embora ainda como voluntário, contribuirá na sua formação profissional e no seu crescimento pessoal.

O trabalho desenvolvido pelo ILK, segundo os ex-alunos tem a preocupação em oferecer uma educação com características humanizadoras, possibilitando o desenvolvimento pessoal dos alunos, conforme depoimentos a seguir:

O que o Instituto tem de diferente dos outros centros de ensino talvez seja não somente a preocupação com o conteúdo, a matéria estudada em sala, mas sim com a vida do estudante, seus planos, frustrações, alegrias e necessidades. Esse ambiente faz com que o aluno se sinta na sua própria casa, pois **todos são cientes de que aqui não se aceitam ofensas e nenhum tipo de discriminação. Somos todos ‘irmãos’ e temos o mesmo objetivo, entrar na universidade** (EX-ALUNO 26, Curso de Tecnologia em Redes de Computadores, grifos nossos).

O Instituto Luther King não só prepara jovens para a universidade; prepara o mais importante: para a vida. Posso dizer do ano que lá estudei que não era uma escola, era como se fosse uma casa, ou seja, uma família (EX-ALUNO 5, Curso Tecnologia em Redes para Computadores grifos nossos).

[...] Passei um ano no Instituto Luther King e **lá não havia apenas aulas de português, física, química... Lá existiam aulas de respeito para com o próximo, independente de sua cor, raça, religião e portadores de necessidades especiais. Todos eram iguais, porém cada um com sua individualidade** (EX-ALUNO 04, Curso de Zootecnia, grifos nossos).

Em seus depoimentos, os alunos afirmam que as ações do ILK estão pautadas em princípios, atitudes e valores como a ética, respeito, confiança, afetividade, tolerância, onde todos os envolvidos - professores, diretoria, voluntários e alunos - são parceiros, sujeitos singulares e, nessa parceria a práxis do ensinar e aprender são indissociáveis.

Chama-se atenção para o que nos ensina o educador Paulo Freire quando enfatiza que aspectos primordiais para a educação como “simplicidade”, “humanismo”, “bom senso” (ética em geral) e “esperança” nem sempre são adotados pela sociedade. Para Freire, não há possibilidade de mudanças profundas na sociedade, sem educação; a educação sozinha não muda a sociedade, mas através dela pode transformar as pessoas a participar dessa tarefa.

Na visão de Silva (2006, p. 20), os pré-vestibulares populares contribuem para o exercício e ampliação da cidadania:

Comprometida com a proposta de pensar esse movimento de pré-vestibulares populares como possibilidade de ampliação da cidadania entende que a relação entre cidadania e educação se dá também na medida em que assumimos a educação como um direito do cidadão. A educação é um dos importantes processos de consolidação da cidadania, ou seja, para, em plenitude, ser cidadão, o indivíduo deve ter acesso, como direito, à educação. Constituindo-se como um importante movimento do ponto de vista da política de inclusão promovida pela sociedade civil.

Outro aluno, também da área de ciências biológicas, atribui à instituição participação em relação à sua conquista.

Falar sobre o Instituto Luther King para mim é muito prazeroso. O instituto faz parte do meu passado e de minhas conquistas. [...] O fundador da família Luther King, num gesto de responsabilidade social, nos proporcionou algo muito simples, porém com um impacto imensurável, o acesso gratuito ao estudo de qualidade. [...] Estou cursando o 4º ano de Zootecnia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e o Instituto Luther King **foi de grande ajuda, construindo parte do meu conhecimento e parte do meu caráter** (EX-ALUNO 4, Curso de Zootecnia, grifos nossos).

Enaltecendo a pessoa do fundador da Instituição, continua o aluno:

O Dr. Aleixo é um exemplo de superação, determinação e solidariedade. Com ele aprendi que as provas não diferenciam classe social, status e muito menos sobrenome. As provas têm o poder de distinguir simplesmente quem detém o conhecimento (EX-ALUNO 4, Curso de Zootecnia).

Nota-se que mais uma vez os ex-alunos atribuem à Instituição a contribuição que extrapola o conhecimento acadêmico, como afirmou o aluno do curso de zootecnia, o ILK

também contribui para a “formação de seu caráter”: Pode-se atribuir isso ao trabalho que a Instituição procura desenvolver, oferecendo uma educação cidadã a seus alunos. O desenvolvimento de ações voltadas para o desenvolvimento de uma consciência política e para o exercício da cidadania é ressaltada nos depoimentos a seguir:

[...] Tive a oportunidade de repensar alguns de meus pontos de vista. Refletindo sobre as várias palestras a que pude assistir no ILK, mormente as que tratavam da questão racial e tendo acesso a informações, as quais não consigo vislumbrar outro contexto por meio do qual pudesse tê-las, pude mudar algumas concepções acerca da questão racial, na qual, como negro, estou diretamente envolvido (EX-ALUNO 12, Curso de Direito, grifos nossos).

O aluno relembra a importância das palestras oferecida pelo ILK aos seus alunos, com temas relacionados às questões étnico-raciais, afirmando que foram fundamentais na sua reflexão e na compreensão acerca de fatos sobre a questão racial, os quais o levaram a uma mudança de concepção sobre o assunto. Em outro depoimento também se observa a sensibilidade em relação às questões étnico-raciais, conforme afirma o aluno de Ciências Sociais:

[...] faço parte de um grupo de estudos importante sobre políticas públicas no ensino superior e de um NEAB (Núcleo de Estudos Afro - Brasileiros) e os assuntos de ambos os grupos de estudos perpassam a ideologia compreendida no ILK. [...] Quando penso no ILK e seu lema ‘ensino, pesquisa e ação afirmativa’ eu não vejo somente o passado, eu vislumbro e espero uma grande continuidade. [...] Eu começo a ter a percepção de que é preciso agir, tomar partido e ter uma postura de ação, pois as mesmas oportunidades que tive gostaria que outras tantas pessoas tivessem também, tanto lá como nas universidades. A inclusão deixa de ser uma bandeira só do ILK e passa a ser dos membros dessa grande família (EX-ALUNO 9, Curso de Ciências Sociais, grifos nossos).

Observa-se que um dos objetivos esperados pelo ILK em relação a seus ex-alunos, continuarem a luta contra a discriminação e as injustiças sociais, se concretiza. Em seu depoimento, o anseio do aluno em dar prosseguimento a essa luta, evidencia a consciência política intrínseca, pois além de cursar uma universidade, também participa de grupos de estudo que discutem as políticas de ação afirmativa e as questões étnico-raciais, preparando-se para assumir uma possível liderança nessa causa.

Silva (2002, p. 55) refere-se aos cursos pré-vestibulares como uma necessidade e afirma:

É em muitíssimos casos a única porta de acesso que jovens negros e negras encontram para entrar para a universidade, além disso [...] pelo espaço de

sociabilidade que criam e pelo tipo de discussões que mantêm-, ainda cumprem (ou tentam cumprir) o papel de fomentar a consciência racial de seus alunos, o que pode repercutir de forma bastante positiva nas universidades que eles venham frequentar.

O pensamento do autor contribui para consolidar a preocupação de o ILK tem em fomentar a discussão com seus alunos e principalmente com a sociedade sobre a temática. Oportunidade, formação cidadã, conhecimento e mudanças, são itens presentes no depoimento a seguir:

A oportunidade oferecida pelo ILK altera de maneira substancial o modo como seus alunos se vêem na sociedade e como se comportarão daí em diante. **Infelizmente, alguns deles provavelmente não conseguirão concluir seus objetivos, sobretudo pela dura realidade que ainda têm de enfrentar. Contudo,** para os que conseguirem, será uma conquista determinante em suas vidas, pois, insisto que sem a oportunidade que tiveram, provavelmente teriam suas capacidades desperdiçadas. É uma contra mola de resistência, que mostra que é possível combater de maneira objetiva as desigualdades que foram construídas ao longo dos séculos. **E uma das vantagens que considero crucial é a inserção de um novo discurso nos meios acadêmicos, pronunciados por aqueles que enfrentaram outras realidades e que tiveram de superar não só carências financeiras e intelectuais, como preconceitos que persistem até hoje** (EX-ALUNO 23, Curso de Jornalismo, grifos nossos).

A promoção da igualdade de oportunidade, com o objetivo de corrigir desigualdades ou injustiças históricas reparando erros do passado, é o objetivo maior das políticas de ações afirmativas e deve ser uma preocupação permanente entre aqueles que desenvolvem ações com ênfase nessas políticas. Para Heringer (2006, p. 105), justifica-se também a necessidade de políticas de ações afirmativas:

A partir da visão que a persistente exclusão de determinados segmentos da sociedade dos benefícios coletivos e das oportunidades contribui para uma exclusão cada vez maior, inibindo o desenvolvimento do país como um todo. **Se talentos são desperdiçados, deixamos de contar a contribuição desses indivíduos para a construção do país que desejamos.**

Conforme afirma Bacchetto (2003, p. 140):

Os cursos pré-vestibulares ao mobilizar os seus alunos, aqueles com perfil desfavorável no ingresso, pela modificação dos sistemas seletivos, atuam como porta vozes de uma população mais ampla que deseja a formação universitária; eles evidenciam a necessidade de modificação no acesso, o aumento da demanda e as transformações que serão necessárias no nível superior para incorporar um novo contingente de pessoal.

“Oportunidade”, o aluno consegue dimensionar a importância dessa palavra na sua vida e na de seus colegas. Diante de tais afirmações, não há como negar os resultados positivos do trabalho do ILK em relação ao oferecimento de oportunidades às minorias sociais em especial ao acesso à educação superior, pois conforme afirmou o aluno de jornalismo, sem elas muitos talentos seriam desperdiçados. O aluno ainda reconhece como ponto crucial os discursos levados pelos alunos egressos do ILK para o meio acadêmico, pronunciados, de acordo com o aluno, por aqueles que para terem acesso à educação superior tiveram que enfrentar dificuldades intelectuais e econômicas e, sobretudo, a discriminação e o preconceito.

O aluno continua:

Nesse Instituto, do qual fui aluno em 2005, todos são tratados de modos semelhantes. [...] Mesmo a didática do Instituto é voltada para a construção de uma consciência mais lúdica, não somente para as teorias, o que nos prepara tanto para sermos acadêmicos e profissionais, como para sermos cidadãos. [...] demonstra também, que a capacidade de todos é igual, desde que as oportunidades sejam dadas para que possam disputar seu espaço. **Isso é importante, sobretudo por infiltrar nas academias uma visão diferente das habituais: as visões dos que sofrem com as adversidades do dia-a-dia, a visão dos que normalmente são deixados de fora da formação do seu universo** (EX-ALUNO 23, Curso de Jornalismo, grifo nosso).

No relato do aluno, observa-se a clareza ao enfatizar a visão daqueles considerados excluídos pela sociedade com relação ao universo do mundo acadêmico. Contudo, sua fala também demonstra que são capazes, desde que lhes sejam oferecidas as oportunidades reais e de qualidade.

O depoimento do aluno mais uma vez nos faz reportar ao pensamento do Educador Paulo Freire, quando enfatiza a idéia de que o processo educativo é um processo político. Entende-se que a educação e o conhecimento são processos de busca e transformação. O acesso ao conhecimento aumenta as possibilidades de o indivíduo alcançar melhores condições de vida. Segundo Freire, essa educação é um ato de problematização dos homens sobre o mundo, “é práxis que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1988, p. 67). “Educar para Transformar”, era o grande lema da pedagogia de Freire.

Observa-se no depoimento, a mudança na forma de um saber transformado pelo próprio aluno quando se compromete em atuar como ser histórico, ao enunciar a necessidade de infiltrar nas universidades a visão daqueles que na sua grande maioria encontram-se excluídos da educação superior. Outro aluno assim se manifesta:

O Instituto Luther King, para os que tiveram o privilégio de serem acolhidos por essa ‘família’, mostra-se como uma experiência única. **Uma iniciativa privada e, a contra senso, gratuita, que visa oportunizar a pessoas de baixa renda como um todo, não somente negras, uma oportunidade de ingresso no ensino superior, bem como, por meio de palestras, por exemplo, propiciar com a problematização de questões como a desigualdade social, a violência e a discriminação racial, uma visão humanística e cidadã a essas mesmas pessoas** (EX-ALUNO 12, Curso de Direito, grifos nossos).

A localidade e o espaço físico onde são realizadas as aulas, no ILK, o diferencia dos demais que é quase sempre realizado dentro uma comunidade específica e ou em universidades próximas a uma determinada comunidade. Deste modo, a “família Luther King” a que se refere o aluno congrega alunos de diferentes comunidades. Verifica-se isso como um ganho quando se coloca o ILK como um pólo que propicia debates sobre questões importantes presentes na sociedade, enumeradas no depoimento do aluno, que poderão ser difundidas e expandidas pelos sujeitos que deles participam.

Essa formação política-cidadã, que trabalha com a perspectiva de ampliação do acesso aos bens educacionais, culturais e sociais é um dos diferenciais dessa experiência bem-sucedida, que está para além da preparação para os exames vestibulares. Seus formuladores trabalham com a perspectiva de que o aluno, ao entrar para universidade, consiga perceber as contradições de sua vida e de alguma forma possa enriquecê-la com outros elementos, outras questões, seja para desenvolver ações locais, seja para atuar em outros espaços, tornando-se uma gente de transformação social (SILVA, 2006, p. 25).

Compactua-se aqui com a autora visto que o desenvolvimento de uma consciência política e uma formação cidadã contribuem diretamente para que possam atuar diretamente, como sujeitos transformadores quer seja no seu cursinho, nas universidades e principalmente dentro de sua própria comunidade.

Sobre a concretização de um sonho, a aluna de Arquitetura assim se expressa:

O Instituto significou pra mim não apenas a busca pelo conhecimento, mas também por ideais. Ali conheci pessoas que buscavam através do trabalho, esforço e dedicação à igualdade de oportunidades para todos. [...] Após conhecer essa iniciativa me senti envolvida por esse ideal e percebi que a realização do meu pequeno e egoísta sonho, ali se tornaria a realização do Instituto e eu não seria apenas um número, mas sim um exemplo para os que ainda viriam. Hoje, no quarto ano de arquitetura, tenho imenso orgulho de ter participado do Instituto Luther King. Lá eu conheci vários exemplos de pessoas que me cativaram pelo amor, respeito, honestidade e dedicação. Dentre eles professores e alunos que em meio às diversas dificuldades ainda assim estavam sempre lá acreditando não apenas em si, mas também em todo amor por trás dessa grande causa. Apaixonada fui e ainda estou pelo Instituto e

sou eternamente grata ao carinho, conhecimento e trabalho dedicados ao meu sonho que no fim se tornou nosso (EX-ALUNA 13, Curso de Arquitetura).

Para esta aluna, o ILK significou muito mais que a busca de conhecimento, mas também de um ideal. Percebe-se que com a realização do seu sonho, a Instituição também atinge seus objetivos. A aluna considera-se um exemplo para os que ainda virão, quando quebra a hegemonia presente nas universidades que excluem negros e índios. Ressalta o trabalho dos professores. Enfatiza o esforço e a confiança de cada aluno em si mesmo e nos ideais da Instituição.

No depoimento a seguir, o ex-aluno, ao o referir-se à ILK, afirma ser um espaço onde “congregam esperança e oportunidade” e, sobretudo onde é oferecida a oportunidade de refletir, pensar, opinar, tendo como consequência uma formação cidadã.

Quando as minhas perspectivas de mudança na minha vida pessoal se configuravam remotas, conheci o ILK durante uma conversa que tive com um até então desconhecido leitor, numa biblioteca em Campo Grande/MS. Disse 'conheci' porque no primeiro contato físico que fiz com a instituição, logo percebi a consonância com tudo o que aquele me dissera. Os contatos seguintes com o ILK deram-me a certeza de que aquele espaço, aquele lugar, aquela porta, jamais seriam tidos por mim como um - ou mais um - “cursinho”. Não! Por que **congregam ali esperança e oportunidade. Ali era possível e implicitamente exigido o livre pensar. A opinar, como exercício de direito, éramos conclamados. No meu curto período de um ano (2006) como estudante do ILK, pude constatar que aos que fazem bom uso da liberdade responsável que ali há o tempo empregado no contato com tudo que naquela instituição é oferecido, os fará transcender a verdadeiros estudantes e cidadãos** (EX-ALUNO 14, Curso de Química, grifos nossos).

A preocupação de oferecer uma educação cidadã nos leva novamente ao pensamento do educador Paulo Freire, quando ele argumenta sobre o papel dos educadores:

Acho que o papel dos educadores conscientes e progressista é testemunhar a seus alunos, constantemente, sua compreensão, sua competência, amorosidade, sua clareza política, a coerência entre o que diz e o que faz sua tolerância, isto é, sua capacidade de conviver com os diferentes para lutar com os antagônicos é estimular a dúvida, a crítica, a curiosidade, a perguntar, o gosto do risco, a aventura de criar (FREIRE, 2001, p. 54).

Em outro depoimento, o aluno destaca o apoio moral e social oferecido pela ILK:

Para mim, o que mais chamou atenção, foi o apoio moral e social, visando despertar no estudante que ele é capaz de se engajar na vida acadêmica e ser um cidadão profissional, reconhecido e respeitado. Mas

acima de tudo ser um profundo conhecedor das injustiças sociais que fizeram parte da vida desses segmentos e, num futuro em médio prazo, se tornar um representante político e social das camadas mais desfavorecidas do nosso país (EX-ALUNO 9, Curso de Biblioteconomia, grifos nossos).

Continua o aluno:

[...] o Instituto Luther King significa uma vitória conjunta. Uma prova de que é possível obter resultados favoráveis a partir da crença na capacidade do jovem brasileiro, independentemente de status social. **Ele somente precisa é de oportunidade para se fazer um cidadão consciente da sua função social, que cumpre e faz cumprir seu papel.** Uma verdadeira prova de que a má vontade política dos dirigentes do país é um termômetro do desenvolvimento social e cultural do Estado brasileiro. E, como se não bastasse, **a falta de prioridade educacional afeta quase que exclusivamente quem mais precisa de oportunidades** (EX-ALUNO 1, Curso de Biblioteconomia, grifos nossos).

Observa-se o destaque referente ao trabalho desenvolvido, pelo ILK, voltado à formação de uma educação cidadã é evidenciado no relato do aluno de biblioteconomia, quando afirma ter adquirido conhecimento que lhe propiciou reconhecer seus direitos e deveres e também as profundas desigualdades e injustiças sociais do país.

Mitrulis e Penin (2006), ao analisar o Programa Pró-Universitário, voltados aos alunos concluintes do ensino médio das escolas estaduais, juntamente com dois outros programas: o Cursinho Popular de Jandira (CPJ) e o Centro de Apoio Popular Estudantil (CAPE), desenvolvido no *campus* da USP de Ribeirão Preto afirmam que:

[...] uma ação afirmativa para a inclusão de jovens dos segmentos populares em instituições públicas de ensino superior requer uma proposta educativa na qual a sociabilização e a aprendizagem estejam intimamente ligadas. O tratamento curricular, rico em referências social e pessoal significativas, deve ser capaz de suscitar uma relação com o conhecimento não apenas pelo valor instrumental, mais primordialmente pelo potencial de construção da própria identidade, da maneira de ver o mundo, de relacionar-se consigo mesmo e com o outro (MITRULIS; PENIN, 2006, p. 296).

Observa-se nos depoimentos dos alunos do ILK, a mesma “sensação de poder”, conquistado pelo fortalecimento de sua autoestima, bem como pela apropriação de novos conhecimentos, tendo como consequência maior capacidade de exercer sua cidadania.

Na análise dos depoimentos dos alunos de sua pesquisa, as autoras destacam valores subjetivos intrinsecamente ligados os conhecimentos acadêmicos.

Os alunos em seus depoimentos falam sobre o que aprenderam e também sobre a importância da experiência para construção de sua subjetividade, não como coisas distintas. Expressam com alegria o fato de terem compreendido conteúdos que antes não compreendiam, terem passado a gostar de disciplina que antes desprezavam. O domínio de saberes, nesse caso saberes valorizados para o vestibular, confere a esses alunos a sensação de emponderamento pessoal indispensável ao exercício de uma cidadania ativa, ao desenvolvimento de uma atitude protagonista perante a vida (MITRULIS; PENIN, 2006, p. 297).

No depoimento a seguir, a aluna do curso de Jornalismo fala um pouco de sua trajetória até chegar à universidade:

Como disse Martin Luther King Jr, ‘Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário ver toda escada, apenas dê o primeiro passo’. **O meu desejo de cursar o ensino superior era a escada, o ILK como é carinhosamente chamado pelos alunos, foi o primeiro degrau e o mais importante dessa longa e difícil escada.** O ano de 2006 foi marcado por realizações. Conheci o Instituto por acaso [...] me inscrevi no curso preparatório para o vestibular oferecido ali, sem ao menos imaginar o quanto aquele ano seria importante para meu crescimento pessoal e social. Quando o fim do ano estava próximo, e mais próximo ainda do meu sonho, de repente senti uma ponta de tristeza em meu coração. [...] Cada um de nós iria seguir caminhos diferentes, mas levando algo em comum, além dos ensinamentos dados pelos nossos professores, verdadeiros mestres na arte de ensinar, que **além das disciplinas curriculares, nos ensinam a encarar a vida de frente, correr riscos e viver da melhor forma possível.** Hoje, ano de 2008, já estou no 4º semestre do curso de jornalismo na UCDB e às vezes paro para pensar se valeu à pena aquelas lágrimas e sorrisos derramados no ano de 2006. A resposta vem com um sorriso, VALEU À PENA SIM, SE PRECISO FARIA TUDO DE NOVO. INSTITUTO LUTHER KING, primeiro degrau da minha escada, agradeço a Deus todos os dias por ter conseguido subir esse degrau tão importante (EX-ALUNA 25, Curso de Jornalismo, grifos nossos).

O degrau, no qual se refere a aluna é a oportunidade que o ILK proporcionou a essa jovem e a tantos outros que por lá passaram; a formação cidadã que a Instituição procura oferecer faz com que se assumam como sujeitos da sua própria história, fortalecendo sua identidade. Conforme afirmou a aluna em seu relato, o ILK lhes ensinou que é preciso “encarar a vida de frente, correr riscos e viver da melhor forma possível”. É possível observar que a aluna se sente estimulada a dar sequência à sua vida acadêmica depois de lutar para a entrada na universidade. Entretanto, ainda há outras barreiras e adversidades a serem superadas, dentre estas a permanência.

Outro aluno, num tom mais poético, utiliza-se da metáfora da semente para referir-se ao ILK:

[...] Quando falo na mensagem da intenção da semente, quero dizer o que vocês fazem é isso: é plantar uma semente nos corações dos alunos que por ali passam, dando-lhes a oportunidade de ingressar na universidade. Hoje estou cursando Tecnologia Em Redes para Computadores, na UNAES, e vocês, junto com os professores, são os responsáveis por esse sonho estar presente na minha vida, assim como na vida de inúmeros jovens que estão nas diversas universidades e que também passaram pelo Instituto (EX-ALUNO 6, Curso Tecnologia em Redes de Computadores).

Nota-se que os alunos em seus depoimentos destacam o ambiente acolhedor, onde lhes foram transmitidos ou talvez aflorados valores já esquecidos ou não trabalhados em outras instituições como a responsabilidade, ética, justiça, igualdade, amizade e perseverança; propiciando-lhes conhecimentos que extrapolam a preparação para o vestibular, tendo como resultado, apresentados nos relatos, uma transformação em relação à qualidade e a atitude de exercer a cidadania.

Deixa-se aqui mais um depoimento de quem vivenciou e se beneficiou das políticas de ações afirmativas desenvolvidas pelo Instituto Luther King como a melhor resposta sobre a contribuição do ILK para o acesso do negro na educação superior:

[...] Sempre há muito para ser feito, entretanto **sempre existem exemplos a ser seguidos de iniciativas que produzem resultados na tentativa de invertermos nossos gráficos de desigualdade. O ILK certamente é uma dessas iniciativas e tem de ser apoiada cada vez mais e ampliada, para que possa colaborar com o progresso de cada vez mais pessoas, elevando suas vidas a patamares de verdadeira dignidade, com condições de competir seja no mercado de trabalho, seja nos meios intelectuais, com condições justas para desenvolverem trabalhos equivalentes a qualquer outra pessoa** (EX-ALUNO 23, Curso de Jornalismo, grifos nossos).

Considera-se que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos que cursam o pré-vestibular é a falta de vagas nas universidades públicas especialmente em cursos oferecidos no período noturno. Na análise dos depoimentos foi possível destacar, além das questões socioeconômicas, cansaço físico, dificuldade de aprendizagem e a não preparação para o exame pré-vestibular, conforme relatos a seguir:

Terminei meu ensino colegial em 2003 e senti que ainda não estava nem um pouco preparado para me lançar no ensino superior. Vi que meu ensino médio foi importante, porém, muito carente de uma educação de qualidade como na maioria das escolas de ensino público do país (EX-ALUNO 1, Curso de Biblioteconomia).

Zago (2006, p. 231) afirma que: “para preencher essa lacuna da formação básica, há uma forte demanda pelos cursinhos pré-vestibulares, estratégias bastante generalizada entre os egressos do ensino médio”. Essa lacuna é ampliada frente à desigualdade de oportunidade desses alunos frequentarem esses cursinhos, visto que em sua maioria são oferecidos por instituições particulares.

Já Silva (2002, p. 59) vê “uma enorme importância nos pré-vestibulares, na medida em que eles se tornam um caminho possível para negros e negras ao menos se façam presentes na universidade, até que nós possamos transformá-la integralmente”. Concordamos com o autor, contudo, entende-se que ainda há um longo caminho a percorrer, para que seja possível visualizar uma universidade mais democrática no que se refere a paridade no percentual de negros e brancos.

No depoimento a seguir, um aluno aprovado no curso de Biologia descreve as dificuldades encontradas para conseguir ser aprovado no vestibular:

Gostaria de dizer que uma lição de vida só se aprende vivendo e o ILK nos proporciona isso, pois cuida de cada um de seus alunos, índios, brancos e afros descendentes como se fossem seus filhos. Os professores e equipe técnica são muito acolhedores. **Muitas vezes eu ia cansado estudar, pois saía do serviço, embarcava em um ônibus e ia para lá. Chegava uma hora antes do início das aulas e podia ficar na biblioteca ou assistir aulas dos monitores, colaboradores do instituto.** O presidente do Instituto, na época em que estudei lá, chegou a me emprestar a chave para eu ir com outros alunos aos domingos estudar. E nós íamos. [...] Tudo com um grandioso objetivo de fazer com que o aluno carente realize o sonho de ingressar na Universidade. (EX-ALUNO 15, Curso de Biologia, grifos nossos).

O aluno relata que apesar do cansaço era persistente e não deixava de usufruir o que a Instituição lhe oferecia.

Dentre os depoimentos há os que destacaram o respeito em relação às dificuldades na aprendizagem apresentadas pelos alunos e a forma como o problema é enfrentado pela equipe técnico pedagógico e professores, conforme o relato a seguir:

Percebi que, **embora o ILK não contasse com pujança de recursos, possuía diversos e esforçados colaboradores, de maneira a oferecer um ambiente agradável para abrigar seus alunos; e um ensino de qualidade, cujos professores não ignoravam a carência intelectual dos estudantes, esforçando-se por não permitir que alguns aprendessem mais, enquanto outros ficassem esquecidos - como costuma acontecer nos cursinhos pagos.** Contávamos ainda com alimentação e a disponibilidade de uma biblioteca (EX-ALUNO 23, Curso de Jornalismo, grifos nossos).

O aluno destaca, além da carência de recursos para o desenvolvimento das ações do ILK, o desempenho dos professores que procuram propiciar um ensino de qualidade a todos, dando-lhes um atendimento individualizado. Considera-se aqui um diferencial relacionado ao desempenho dos professores e equipe técnico-pedagógica que procuram oferecer um atendimento diferenciado àqueles que são considerados diferentes não em sua capacidade de aprendizagem, mas na forma como são vistos pela sociedade. Conforme os seus relatos, serem tratados de forma diferenciada contribuiu para a aprendizagem de cada um.

3.5 Resultados do ILK como política de ação afirmativa

Desde a sua criação, com a primeira turma iniciada em agosto de 2003 até dezembro de 2007, a Instituição já atendeu no curso pré-vestibular o total de 416 alunos.

Na análise dos resultados do número de alunos egressos do ILK que se encontram matriculados na educação superior, procurou-se mapear por IES, curso, etnia e condições de acesso. Justifica-se a opção pela etnia em virtude da necessidade de fazer o levantamento do percentual de negros inseridos na educação superior, egressos do ILK, visto que o objetivo geral da pesquisa é verificar se as políticas de ações afirmativas implementadas e desenvolvidas pelo Instituto Luther King propiciam o acesso de negros na educação superior.

Quanto à etnia, consideram-se como negros todos aqueles que se auto declararam “afrodescendentes” e “negros” na ficha de inscrição no processo seletivo do cursinho pré-vestibular do Instituto.

Na análise dos resultados do acesso à educação superior dos alunos egressos do ILK, é visível o crescimento gradativo do número de aprovados em diferentes universidades. Na Tabela 10, é possível visualizar os índices de aprovação nos vestibulares em diferentes IES, de 2003 a 2007.

Tabela 10 - Número alunos atendidos e aprovados nos diferentes processos seletivos por etnia de 2003-2007.

Ano	Total de alunos atendidos	Aprovados nos vestibulares		Negros	Branco	Indígena	Pessoas com deficiência
		Total	%				
2003	70	19	27	06	12	-	01
2004	70	29	41	15	13	01	-
2005	70* (65)	61	94	36	22	03	01
2006	82	79	95	38	37		01
2007	124** (75)	65	86,6	36	25	04	02
Total	416	253		131	109	08	05

* Dos 70 alunos atendidos, 65 prestaram o vestibular.

** Dos 124 alunos atendidos, 75 fizeram o vestibular.

Na primeira turma atendida pelo ILK, no ano de 2003, para a qual o curso teve a duração de cinco meses, dos 70 alunos, 19 foram aprovados, um percentual de 27%. O único acesso à educação superior para essa turma foi o vestibular. Quanto à etnia, foram aprovados cinco (5) alunos declarados negros, 12 declarados brancos, nenhum indígena. Os cursos e as instituições onde os alunos estão matriculados serão detalhados ainda nesse capítulo.

Em 2004, os dados demonstram um percentual de 41% de aprovação. Dos 70 alunos que prestaram o vestibular, 29 foram aprovados. Foram 15 declarados negros e 13 eram brancos e um indígenas. Nesse ano, ingressou pela política de cotas na UEMS a primeira aluna egressa do Instituto Luther King.

Em 2005, dos 70 alunos atendidos; 65 prestaram o vestibular e 61 foram aprovados. Houve um percentual de 94% de aprovação. Dos aprovados, 36 eram declarados negros; 1 deficiente auditivo; 22 eram declarados brancos e 3 eram indígenas.

Em 2006, 82 alunos foram atendidos, 79 foram aprovados, atingindo-se 95% de aprovação: 38 eram declarados negros, 37 eram declarados brancos, entre os quais 1 deficiente visual e 4 eram indígenas.

Observa-se que um aumento no percentual de aprovação em 2005 e 2006, possivelmente deve-se aos convênios com as IES privadas, com o oferecimento de descontos nas mensalidades, inicialmente com a UNAES em 2005; e em 2006, com as demais Instituições, fato que incentivou os alunos a se inscreverem nessas instituições na busca por uma das bolsas oferecidas nas quais muitos foram aprovados.

Em 2007, 124 alunos foram atendidos; 75 fizeram o vestibular e 65 foram aprovados. (86,6% de aprovação); 36 eram declarados negros, entre os quais 1 com deficiência física de membro superior e outro com deficiência auditiva - DA; 25 eram declarados brancos e 4 indígenas.

Dos 253 aprovados nos diferentes vestibulares, 86 alunos foram aprovados em IES privadas e não efetuaram suas matrículas; em torno de 30 ex-alunos continuam estudando no ILK; 56 não estão estudando porque não foram contemplados pelas bolsas dos convênios firmados entre o Instituto e as IES ou no PROUNI e não têm condições financeiras para custear seus estudos, continuando excluídos por falta de políticas públicas que contemplem essa demanda de jovens; 160 estão freqüentando a educação superior, 39 em universidades públicas e 121 nas IES privadas por meio de convênios firmados, custeando seus estudos ou são Bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI), conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 7 - Número de alunos que estão frequentando as IES - 2003-2007.

	Bolsista/ Custeio Próprio	Instituição de Ensino
37	-	UFMS
02	-	UEMS
25	Bolsista Convênio	UCDB
06	Bolsista Convênio	UNIDERP
09	Bolsista Convênio	UNAES
08	Bolsista Convênio	IESF
09	Custeio próprio	UCDB
03	Custeio próprio	IESF
09	Custeio próprio	UNAES
08	Custeio próprio	UNIDERP
03	Custeio próprio	FCG
01	Custeio próprio	EDUCON
02	Custeio próprio	ESTÁCIO DE SÁ
38	Bolsista - PROUNI	UCDB/ UNIDERP/ UNAES/ IESF/ESTÁCIO DE SÁ

Fonte: Documento de acompanhamento e avaliação disponível na secretaria do Instituto (2007 p. 1-12).

Conforme dados apresentados no quadro acima, 160 alunos estão cursando a educação superior, sendo 39 nas instituições públicas; 48 são bolsistas nas diferentes IES; 35 custeiam suas despesas e 38 alunos são bolsistas do PROUNI. Ressalta-se a importância das parcerias com as diferentes IES privadas, que contribuem com o Instituto Luther King possibilitando o acesso desses jovens na educação superior, com desconto nas mensalidades que variam de 50%, 75% e 80%, bem como das bolsas do governo federal por meio do PROUNI.

Observa-se que o aproveitamento de aprovação em Instituições pública ainda é menor em relação às IES privadas, o equivalente a 24,8% do total de aprovação, e que, o bom índice de aprovação da Instituição durante o período de 2003 a 2007, deve-se mais às bolsas do PROUNI e as bolsas pelos convênios firmados com as IES privadas.

O curso pré-vestibular do Instituto Luther King procura contribuir também para o bom desempenho nas avaliações do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), realizando um trabalho direcionado para essas avaliações. O bom resultado no ENEM permite aos alunos concorrerem a uma vaga em diferentes instituições privadas, por meio do PROUNI.

O aluno pode ser selecionado por meio da média (nota do ENEM) ou pelo critério de seleção por cotas étnicas. Conforme demonstrado no Quadro 8, 38 alunos do Instituto Luther King tiveram o acesso ao ensino superior por meio do PROUNI, conforme disposto no quadro a seguir.

Quadro 8 - Número de alunos que conseguiram PROUNI/Cursos e Instituições de 2005-2007.

Curso	Universidade	Nº de alunos
Administração	FACSUL	01
Administração	UNIDERP	02
Administração	UNAES	02
Administração	UCDB	03
Biologia	UCDB	01
Ciências Contábeis	UNAES	01
Direito	UCDB	02
Direito	UNAES	05
Direito	UNIDERP	01
Design de Modas	FACULDADES DE BELAS ARTES-SP	01
Educação Física	UCDB	02
Educação Física	IESF	03
Serviço Social	UCDB	01
Enfermagem	UNIDERP	02
Enfermagem	UNAES	01
Enfermagem	Não identificada São Paulo-SP	01
Engenharia Elétrica	UNIDERP	01
Fisioterapia	ESTÁCIO DE SÁ	02
Gestão em Recursos Humanos	UNIDERP	01
Jornalismo	UNIDERP	01
Psicologia	UNIGRAN	01
Processamento de Dados	ESTACIO DE SÁ	01
Tecnologia em rede de computação	UNIDERP	01
Web - Sistema de Informatização	UNAES	01
Total de Alunos que ingressaram no Ensino Superior pelo PROUNI		38

Fonte: Documento de acompanhamento e avaliação disponível na secretaria do Instituto (2007 p. 1-12).

Na análise dos dados que o quadro apresenta, pode-se verificar que dos 15 cursos nos quais os alunos egressos do ILK estão cursando, 3 são período integral (enfermagem, fisioterapia e engenharia elétrica); um somente no período diurno (Biologia); e 12 (doze) cursos são oferecidos no período noturno, dentre os quais, Serviço Social (UCDB), Psicologia (UNIGRAN), Enfermagem (UNAES), Jornalismo (UNIDERP), Web - Sistema de Informatização (UNAES), Processamento de dados (Estácio de Sá) e Tecnologia em rede de computação (UNIDERP). Dentre os 38 alunos, apenas 04 tiveram condições e disponibilidade de ajuste no período de trabalho, para se inscrever em cursos de período integral ou oferecido no período diurno (ILK. Documento de avaliação de resultados, 2007, p. 1-12) possivelmente porque a grande maioria dos alunos são trabalhadores e necessitam trabalhar para seu sustento e ajudar a família.

Observa-se também que, com exceção do curso de direito, no qual 8 alunos estão matriculados, houve maior procura pelos cursos menos concorridos e elitizados - talvez pela questão socioeconômica, em especial dos alunos negros que, na sua maioria, são ainda menos favorecidos e a questão sócio econômica perpassa pela questão étnico-racial, ou seja, são ainda mais pobres porque são negros.

Nota-se que mesmo com bolsa de 100% oferecida pelo PROUNI, não houve opção para cursos como medicina e odontologia, há apenas um registro de uma (1) aluna que prestou vestibular para odontologia na UFMS, mas não foi aprovada. É possível atribuir essa questão às condições sócioeconômicas dos alunos para se sustentarem durante o curso, à aquisição de instrumentos e materiais didáticos exigidos, bem como à distância e dificuldades de locomoção para o *campus* da IES privada que oferece o curso de medicina e odontologia nesta capital, e assim, na expectativa de cursar uma universidade, preferem não arriscar e optam por cursos nos quais têm a certeza da possibilidade da conclusão.

Os resultados apresentados demonstram a importância de implementação das políticas educacionais de ações afirmativas, desenvolvidas pelo Instituto Luther King. A instituição conseguiu inserir na educação superior 38,46% da clientela atendida nos quatro anos de sua existência. Dos 276 alunos que foram atendidos pelo Instituto Luther King, desde a implantação do PROUNI, 13,76%, ou seja, 38 alunos conseguiram ingressar na educação superior por meio das bolsas do PROUNI.

No entanto, apesar desses resultados satisfatórios, ainda há muitos jovens que terminaram o ensino médio e não conseguiram seu ingresso na universidade, e ainda precisam melhorar seu aprendizado para terem bons resultados nos vestibulares ou na avaliação do

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é um dos requisitos para candidatar-se a uma bolsa pelo PROUNI, além das cotas étnicas, projeto que viabiliza uma oportunidade de acesso à educação superior. Salienta-se a necessidade de maior investimento em políticas de ações afirmativas, seja na esfera governamental (federal, estadual, municipal), seja na esfera privada. Conforme o IPEA (2006, p. 10), [...] “a demanda de jovens que buscam ingresso nas universidades é grande e todos têm que ultrapassar a barreira de um vestibular classificatório, conseguindo acesso àqueles que estão mais bem preparados”.

Pode-se justificar esse afunilamento devido a falta de vagas nas universidades públicas e também de cursos pré-vestibulares que sejam oferecidos de forma gratuita e não em instituições privadas. Cursos coletivos gratuitos, como os oferecidos no Instituto Luther King, deveriam ser expandidos, uma vez que os alunos das escolas públicas concluem o ensino médio, mas na sua maioria não estão preparados para enfrentar a barreira do vestibular.

Difícilmente sem maiores investimentos na educação, especialmente no ensino médio e na educação superior, mudar-se-á a realidade educacional do país como, por exemplo, em relação à taxa de escolarização líquida da população brasileira apresentada pelo IPEA, em 2006 que demonstra 44,4% matriculados no ensino médio e apenas 11,2 % na educação superior (INEP/DTDIE, 2006).

Como já apontamos nos capítulos anteriores, na educação superior é que se torna mais evidente a seleção que vai se concretizando ao longo da escolarização. Não é mais possível esperar uma igualdade entre negros e brancos no acesso à educação superior caso não aumente a oferta de projetos de ações afirmativas.

Se não houver políticas de ação afirmativa no ensino superior, mas forem mantidas as atuais políticas de educação, apenas daqui a 20 anos os negros terão a média de escolaridade tida hoje pelos brancos. Quando isso acontecer os brancos já estarão mais à frente, de maneira que a igualdade nunca será alcançada não forem tomadas medidas diretas para sanar a desigualdade (SANTANA, 2006, p. 62).

Não se pode negar que as desigualdades e a discriminação racial presentes na sociedade tem raízes históricas, refletindo na atualidade as profundas disparidades econômicas, sociais políticas e principalmente educacionais da população negra brasileira.

Na educação, “a necessidade das políticas afirmativas ficam mais claras quando analisamos as fragilidades das chamadas políticas universalistas” (GONÇALVES, 2006, p. 101). Concorde-se com o autor, visto que tais políticas desenvolvidas ao longo da história da educação brasileira não deram conta de reduzir a desigualdade entre negros e brancos. Para

desencadear um rompimento concreto desse ciclo histórico, é preciso que o Estado e a sociedade tenham compromisso com a mudança dessa situação. Políticas de ações afirmativas, como a cota nas universidades, poderão contribuir para a diminuição da exclusão social.

Na soma total dos 253 alunos dos egressos do ILK e aprovados nos diferentes vestibulares, 52,17% são de negros, ou seja, 132 alunos negros, contra 109 alunos, 43,08%, declarados brancos e 3,03% de indígenas, totalizando 12 alunos. Quanto aos portadores de deficiência, no cômputo geral dos 253 alunos aprovados ao longo desses cinco anos, 5 (cinco) foram aprovados, o que significa um percentual de 1,98%.

Observa-se que os indígenas e as pessoas com deficiências estão em número menor, caracterizando assim, a falta de oportunidades, demonstrando que é preciso investir ainda mais em políticas focais para esses segmentos, respeitando a diversidade, e que lhes ofereçam condições de acesso e permanência na educação superior.

No mapeamento dos cursos e instituições onde se encontram matriculados, dos 160 alunos egressos do ILK, 39 estudam em universidades públicas, conforme quadro 9 a seguir considerando o pertencimento racial:

Quadro 9 - Alunos em universidades públicas por curso e etnia - 2003-2007.

Ano	Nº de aluno	Cursos	Instituição	Etnia		
				Negro	Branco	Indígena
2003/2007	02	Artes Visuais	UFMS		02	
2004/2007	06	História	UFMS	02	03	01
2004	03	Administração	UFMS	02	01	
2004	01	Letras ***	UEMS		01	
2004/2007	05	Educação Física	UFMS	03	02	
2004	01	Arquitetura	UFMS			01
2004	01	Turismo *	UEMS	01		
2004	02	Pedagogia	UFMS	01		
2004/2005	01	Zootecnia	UHMS		01	
2005/2007	02	Direito	UFMS	03		
2005/2006	02	Eng. Elétrica	UFMS		01	01
2005/2006	02	Química	UFMS	01	01	
2005	01	Biologia ****	UEMS	01		
2006	01	Biologia	UFMS		01	
2007	01	Matemática	UFMS	01		
2006	01	Ciências Sociais	UFMS	01		
2006/2007	02	Letras	UFMS	02		
2007	02	Psicologia **	UFMS	02		
2007	01	Ciências Econômicas	UFMS		01	
2007	01	Análise de Sistema	UFMS		01	
2007	01	Enfermagem	UFMS			
Total	39			17	09	01

Legenda: * Ingresso pela política de cotas UEMS - ** UFMS – Paranaíba - *** UEMS - Aquidauana - **** UFMS - Dourados

Na análise dos dados que o quadro apresenta verifica-se que dos 10 cursos nos quais os alunos egressos do ILK estão matriculados, 04 são oferecidos no período diurno (Artes Visuais, Educação Física, Ciências Sociais e Psicologia), um (1) curso, o de Direito, é oferecido no período noturno e diurno, e sete (7) outros cursos são somente no período noturno (História, Administração, Letras, Turismo, Pedagogia). Dentre os 10 cursos, cinco (5) são de licenciatura e os demais são de bacharelado. Dos 27 alunos matriculados, 18 alunos optaram pelos cursos de licenciatura, dos quais três (3) são oferecidos no período noturno (ILK. Relatório de avaliação - 2003-2007).

Constata-se também que no vestibular de verão de 2008, o primeiro colocado em pontuação do curso de Educação Física da UFMS, do *campus* de Campo Grande, foi um aluno do ILK, da turma de 2007. Este fato concretiza o registro na 1ª ata da Instituição quando o então presidente almejava que:

[...] Um dia um aluno nosso poderá ingressar em primeiro lugar em uma universidade, num curso de ponta [...] basta que o ILK procure atingir o máximo de sua atuação em prol das pessoas carentes, **dando-lhes chance de disputarem de igual para igual o acesso ao ensino superior; com o que estaremos atingindo nosso objetivo** (PARAGUASSÚ NETTO, 2003, p. 11 Grifo nosso).

Não se quer ressaltar o detalhe da classificação de cursos; enfatiza-se aqui que um aluno egresso dessa Instituição conseguiu ter a melhor pontuação do 5º curso mais disputado da UFMS no vestibular de verão 2008.

Uma análise em relação ao pertencimento racial dos alunos do ILK que conseguiram o acesso à educação superior na UFMS, mais especificamente nas áreas de humanas e ciências sociais aplicadas, demonstra que houve maioria dos declarados negros em todos os cursos, exceto em artes visuais e história. Assim, no quantitativo dos egressos do ILK supera-se uma realidade apontada em diferentes estudos (QUEIROZ, 2002, p. 42-144; ROCHA; SOARES; COSTA NETO, P.128-129 E 166-167) onde os negros estão sempre em desigualdade em relação aos declarados brancos, quanto ao acesso nos diferentes cursos em universidades públicas.

Os cursos da área de exatas como Química, Arquitetura, Engenharia Elétrica e Análise de Sistema, oferecem maior dificuldade de acesso para os alunos do ILK porque em sua maioria são cursos diurnos ou integrais. Ainda assim, de 2004 a 2007, alunos egressos do ILK, também conseguiram se colocar entre alguns desses cursos. Entre os alunos

matriculados nos diferentes cursos na área de exatas, ainda persiste a desigualdade em relação à presença de alunos negros.

Os dados do quadro 9 confirmam uma maioria de alunos brancos: dos oito (8) alunos, dois (2) são negros e uma indígena. Ainda assim, o ILK consegue atingir seus objetivos quando insere negros e indígenas mesmo que em proporções menores em cursos considerados de alto prestígio¹⁵, como Arquitetura, Engenharia Elétrica e Análise de Sistema, que na maioria das vezes é privilégio daqueles declarados brancos.

A área de ciências biológicas traz o mesmo problema da área de exatas. Os cursos oferecidos pela UFMS são no período matutino ou de período integral, inviabilizando a possibilidade dos alunos que trabalham frequentarem cursos dessa área. Não obstante, quatro (4) alunos egressos do ILK estão em cursos na área biológica: uma aluna declarada negra e três (3) alunos declarados brancos.

No mapeamento dos cursos onde se encontra matriculados os egressos do ILK, além das universidades públicas foi possível encontrar alunos matriculados nas seguintes IES:

- a) Centro Universitário de Campo Grande – UNAES/Anhanguera Educacional;
- b) Universidade Católica Dom Bosco - UCDB;
- c) Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP/Anhanguera Educacional;
- d) Instituto de Educação Superior da Funlec - IESF;
- f) Sistema de Educação à Distância (EDACOM), Fundação Universidade do Tocantins;
- g) Faculdade Mato Grosso do Sul - FACSUL;
- h) Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande-MS - FESCG.

No mapeamento dos alunos matriculados na IES privadas optou-se pela classificação de curso e condições de acesso, ou seja, os que custeiam seus estudos, os bolsistas por meio de convênios e parceria com o ILK e os bolsistas por meio de PROUNI O quadro a seguir, apresenta o quantitativo geral por curso dos alunos que custeiam seus próprios estudos.

¹⁵ Ver Queiroz (2002, p. 46), no seu estudo sobre as desigualdades raciais na UFBA, mapeia os cursos numa escala de prestígio de cinco posições: alto, médio alto, médio, médio baixo e baixo.

Quadro 10 - Número de alunos por cursos - cursando com recursos próprios.

Curso	Número de aluno matriculado	IES
Administração	05*	2-UNAES, 1-UCDB, 2-UNIDERP
Análise de Sistema	02	1-ESTÁCIODE SÁ, 1-UNIDERP
Biblioteconomia	01	1-IESF
Ciências Contábeis	02	1-UNAES, 1-UNIDERP
Ciência da Computação	01	1-FACSUL
Comunicação Social	01	1-UNIDERP
Direito	05	2-UNAES, 2-UCDB, 1-FACSUL
Design de Modas	01	1-UNAES
Educação Física	01	1-IESF
Enfermagem	03	1-UNAES, 1-UCDB, 1-UNIDERP
Engenharia de produção	01	1-UCDB
Fisioterapia	01	2-ESTÁCIO DE SÁ
Gestão em R. Humanos	01	1-FACSUL
Jornalismo	02**	1-UCDB, 1-UNIDERP
Psicologia	01	1-UCDB
Serviço Social	02	1-UCDB, 1-EDACOM
Matemática	01***	1-UCDB
Nutrição	01	1-UCDB
Tecnologia em Redes de Computadores	01	1-UNAES
Tecnologia. Sistema p/ Internet	01	1-UNAES
Turismo	01	1-IESF
Total	35	

Fonte: ILK. Relatório de número de alunos aprovados e matriculados em IES privada -2003-2007.

No cômputo geral 35 alunos custeiam seus estudos, deste total 2 alunas (UCDB), conseguiram desconto no valor da mensalidade em acordo firmado entre a Instituição. Considera-se importante ressaltar que essas duas alunas que conseguiram bolsas parciais, uma do curso de Jornalismo e outra do curso de Nutrição, não foram contempladas pela bolsa do convênio entre o ILK e a UCDB nem pelo PROUNI, no entanto, não desistiram, tiveram determinação e persistência. Ambas se inscreveram no setor de bolsas da UCDB e insistiram por várias semanas, até conseguirem um desconto na mensalidade, de 75%, fato que possibilitou realizar o sonho de estarem cursando a educação superior.

É da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), da área de Exatas, a primeira concluinte de um curso da educação superior egressa do Luther King. A mesma custeou e concluiu o curso de matemática em 2007. Possivelmente pode haver outros alunos egressos do ILK que também já concluíram, mas não foi possível localizá-los, por falta de atualização de endereços e telefones.

Dando sequência ao mapeamento dos alunos matriculados pela condição de acesso, o quadro 11 a seguir demonstra o número de alunos e os cursos daqueles que se encontram matriculados na educação superior, por meio de parcerias firmadas entre o ILK e as IES privadas.

Quadro 11 - Alunos cursando por meio de parcerias do ILK, com UNAES, UCDB, UNIDERP, IESF.

Curso	Nº de alunos	IES
Administração	09	2-UNAES, 7-UCDB
Biblioteconomia	01	1-IESF
Biologia	02	2-UCDB
Ciência da Computação	01	1-UNAES
Ciências Contábeis	01	1-UCDB
Direito	08	5-UNAES, 2-UCDB, 1- UNIDERP
Educação Física	04	1-UCDB, 3- IESF
Enfermagem	02	2-UCDB
Estética Facial	01	1-UNIDERP
História	01	1-UCDB
Jornalismo	01	1-UNIDERP
Pedagogia	06	1-UNAES, 2-UCDB, 2-IESF, 1-UNIDERP
Propaganda e Publicidade	02	2-UNIDERP
Psicologia	02	2-UCDB
Radio e TV	01	1-UCDB
Secretariado Executivo Bilíngüe	02	2-IESF
Serviço Social	03	3-UCDB
Tecnologia em Rede de Computação	01	1-UCDB
Total de alunos	48	

Fonte: Relatório do número de alunos matriculados por meio de convênio entre UNAES/UCDB/ UNIDERP/IESF com o ILK - 2005-2006.

Quadro 12 - Total de alunos matriculados por meio de convênios, por IES.

Instituição	Nº alunos
UNAES	09
UCDB	25
IESF	08
UNIDERP	06

Fonte: Relatório do número de alunos matriculados por meio de convênio entre UNAES/UCDB/ UNIDERP/IESF com o ILK - 2005-2006.

Na UNAES, dos 10 alunos contemplados pelas bolsas, nove (9) alunos estão matriculados. Um (1) perdeu por não ter cumprido com uma das exigências previstas no

contrato firmado entre as partes. Observa-se aqui a contradição a que nos referimos anteriormente, que se refere às exigências nos contratos firmados pelo ILK e as IES que ofereceram bolsas de estudos aos egressos do ILK, ou seja, de todos os alunos bolsistas obterem média mínima de 7,5 em todas as disciplinas e um percentual de frequência de 90%. Em relação à parceria, embora não haja registro, sabe-se que se refere a uma aluna do curso de Pedagogia que não conseguiu atingir a média exigida.

Na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, das 30 bolsas oferecidas pela Instituição, 05 alunos não estão cursando; desses, duas (2) alunas conseguiram bolsa pelo PROUNI, sendo uma (1) negra do curso Terapia Ocupacional que se transferiu para da UNIGRAN, no curso de Psicologia em Dourados-MS e um (1) indígena do curso de Direito que se transferiu para a UNAES. Os demais são: um (1) negro que cursava Rádio e TV e dois (2) brancos que cursavam Administração. Todos alegaram problemas financeiros, pois mesmo sendo bolsistas, uns com 80% outros com 50% de desconto no valor das mensalidades, todos têm que arcar com o valor integral da matrícula a cada semestre, o que para esses alunos não foi possível devido às dificuldades financeiras enfrentadas por eles.

No IESF, das 10 bolsas oferecidas, houve a desistência de dois (2) alunos, um (1) alegando que não se identificou com o curso escolhido e um aluno bolsista que conseguiu aprovação pelo PROUNI a partir de 2007.

Dentre os alunos bolsistas, uma aluna da UNAES, recebeu o prêmio de aluno destaque acadêmico, o que faz crer que nessas parcerias, ganham os alunos que conseguem bolsa, por meio de desconto nas universidades como também ganha a instituição, pelo nível acadêmico dos alunos que recebe, visto que os mesmos não podem ter média menor que 7,5 em todas as disciplinas e frequência obrigatória de 90%.

A Universidade Católica Dom Bosco - UCDB foi a instituição privada, que mais colaborou em quantitativos de bolsas oferecidas para os alunos egressos do ILK, foram 30 bolsas, sendo 20 com desconto de 80% e 10 com desconto de 50% do valor da mensalidade. Entre 2005 e 2006.

Observa-se diante dos resultados, que na opção da carreira, houve uma grande variedade de curso; entretanto, nota-se que a maior procura ainda é sobre os cursos considerados menos concorridos.

Na visão de Zago (2006, p. 231-232), isso ocorre porque:

O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mas ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que segundo estimam, propiciam maiores chances de aprovação. Essa observação suscita uma reflexão sobre o que normalmente chamamos de 'escolha'. Quem de fato, escolhe? Sob esse termo genérico escondem-se diferenças e desigualdades sociais importantes. O comércio do CPV, aliados a uma série de investimentos familiares, contribui para a elitização do ensino superior, certos cursos têm seu público formado essencialmente por estudantes oriundos de escolas públicas, enquanto em outros ocorre situações inversas, sugerindo a intensificação da seletividade social na escolha das carreiras. A origem social exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois a ela estão associados antecedentes escolares e outros 'tickets de entrada'.

Concorda-se com a visão da autora quanto à existência do comércio dos cursinhos preparatórios para o vestibular destinados aos alunos com maior poder econômico. Há diferentes instituições que anualmente investem em propaganda, que procuram seduzir os alunos com seu Marketing enfatizando, sua tecnologia, a tradição do seu nome, seu slogan, além do percentual de aprovação e até mesmo o rosto dos seus alunos aprovados estampados em banners, revistas, especialmente entre os cursos e instituições cujas vagas são mais disputadas. Para a autora, quanto maior os recursos econômicos dos pais, mais seus filhos terão condições de fazer uma escolha de cursos com mais prestígio na sociedade e também de maior rentabilidade econômica.

Essas desigualdades podem ser enfrentadas por Instituições como o ILK, que tem um papel importante na sociedade quando busca mecanismos que possam minimizá-las. Ainda que não atinja o patamar almejado, traz mudanças na vida daqueles que estão matriculados na educação superior, conforme o quadro a seguir.

Tabela 11 - Total de alunos matriculados, conforme a condição de acesso por etnia.

Condição de acesso	Nº de alunos	Etnia					
		Negro	%	Branco	%	Indígena	%
Recursos próprios	35	20	57,14	12	34,28	03	8,57
Bolsistas por meio de convênio	48	28	58,33	17	35,41	03	4,16
Bolsista pelo PROUNI	38	22	57,89	12	31,57	04	10,52
Vestibular Universidades Públicas	39	20	51,28	16	41,25	03	7,69
Total	160	90	56,25	57	35,65	13	8,125

Fonte: Relatório do número de alunos egressos do ILK, que estão cursando a educação superior - 2003-2007, disponível na secretaria do ILK.

No cômputo geral, 56,25% dos ex-alunos do ILK que estão na educação superior são negros; este percentual corresponde a 90 alunos negros; 57 alunos são brancos 35,65%; 13 alunos são indígenas, o que corresponde a 8,125%.

Pode-se considerar que o projeto desenvolvido no ILK tem obtido êxito educacional quando oferece oportunidade de acesso à educação superior ao proporcionar aos jovens, condições de melhorar a sua aprendizagem, contribuindo para que superem a barreira dos processos seletivos de acesso à educação superior. Esse nível de ensino, além de proporcionar a produção do conhecimento constitui-se num espaço de poder, entretanto os pobres, negros e indígenas ainda encontram-se excluídos desse processo.

O Instituto Luther King oferece visibilidade a brancos carentes, índios, pessoas com deficiências e principalmente aos negros, quando trabalha com esses jovens, inserindo-os na educação superior. De acordo com Heringer (2006, p. 20):

A sociedade civil tem e continuará a ter um papel importante nos rumos que o governo vai tomar neste campo nos próximos anos. As organizações negras e antiracista possuem a tarefa de demonstrar os impactos e os sucessos das políticas de ações afirmativas em curso para garantir que as mesmas sejam mantidas e amparadas.

A visibilidade, a inclusão e a cidadania desses grupos efetivam-se na estratégia do ILK em levar a discussão para a sociedade. Na prática existe uma rede formada de alunos, ex-alunos, professores, diretoria e simpatizantes que acreditam ser a educação o caminho para diminuir a invisibilidade daqueles que são discriminados e sofrem com a desigualdade de oportunidades para o acesso na educação superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão social no Brasil é decorrente da enorme desigualdade social e a concentração de renda, e vem se acentuando em alguns aspectos; não pode ser considerada como um fenômeno novo, e nem como sendo “natural”, ela é construída é resultado das contradições causadas pelo modo de produção capitalista, pois na medida em que aumenta a riqueza, também aumenta a massa da população pobre, que está excluída dos bens econômicos, sociais e políticos. Encontramos ainda na sociedade brasileira uma profunda desigualdade quanto ao pertencimento étnico-racial, especialmente entre negros e brancos que se estende a todas as esferas sociais. Em relação à posição econômica, no Brasil a maioria dos pobres é constituída por negros; além disso, entre as pessoas consideradas como indigentes 70% são negros.

Essas desigualdades também estão presentes no sistema educacional, que demonstra o seu caráter excludente, e tem como consequência outras formas de exclusão, como a cultural, política e econômica, que são as desigualdades oriundas da estrutura de classe social que cada indivíduo está inserido. Mesmo diante do avanço na atual política do sistema educacional brasileiro, quanto à universalização do ensino na educação básica, destacamos contradições, que ainda persistem. É evidente o crescimento do acesso ao ensino fundamental, entretanto, o contingente dos que permanecem estudando ainda não é satisfatório, pois a repetência, a evasão e a distorção idade/série ainda são presentes no âmbito das escolas, além do grande número de analfabetos. Nesse sentido as políticas públicas de educação precisam tornar-se mais efetiva para o enfrentamento dessas dificuldades, visando não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar.

Outro paradoxo refere-se ao acesso de jovens na educação superior: anualmente milhares de jovens que estão concluindo o ensino médio, somado ao acumulado dos anos

interiores, gradativamente há o aumento dos números dos sujeitos que almeja o acesso a educação superior. Dentre as dificuldades encontradas para esse acesso, é possível considerar que a exclusão se materializa no processo seletivo, o vestibular, que estabelece para o aluno a responsabilidade do seu ingresso ou não em uma universidade pública, eximindo assim a culpa do Estado. Consideramos que a principal contradição está nas poucas vagas oferecidas, mediante o contingente de jovens que permanecem desse nível de escolarização.

Nesse contexto, enquanto não há democratização para o acesso na educação superior, revela-se a importância da política de ação afirmativa com foco na educação superior, como o trabalho desenvolvido pelo Instituto Luther King.

Ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, procurou-se refletir sobre a implantação e a implementação das políticas de ação afirmativas no âmbito de uma instituição pertencente ao terceiro setor.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar se as políticas de ações afirmativas implementadas e desenvolvidas pelo Instituto Luther King - Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa, propiciaram o acesso de negros na educação superior, no período de 2003 a 2007. Para alcançar tal objetivo definimos dois objetivos específicos. O primeiro tinha como intuito descrever a trajetória do Instituto Luther King e sua opção em implementar programas de acesso à educação superior. As análises evidenciaram que:

a) a trajetória dessa Instituição está inserida num contexto histórico, político social e econômico; o Instituto Luther King insere-se em uma grande rede que cresce continuamente na mobilização contra a exclusão social, contra o preconceito e na promoção da igualdade étnico-racial. O Instituto Luther King, nos sete anos de sua existência vem buscando, via educação, o desenvolvimento e a inclusão das minorias sociais;

b) as ações desenvolvidas pelo ILK têm o caráter marcadamente educacional, fazendo da educação uma estratégia de inclusão social para negros, índios e brancos carentes, desenvolvendo seu trabalho em parcerias com diferentes órgãos públicos e outros setores da sociedade civil;

c) diante da ausência do Estado no oferecimento de políticas públicas, principalmente as educacionais após a década de 1990, por meio de “parcerias” entre o Estado e a sociedade civil, houve o fortalecimento da atuação desse segmento, principalmente das organizações não governamentais, segmento no qual o ILK está inserido. Este vínculo propiciou ao ILK, ocupar uma lacuna deixada pelo Estado, ao implementar políticas

educacionais focalizadas que atendam as particularidades de grupos étnicos, no acesso à educação superior;

d) ações desenvolvidas pelo ILK agregam a diversidade e articulam diferentes necessidades educativas, possibilitando novas oportunidades de conhecimentos a seu alunado; tal fato contribui para a formação que leva seus alunos a exercitarem sua cidadania, na perspectiva que possam atuar como sujeitos transformadores e participantes na luta por uma sociedade mais democrática, justa e igualitária;

f) uma das singularidades da Instituição refere-se à adoção de cotas étnicas, bem como para pessoas com deficiência no percentual de vagas; verifica-se como inovador o atendimento às pessoas com deficiência, no que se refere ao oferecimento de intérprete de libras, material em braile e ampliação de materiais didáticos em curso de educação não formal;

g) o contato com os documentos da Instituição possibilitou constatar uma preocupação com o registro das atividades desenvolvidas, bem como dos resultados, o que se considera bastante positivo, no que se refere à história da instituição; contudo, não há registros efetivos do número de evadidos e das regiões de origem de seus alunos, o que poderia ter contribuído para compreendermos outros aspectos desta pesquisa.

Em relação à trajetória do ILK, pode-se concluir que efetivamente a Instituição desenvolve políticas de ação afirmativa com foco na educação, em especial no acesso à educação superior para as minorias sociais e tem possibilitado aos alunos não apenas preparar para o processo seletivo, mas também ampliar as oportunidades dos que se encontram em situação de exclusão.

No segundo objetivo descreveu-se o desenvolvimento e os resultados alcançados pelo Instituto Luther King, na implantação de ações afirmativas. Para tanto, utilizou-se, essencialmente, os depoimentos dos alunos, egressos do ILK. As análises evidenciaram que:

a) no que se refere à importância do ILK para a autoestima dos alunos, o ILK obteve um resultado positivo, visto que, há afirmação por parte dos alunos do fortalecimento da sua autoestima, com a inserção no ILK, tanto para o exame do vestibular e/ou no ENEM, quanto na sua vida pessoal;

b) com relação ao papel das parcerias, de acordo com os alunos, elas possuem papel fundamental; são citadas como o diferencial da Instituição, sendo responsáveis pela realização do “sonho de cursar a educação superior”;

c) quanto às características humanizadoras do ILK, na visão dos alunos, o trabalho do ILK é alicerçado em princípios éticos, pautados no respeito, na solidariedade, na valorização da diversidade étnico-racial, fatores que contribuíram, sobretudo, para a ampliação da capacidade de cada um exercitar sua cidadania;

d) no que se refere às dificuldades enfrentadas e superadas, verificou-se nos depoimentos dos alunos, que além do reduzido número de vagas nas universidades públicas, da questão socioeconômica, há também a questão da dificuldade de aprendizagem e a não preparação para o exame, para admissão nos exames pré-vestibulares. Embora não tenha sido citado pelos alunos, existe a dificuldade a ser superada pelos alunos e pela Instituição, no que se refere ao baixo percentual de aprovação nas universidades públicas.

Em relação ao resultado quantitativo, a pesquisa demonstrou que: as políticas de ações afirmativas, como as desenvolvidas pelo Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação afirmativa, têm contribuído para a inserção de negros na educação superior. Do quantitativo dos 160 alunos egressos do ILK que estão cursando a educação superior, 90 são negros, 57 brancos e 13 indígenas.

As conquistas alcançadas pelas políticas de ações afirmativas, desenvolvidas no ILK, possibilitaram condições para os alunos que lá estudaram de enfrentar o processo seletivo. Mesmo diante das críticas que as ações desenvolvidas por diferentes instituições pertencentes ao terceiro setor são pequenas, suas iniciativas e ações voltadas à educação contribuíram para negros, índios e pessoas com deficiências ingressarem na educação superior.

Além do acesso à educação superior, o desenvolvimento de ações com foco nas políticas de ação afirmativa, que o ILK ofereceu aos seus alunos, transcendeu a simples preparação para os processos seletivos, trazendo outros resultados importantes na vida daqueles que passam pelo Instituto Luther King. Destacam-se aqui o resgate da cidadania e a sensibilização às questões referentes à diversidades étnico-racial, que são fatores importantes no aumento da autoestima dos alunos egressos do ILK.

Esta pesquisa apontou também algumas contradições, a seguir analisadas:

Embora as ações do ILK, como um segmento do terceiro setor, estejam apenas preenchendo uma lacuna deixada pelo Estado, elas são necessárias e representam uma alternativa para aqueles que delas se beneficiam como a única oportunidade de acesso a educação superior. Entretanto, há contradição quando se sabe que não atingirão índices

significativos, para a redução da exclusão, mas, sem elas os 90 alunos negros que estão cursando a educação superior, continuariam excluídos desse nível de ensino.

Na realidade é do Estado, a função de garantir a oferta de educação pública, gratuita a todos que almejam uma vaga nos cursos de educação superior, mas o mesmo não assume satisfatoriamente sua função. São nas limitações do Estado, em criar condições de acesso a educação superior para todos os jovens, que se justificam as ações desenvolvidas pelo ILK, embora sejam limitadas e não se configuram como garantia de acesso a todos que delas necessitam. São ações pontuais e focais, mas não atingem amplos segmentos. Por isso, ações mais concretas na implantação das políticas públicas de Estado são imprescindíveis para que esse grupo de pessoas possa colaborar e participar democraticamente da sociedade, evitando assim a necessidade de políticas compensatórias para a garantia de direitos preconizados na legislação brasileira.

Evidenciou-se que o ILK, no seu critério de seleção, de certa forma reproduz a contradição da sociedade ao escolher os melhores para preencher as vagas do curso pré-vestibulares. Possivelmente, se estendesse um tempo maior para a permanência dos alunos que não conseguem uma vaga na Instituição, devido ao seu baixo desempenho durante sua vida escolar, possibilitaria aos mesmos a oportunidade de superação de lacunas da sua aprendizagem na busca pelo acesso a educação superior.

Outra contradição refere-se à questão da exigência em relação aos alunos que são beneficiados pelas bolsas de estudos em parceria com a IES; deles são exigidos frequência e médias acima das estipuladas pelas instituições, o que pode trazer prejuízos aos alunos, como a perda dos benefícios.

Este trabalho aponta também para a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as ações afirmativas, desenvolvidas no segmento do terceiro setor em Estado do Mato Grosso do Sul, no sentido de pesquisar caminhos e possibilidades para avançar e fortalecer a relação entre o Estado, na busca de uma participação mais efetiva na construção de propostas para a educação superior, que permitam avanços na redução das desigualdades, especialmente no que se refere ao acesso de negros na educação superior.

Esta pesquisa constatou também que, mesmo diante dos resultados positivos das ações desenvolvidas pelo ILK, os números estão aquém de suprir as desigualdades raciais e sociais que ainda persistem. Os esforços realizados por projetos como o do ILK, voltados a

minimizar a exclusão dos negros na educação superior, não são suficientes para minimizar a exclusão social e garantir o acesso e permanência de negros na educação superior.

Diante dessa realidade, é sempre importante refletir sobre a preocupação de Martin Luther King, muito mais com o silêncio dos bons, do que com os gritos dos violentos, dos corruptos. Não se pode silenciar nem omitir-se, pois as atitudes poderão ou não contribuir para um mundo mais justo. Portanto, deixa-se aqui o desafio para aqueles que ainda acreditam numa sociedade com menos desigualdades raciais.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- ADRIÃO, Tereza, PERONI, Vera. Público não estatal: estratégias para o setor educacional Brasileiro. In: ADRIÃO, Tereza; PERONI, Vera (Orgs). **O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.
- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, globalização e políticas educacionais elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, nº 22, p. 35-46, jan./fev./mar./abr., 2003.
- ALMEIDA, Mônica Andréa Oliveira. **Políticas de ação afirmativa e ensino superior: a experiência do curso de graduação em Serviço Social da PUC-Rio**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- ALMEIDA, Silvia Maria Leite de. **Acesso à educação superior no Brasil: uma cartografia da legislação de 1824 a 2003**. 2006. Tese (doutorado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ANDRÉ, Marli Eliza Damaceno Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber, 2005.
- ARELARO, Lisete Regina Gomes. Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: KRAUWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O cenário educacional latino-americano no Limiar do séc. XXI**. Reformas e debates. Campinas. Autores Associados, 2000. p. 95-116.
- BACCHETTO, João Galvão. **Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior**. 2003. Tese (Doutorado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2003.
- BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; SILVÉRIO Valter Roberto (Orgs.). **De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EDUFSCAR, 2003.

BITTAR, Mariluce. Educação superior - o “vale tudo” na mercantilização do ensino. **Quaestio (UNISO)**, Universidade de Sorocaba, n.2 v. 2, p. 51-64, nov. 2002.

BITTAR, Mariluce. **Universidade comunitária**: uma identidade em construção. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. In: SILVA JÚNIOR, João dos reis; OLIVEIRA, João Ferreira de; MANCEBO, Deise (Org.). **Reforma universitária** - dimensões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2006, v. 1, p. 187-202.

BONFIM, Talma Alzira. **O CAPE em nossas vidas**: a visão de um grupo de alunos, ex-alunos e colaboradores sobre um curso pré-vestibular gratuito. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL, Comissão Interministerial. **Documento da marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida**: Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade social. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda., 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. MARE. Ministério da Administração e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estatal**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social; Subsecretaria de Imprensa e Divulgação, 1995.

BRASIL. MEC. SECAD. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. MEC. INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. **Informativo**, ano 3, nº103, 25 agosto, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo103.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

BRASIL. MEC. INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. **Censo da educação superior 2005**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

BRASIL. MEC. INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. **Resumo técnico censo da educação superior 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação Avaliação (2006). Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 2 out. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDBEN**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. SEPPIR. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. SEPPIR. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Documento enviado ao ministro Gilmar Mendes. Presidente do Supremo Tribunal Federal, 15 maio de 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/seppir/informativos/html/documento.html>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

BRITO, Raimunda Luiza de. O movimento negro no Mato Grosso do Sul. **Caderno de Diálogos Pedagógicos** - combatendo a intolerância e promovendo a igualdade racial na educação sul-mato-grossense. Mato Grosso do Sul: Secretaria de Estado de Educação, 2005, p. 39-40.

BUARQUE, Cristovão **A universidade numa encruzilhada**. In: SEMINÁRIO UNIVERSIDADE: POR QUE E COMO REFORMAR? Brasília: UNESCO/Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), 6-7 de agosto de 2003, p. 23-65.

BUENO, Carmelinda Cristina de Oliveira; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Público e privado: a educação especial na dança das responsabilidades. In: ADRIÃO, Tereza; PERONI, Vera (Orgs). **O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. **O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CARVALHO, José Jorge. **As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras**. Brasília: UnB, 2004 (Série Antropologia).

CARVALHO, José Jorge. Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa. In: _____; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (OrgS.). **O negro na universidade**. Salvador: UFBA, 2002, p. 83-84. (Coleção Novos Toques, n. 5).

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. **Segundo seminário: desafio das políticas públicas de promoção de igualdade racial**. São Paulo: Edição do CEERT, 2004.

CMAS. Conselho Municipal de Assistência Social. **Análise do pedido de inscrição no CMAS de OSCIPS**. Relatório do CMAS de 17/12/04. Parecer nº 059/2004. Processo nº 028/2004.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **As organizações não-governamentais e a educação básica oferecida aos pobres**. 2005. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

D'AVILA, Geruza Tavares. **O ensino superior como projeto profissional para ser alguém: repercussões de um cursinho pré-vestibular na vida dos estudantes**. 2006. Dissertação. (Mestrado em psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

DIDONET, Vital. **Plano nacional de educação - PNE**. Brasília: Líber Livros, 2005.

DOMINGUES, José Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: O início de uma reparação Histórica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 29, mai./ago., 2005. Disponível em: <<http://www.Scielo.Br>>. Acesso em: 23 fev. 2007, 16h.

DOMINGUES, José Petrônio. **Assumir-se como negro no Brasil significa assumir um ônus**. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.phs?option=com_noticias&Itmid=18&task=detalhe7id=8432>. Acesso em: 21 jul. 2007, 19h.

EDUCAFRO. **Educação e cidadania para afrosdescendentes**. Disponível em: <<http://www.educafro.org.br/quemsomos/objetivos.asp>>. Acesso em: 28 nov. 2007.

FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativas. In: _____ (Orgs.). **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: UnB, 2006.

FERNANDES, Rubens César. **O público e o privado: o terceiro setor na América**. São Paulo: Relume Dumará, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 82. Campinas: Cortez, CEDES, 2003.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Projeto estação digital inclusão.com**, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Cidade, ongs e ações coletivas: novas parcerias, atores e práticas civis. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, nº 10, p. 33-44, 1995. (Série Questões Urbanas: o sentido das mudanças).

GOMES, Nilda Lino. Ações Afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas entre injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

GOMES; Joaquim Barbosa. **Ações afirmativas & princípio constitucional da igualdade - o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. São Paulo: Renovar, 2001.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira. Ações afirmativas no Brasil. In: LINO, Gomes Nilma; ALVES, Martins Aracy (Orgs.). **Afirmando direitos - acesso e permanência de jovens negros na universidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Alfredo. O acesso de negros as universidades públicas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas entre injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Alfredo; PRANDI, José Reginaldo. **I Censo Etnico-Racial da USP**, 2001. Disponível em <lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0039.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2007.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Brasília: IPEA, 2001 (Textos para Discussão, 807).

HERINGER, Rosana. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004. In: FERES JÚNIOR, João; JONAS, Zoninsein (Orgs.). **Ação afirmativa e universidade**: experiências nacionais comparadas. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

HÖFLING, Eloísa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, nº 55, Campinas, nov. 2001.

IANNI, Otavio. A visão mercadológica do governo e o distanciamento da sociedade. **Revista universidade e sociedade**. São Paulo: ANDES, nº 12, fev., 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1980**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Trabalho e Rendimento Pesquisa Mensal de Emprego. **Distribuição da população ocupada por cor ou raça segundo o grupamento de atividades e a região metropolitana**, 2006. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos indicadores sociais**. Uma Análise das condições de vida da população brasileira. Brasília: IBGE, 2007.

IBGE. PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2006. **Síntese de Indicadores 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

IBGE. PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2005. **Síntese de Indicadores 2005**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

IBGE. PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2003. **Síntese de Indicadores 2003**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/default.shtm>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retratos da desigualdade 2006** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=563>. Acesso em: 5 jan 2009.

JUSTINO, David Manuel Diogo. **Desigualdades raciais e ensino superior no Brasil**. O movimento negro e a luta pela democratização das universidades. Rio de Janeiro, 2002, p. 3. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/edu/diogo.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2007, 22h.

LOPES, Ana Lúcia, A prática Pedagógica e a construção de Identidades. In: _____. **Educação africanidades Brasil**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância - CEAD/MEC, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO-ROCHA, Juliana. **Parcerias na educação: uma efetiva participação da sociedade civil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2003.

MAIA, Luciano Mariz. **Minorias: retratos do Brasil de hoje**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/luciano102.html>>. Acesso em: 4 abr. 2009. 8h30min.

MAIA, Suzanir Fernanda. **O programa Universidade para Todos - Prouni e as mudanças ocorridas nas universidades comunitárias - 2004-2008**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, 2009.

MARTINS, Paulo Haus. **Institutos, ONGs, OSCIPs e filantrópicas (ou os nomes e os fatos)**. 2007. Disponível em: <<http://rits.org.br>>. Acesso em: 1 ago. 2007. 15h.

MARTINS, Roberto Borges. **Desigualdades raciais e políticas de inclusão: um sumário da experiência brasileira recente**. Santiago: Naciones Unidas, 2004.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Uso e abusos dos estudos de caso**. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2007. 15h.

MINTO, Lalo Watanabe. **O público e o privado nas reformas no ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MITRULIS, Eleny; PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. **Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.128, p.269-298, maio/ago. 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOROSINI, Marília Costa; BITTAR, Mariluce. **Políticas públicas e educação superior**. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.) **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário**. Brasília: Inep, vol. 2, 2006.

MOTTA, Maria Cecília Amendola da. **As ações da pré-escolar no Estado de Mato Grosso do Sul, na conquista dos direitos da criança de 0 a 6 anos, na construção das políticas públicas na área da educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, 2003.

MOYSÉS, Lúcia. **A auto-estima se constrói passo a passo**. 6.ed. São Paulo: Papirus, 2002.

MS/SED. Mato Grosso do Sul (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Projeto político pedagógico**. Campo Grande: SED/MS, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil - um ponto de vista em defesa de cotas**. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá: UEM, ano II, n. 22, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

NASCIMENTO, Alexandre do **Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: o movimento dos cursos pré-vestibulares**. Disponível em:

<www.sociologia.ufsc.br/npms/alexandre_do_nascimento.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2009. 15h:20min.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos sociais, educação e cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, 1999.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos sociais, participação e democracia**. ANAIS DO II Seminário Nacional, realizado de 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil, 2007.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Público não estatal: implicações para a escola pública brasileira. In: ADRIÃO, Tereza; PERONI, Vera (Orgs.). **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF Dilvo Ilvo. **Educação superior: democratizando o acesso**. textos para discussão. Brasília: MEC/INEP, 2004, p. 9-11. ISSN 1414-0640; 12. Disponível em: <www.inep.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 13 dez. 2007.

PARAGUASSÚ NETTO, Aleixo. **Instituto Luther King - como tudo começou**. Relato não publicado, 2007.

PARAGUASSÚ NETTO, Aleixo. **Políticas e Ações Afirmativas**. Campo Grande-MS, Artigo não publicado, 2003.

PETRUCELLI, José Luis. Mapa do ensino superior brasileiro. Rio de Janeiro: políticas da Cor/LPP/UERG e SEPPIR. **Série Ensaio e Pesquisa**, nº 1, 2004. Disponível em: <www.politicasdacor.net>. Acesso em: 5 abr. 2009.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 25, nº 88, Campinas, 2004.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto (Org.). **Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2005, p. 35-46. (Coleção Educação para Todos vol. 5).

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de desenvolvimento humano, racismo, pobreza e violência**. Brasília, 2005.

PPCor. Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira. **Um remédio temporário para desigualdades históricas**. 22/1/2009. Disponível em: <http://152.92.152.60/web/olped/acoes/afirmativas/exibir_noticias.asp?codnoticias=26859>. Acesso em: 15 mai. 2009.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Brancos e negros no ensino superior. In: GOMES, Nilma Lino; ALVES, Martins Aracy. **Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil**. Um estudo comparativo In: QUEIROZ Delcele Mascarenhas (coord.). O negro na universidade - Programa a cor da Bahia. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador: Novos Toques, 2002. p. 128-129.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e desigualdade**: brancos e negros no ensino superior. Brasília: Liber Livros, 2004.

ROCHA, Ana Tereza Ferreira, SOARES, Lígia Raquel Rodrigues; COSTA NETO, Oscar Adelino. A cor da UFMA: um estudo sobre as desigualdades raciais no ensino superior. In: QUEIROZ Delcele Mascarenhas (coord.). **O negro na universidade - programa a cor da Bahia**/ Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA- Salvador: Novos Toques, 2002.

SALVATORE, Vilu. A racionalidade do terceiro setor. In: VOLTOLINI, Ricardo (Org.). **Terceiro setor**: planejamento & gestão. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2003. p. 17-34.

SANTANA, Moisés de Melo. A proposta de cotas para negros. As na Universidade Federal de Alagoas: contemplando a raça e o gênero. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Tempo de lutas**: as ações afirmativas no contexto brasileiro. Brasília: SECAD/MEC, 2006.

SANTOS, Emerson dos. **Pré-vestibulares populares**: dilemas políticos e desafios pedagógicos. Junho de 2005, p. 2 e 16. Disponível em <www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a03.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2008.

SANTOS, Emerson dos; LOBATO, Fátima. **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O movimento negro e a crise brasileira - política e administração** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2 p. 287, 1985.

SANTOS, Sandra Mara Martins dos. **A inserção do negro na educação superior uma nova questão para o serviço social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Católica Dom Bosco, 2000.

SILVA, Ademir Alves. Política social e política econômica. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 55, ano XVII, novembro, 1997.

SILVA, Cidinha da. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: _____. (Org.) **Ações afirmativas em educação**: experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003.

SILVA, Elionalva Souza. **Ampliando futuros**: o pré-vestibular comunitário da Maré. Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária**: além do estado e do mercado? A experiência da campanha nacional de escolas da comunidade - CNEC (1985-1998). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SILVA, Wilson. Para que comece a fazer justiça. In: ANDRADE, Rosa Maria T.; FONSECA, Eduardo (Orgs.). **Aprovados!** Cursinhos pré-vestibulares e população negra. São Paulo: Negro Edições, 2002.

STEVE BIKO. **Instituto Cultural Steve Biko**. Disponível em: <<http://www.steevbiko.org.br>>. Acesso em: 28 nov. 2007.

THUM, Carmo. **Pré-vestibular público e gratuito: o acesso de trabalhadores à universidade pública.** 2000. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Resolução COUNI-UEMS Nº 250, de 31 de julho de 2003.** Altera a redação da alínea “b” do art. 1º da Resolução COUNI-UEMS Nº 241, de 17 de julho de 2003, que dispõe sobre a oferta das vagas em regime de cotas dos cursos de graduação da UEMS. Disponível em: <http://www.uems.br/proe/nulen/legislacao/legis_inst/res_couni/res_couni_250.doc>. Acesso em: 28 set. 2009.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Índice de desenvolvimento juvenil.** Brasília: UNESCO, 2003.

WEISSKOPF, Thomas. **Ação afirmativa traz eficiência econômica.** 2006. Entrevista. Jornal O Globo - Luciano Rodrigues. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2006/09/23/285811238.asp>. Acesso em: 24 de setembro de 2006

ZAGO, Nair. **Cursos pré-vestibulares: limites e perspectivas.** 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewPDFInterstitial/10298/9569>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

ZAGO, Nair. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, Rio de Janeiro, mai./ago., 2006.

Documentos do Instituto Luther King

ATA nº 01, 2003.

ATA nº 09, 2003.

ATA nº 10, 2003.

ATA nº 17, 2004.

ATA nº 18, 2004.

ATA nº 19, 2005.

ATA nº 27, 2006.

ATA nº 32, 2007.

DOCUMENTO de avaliação de resultados, 2007.

ILK, ESTATUTO, 2002.

ILK, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2003.

ILK, RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2003.

ILK, RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2004.

ILK, RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2006.

ILK, RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2007.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO - 2003-2007.

Sites visitados

EADCOM. Sistema de Educação à Distância. <<http://www.eadcon.com.br/>>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <<http://www.ibge.gov.br/>>.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <<http://www.inep.gov.br/>>.

MEC. Ministério da Educação. <<http://www.mec.gov.br/>>

SEPPIR. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/sobre/>.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____
 Portador (a) do RG n° _____, residente à
 Rua _____ n° _____
 Bairro _____ Cidade _____, concordo em
 conceder depoimento à pesquisadora Wanilda Coelho Soares de Moraes que investiga “Ações Afirmativas e o Acesso de Negros na Educação Superior: um estudo de caso do Instituto Luther King - ILK”, para a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós Graduação - Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação da Professora Doutora Mariluce Bittar. Fui informado (a) que os dados coletados no depoimento serão analisados e apresentados na forma de pesquisa científica e que minha identificação pessoal será preservada.

Ao participar deste estudo fui esclarecido (a) e estou ciente que:

- a) caso não me sinta a vontade para abordar qualquer questão, posso deixar de fazê-lo, sem que isto implique em prejuízo;
- b) as informações que fornecerei, poderão ser utilizadas, para trabalhos científicos e minha identificação deve ser mantida sob sigilo;
- c) minha participação é inteiramente voluntária, e não fui objeto de nenhum tipo de pressão;
- d) tenho liberdade para desistir de participar, em qualquer momento,
- e) caso precise entrar em contato com o (a) pesquisado (a), estou ciente de que posso fazê-lo por meio do e-mail e ou telefone abaixo.

Campo Grande,..... de.....de 2008.

Sujeito da Pesquisa

Pesquisador (a)

Orientador